



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



Inquérito à Fecundidade 2013

Edição 2014



Estatísticas
oficiais

FICHA TÉCNICA



Título | Inquérito à Fecundidade 2013

Editores |

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00 | Fax: 21 845 40 84

www.ine.pt

Presidente do Conselho Diretivo |

Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição |

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem | 400 exemplares

ISBN | 978-989-25-0270-0

Depósito Legal | 377481/14

Periodicidade | Monografia

Fundação Francisco Manuel dos Santos
Largo Monterroio Mascarenhas, n.º1-8º piso
1099-081 Lisboa
Portugal
Telefone: 210 015 800

www.ffms.pt

Presidente do Conselho de Administração |

Nuno Garoupa



Apoio | a clientes

808 201 808

(rede fixa nacional)

+ 351 218 440 695 (outras redes)

SINAIS CONVENCIONAIS

... Valor confidencial
x Valor não disponível
⊖ Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
// Não aplicável
⊥ Quebra de série/comparabilidade
f Valor previsto
Pe Valor preliminar
Po Valor provisório
Rc Valor retificado
Rv Valor revisto
§ Valor com coeficiente de variação elevado
μ Média
= Igual
> Maior que
≥ Maior ou igual
< Menor que
≤ Menor ou igual
% Percentagem
‰ Permilagem
Σ Soma de
≠ Diferente
0 Resultado nulo

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ACM – Análise de Correspondências Múltiplas
FD – Fecundidade desejada
FFE – Fecundidade final esperada
FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos
FI – Fecundidade intencional
FR – Fecundidade realizada
IFEC 2013 – Inquérito à Fecundidade 2013
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISF – Índice Sintético de Fecundidade
UE28 – União Europeia a 28 países

SUMÁRIO EXECUTIVO

EXECUTIVE SUMMARY

Entre as transformações demográficas ocorridas no decurso das últimas décadas destaca-se o envelhecimento das populações e os baixos níveis de fecundidade, mudanças que têm implicações nas dinâmicas e nas formas de organização das sociedades europeias. O conhecimento detalhado destas realidades demográficas é essencial para a reflexão sustentada sobre as estratégias da sociedade e linhas de ação para o seu futuro.

O Inquérito à Fecundidade, realizado em 2013 pelo INE, em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos, teve a sua génese na preocupação de contribuir para um mais rigoroso conhecimento sobre a Fecundidade em Portugal, informando acerca do número de filhos que mulheres e homens têm, pensam ou desejam ter ao longo das suas vidas, e sobre os motivos subjacentes e condicionantes das escolhas relativamente à fecundidade. Os dados recolhidos e agora apresentados representam as mulheres residentes em Portugal em idade fértil, dos 18 aos 49 anos, e os homens residentes em Portugal entre as idades em que é mais provável que tenham ou venham a ter filhos, dos 18 aos 54 anos.

Among the demographic changes occurring in the course of recent decades, the population aging and the very low levels of fertility are highlighted as having implications on the social dynamics and on the organization of European societies. Detailed knowledge of these demographic realities is essential for sustained reflection on society's strategies and action plans for the future.

The fertility survey, conducted in 2013 by Statistics Portugal in partnership with the Francisco Manuel dos Santos Foundation, had its genesis in the desire to contribute to a more thorough knowledge of Fertility in Portugal, reporting on the number of children that women and men have, think or wish to have throughout their lives, and about the underlying motives and constraints regarding fertility. The data collected and now published in this volume represents women of childbearing age residing in Portugal aged 18 to 49 years old, and men living in Portugal with ages between 18 and 54 years old, considered to be the ages when men are more likely to have children.

A publicação estrutura-se em três partes. Uma primeira parte de análise da fecundidade ao longo das últimas décadas; uma segunda parte de apresentação e interpretação dos principais resultados do inquérito e uma terceira parte de reflexão crítica das medidas e das características da fecundidade em Portugal.

RESULTADOS DO INQUÉRITO À FECUNDIDADE 2013

Verificam-se contrastes geracionais e de género associados aos contextos familiares atuais e de origem de mulheres e homens, à entrada na conjugalidade e na fecundidade, a práticas e atitudes face à vida familiar, fecundidade e parentalidade e às opiniões quanto às medidas de incentivo à natalidade.

Apesar de se observarem alguns contrastes geracionais, a maioria das mulheres e homens do âmbito etário considerado viveram, durante a maior parte da sua vida até aos 15 anos, com a mãe e o pai. Ainda que esta seja a realidade mais frequente, são sobretudo as pessoas mais jovens que passaram a sua infância apenas com mãe ou pai (não com os dois). É também nesta geração mais jovem que se encontram mais pessoas sem irmãos, apontando para um progressivo aumento das famílias com um só filho.

Os contrastes geracionais, e aqui também de género, observam-se ainda nos motivos para a primeira saída de casa, correspondendo à primeira etapa de transição familiar. Tal como relativamente à conjugalidade e à parentalidade, os homens saem de casa mais tarde. Embora o casamento ou coabitação seja o motivo mais apontado para a primeira saída de casa em qualquer escalão etário, verifica-se uma redução na proporção de mulheres e homens que apontam este motivo entre as gerações mais velhas e mais novas. Quanto aos restantes motivos apontados, os homens afirmam ter saído de casa por motivos profissionais mais frequentemente do que as mulheres.

The publication is divided into three parts. The first part analyses fertility throughout the last decades; in the second part the main results from the fertility survey are presented and explained; and the third part presents a critical approach to the concepts concerning fertility and its characteristics in Portugal.

RESULTS FROM THE FERTILITY SURVEY 2013

There are generational and gender contrasts when considering current and previous family context of women and men, the entering into a partnership relationship and parenthood, related to practices and attitudes towards family life, fertility and parenting, as well as in opinions concerning policy measures to promote fertility.

Even though some generational contrasts are observed, most women and men within the considered age groups lived for the most part of their lives up to age 15 with their mother and father. Whilst this is the most frequent occurrence, it is within the younger age groups that we find the largest percentage of people who spent their childhood with just their mother or father (not both). It is also in this younger generation that there are more people without siblings, pointing to a gradual increase in families with only one child.

Generational and also gender contrasts can also be observed in the reasons for the first stage of family transition, when men and women first left their family home to transition to a new phase of their lives. As with partnership relationship and parenting, men postpone this first transition, leaving home later.

Although marriage or cohabitation is the most touted reason for the first departure from home in any age group, there is a reduction in the proportion of women and men pointing this reason in older generations when compared to younger ones. As for the other reasons, men claim to have left home for professional reasons more often than women.

Por razões que se prenderão com a fase da vida em que se encontram mulheres e homens da geração mais jovem, entre 18 e 29 anos, a maioria vive com ambos os pais, ou com pai ou mãe. Como expectável, no contexto de gerações mais velhas, é maior a proporção de pessoas que vive com cônjuge ou companheiro/a, com ou sem filhos, nas gerações mais velhas.

A fecundidade realizada por mulheres e homens portugueses é de 1,03 filhos (1,08 para as mulheres e 0,98 para os homens). Este valor representa o número médio de filhos já tidos, à data da entrevista, por mulheres entre 18 e 49 anos e homens entre 18 e 54 anos.

A fecundidade intencional, ou o número de filhos que as pessoas ainda tencionam ter, independentemente de serem ou não já mães e pais, e que permite conhecer os projetos futuros de fecundidade, representando portanto o eventual aumento dos níveis de fecundidade no futuro, situa-se nos 0,74 filhos (0,71 para as mulheres e 0,76 para os homens).

Pela conjugação do número de filhos tidos com o número de filhos que ainda tencionam ter, obtém-se a fecundidade final esperada, uma medida global de fecundidade comparável entre gerações. A fecundidade final esperada corresponde, em média, a 1,78 filhos, valor ligeiramente mais alto entre as mulheres (1,80 filhos) do que entre os homens (1,76 filhos). Estes valores permitem, à partida, uma leitura mais otimista, deixando antever uma margem para recuperação da fecundidade em Portugal.

Os níveis de fecundidade desejada, que remetem para o desejo íntimo de cada pessoa, dissociados de quaisquer constrangimentos, correspondem a um número médio de filhos mais elevado quer para mulheres quer para homens, e superior ao valor de referência para a substituição de gerações: as pessoas desejam 2,31 filhos, em média, sendo este valor de 2,29 filhos para as mulheres entre 18 e 49 anos, e de 2,32 para os homens com idades entre 18 e 54 anos.

For reasons that may be related to the stage of life in which women and men from younger generations are, most people between the ages 18 and 29 years old live with at least one of the parents. As expected, in the context of older generations, there is a higher proportion of people living with spouse or partner, with or without children.

The achieved fertility for women and men is 1.03 children (1.08 for women and 0.98 for men). This value represents the average number of biological children (born alive) women between 18 and 49 years old and men between 18 and 54 years old had up until the moment of reference of the survey.

Intentional fertility, or the number of children people still intend to have, regardless of being already parents or not, reveal the future projects concerning fertility, thus representing the possible increase in fertility levels in the future, stands at 0.74 children (0.71 children for women and 0.76 children for men).

By adding the number of children people already have with the number of children they still intend to have, we obtain the expected fertility, an overall measure of fertility that is comparable between generations. The expected fertility is, on average, of 1.78 children per person, which is slightly higher among women (1.80 children) than among men (1.76 children). These values allow for a more optimistic understanding of future fertility, prefiguring a margin for recovery of fertility in Portugal.

Levels of desired fertility, meaning the intimate desire of every person, detached from any constraints, correspond to a higher average number of children for women and for men, and higher than the reference value for the replacement of generations: a person desires, on average, 2.31 children. Women aged 18 to 49 desires to have, on average, 2.29 children, and men aged 18 to 54 years desire to have on average 2.32 children.

Os contextos sociais, económicos, culturais, geográficos, entre outros, têm impactos decisivos nos percursos de fecundidade das pessoas. Para além do efeito da idade no número de filhos tidos ou que esperam ter no futuro, facilmente compreendido no contexto do fenómeno em estudo, salienta-se o efeito geracional nos níveis de fecundidade final esperada e desejada, explicados menos pelo momento da vida das pessoas, e mais pelas diferentes expectativas entre diferentes gerações.

Considerando a fecundidade final esperada, entendida como o número de filhos tidos somado do número de filhos que tencionam ter, constata-se nas gerações mais velhas uma fecundidade final esperada inferior à verificada nas gerações mais jovens. Porém, para os homens, é no escalão dos 30-39 anos que estes esperam ter mais filhos.

Outro efeito da idade, presente tanto na população feminina como na população masculina, é observável pelo progressivo afastamento entre o número médio de filhos desejados e o número médio de filhos esperados, em linha com o aumento da idade. Para a população feminina e masculina mais jovem, o número médio de filhos desejados e o número médio de filhos esperados apresentam valores relativamente aproximados. Para as mulheres e homens mais velhos, a diferença entre estas duas fecundidades é consideravelmente maior. Este comportamento conjunto das duas fecundidades aponta para um afastamento entre o desejo e a possibilidade, tanto mais acentuado quanto mais velhos são mulheres e homens.

Resulta ainda da leitura dos resultados deste inquérito que as mulheres e os homens nascidos fora de Portugal desejam e esperam vir a ter, em média, um maior número de filhos do que pessoas nascidas em Portugal. São, aliás, os homens naturais de países estrangeiros aqueles que desejam ter um número médio de filhos mais elevado – 2,58 filhos.

Economic, social, cultural, geographical contexts, among other aspects, have a decisive impact on past and future fertility choices of every person. Adding to the age effect in the number of children people already have or intend to have in the future, the generational effect in the levels of expected and desired fertility is highlighted, and is explained less by the phase of life people are in, and more by the difference in expectations between generations.

Considering the expected fertility, defined as the number of children people already have and the number of children they intend to have in the future, the level of expected fertility is lower in older generations than in younger generations. Notwithstanding, men aged 30 to 39 years are the ones that expect to have more children.

Another age effect, present both in female and male population, can be observed by the progressive deviation between the average number of desired children and the average number of expected children, in line with the age increase. Both for female and male younger population the average number of desired children and the average number of expected children show relatively approximated values. For older women and men, the difference between these two measures of fertility is considerably higher. This gathered behaviour of both measures of fertility draw attention to the gap between desire and possibility, the more pronounced the older women and men are.

Among the survey results women and men born outside Portugal desire and expect to have on average a larger number of children than people born in Portugal. Indeed, men that were born in a foreign country desire the highest number of children – 2.58 children on average.

A segmentação por situação conjugal evidencia também alguns contrastes. Globalmente, as mulheres e os homens que viviam com companheiro/a (numa relação conjugal não formal) são aqueles que esperam vir a ter e desejam mais filhos, de forma transversal a todos os escalões etários. Inversamente, pessoas que não estão numa relação de conjugalidade apresentam níveis de fecundidade final esperada e desejada abaixo da média. São, assim, aqueles que se encontram numa situação conjugal formalizada os que têm, em média, mais filhos.

A segmentação por nível de escolaridade evidencia um maior número de filhos tidos pelas mulheres e homens menos qualificados, por contraste com um número médio de filhos desejados mais elevado entre as mulheres e os homens mais qualificados. As qualificações têm igualmente impacto ao nível do adiamento da maternidade e da paternidade: tanto mulheres como homens mais qualificados têm o primeiro filho mais tarde - 29,9 anos para mulheres com ensino superior, que compara com 23,9 anos para mulheres com escolaridade até ao ensino básico; 31,5 anos para homens com ensino superior, que compara com 27,3 anos para homens com escolaridade até ao ensino básico. Aqueles que ainda não foram pais admitem ter o primeiro filho com uma idade máxima mais elevada do que pessoas menos qualificadas – as mulheres mais qualificadas admitem ter o primeiro filho com 33,1 anos, que compara com 29,4 anos entre as mulheres menos qualificadas, e os homens com ensino superior admitem ter o primeiro filho, no máximo, com 35,4 anos, que contrasta com 32,4 anos entre os homens menos qualificados.

Metade das mulheres (49,6%) já tem filhos e não tenciona ter mais, enquanto, para os homens, esta proporção de situa em 45,1%. Conjugando com a fase da vida em que se encontram, a segmentação por escalão de idade evidencia que mulheres e homens mais jovens ainda não têm filhos mas tencionam vir a ter (66,6% e 76,7%). Inversamente, mulheres e homens mais velhos tiveram já os filhos que pretendiam, e não tencionam ter mais (84,1% e 74,7%, respetivamente).

The marital status also shows some contrasts. Across all age groups, women and men who lived with a partner (not in a formal marital relationship) are those that expect and desire to have more children. Conversely, people who are not in a conjugal relationship show levels of expected and desired fertility below average. As such, those who are in a formalized marital relationship (married) are the ones that have more children.

Segmentation by education level shows, on one hand, that women and men with a lower educational level have, on average, more children, and on the other hand an average number of desired children higher among more qualified persons. Educational level also has an impact on the postponing of parenthood amongst men and women: people with higher educational levels tend to have their first child later in life – the average age at first childbirth is 29.9 years for women with a university degree or higher educational levels, and it drops to 23.9 years for women with lower educational levels; for men with higher educational levels the average age at first childbirth is 31.5 years, and it is of 27.3 years for men with lower educational levels. Those who have not yet been parents admit having their first child at a higher age limit, being higher among more qualified people – women with higher educational levels admit having their first child at the age of 33.1 years, compared with 29.4 years among less qualified women, and men with higher education consider having their first child, at most, with 35.4 years, which contrasts with 32.4 years among less qualified men.

Half of the women (49.6%) already have children and do not intend to have more, while for men, this ratio stands at 45.1%. Combining with the stage of life they are in, segmentation by age group shows that younger men and women still do not have children but intend to have in the future (66.6% and 76.7%). In opposition, older women and men already had the number of children they wanted, and do not intend to have more (84.1% and 74.7%, respectively).

Quanto aos motivos apontados para a intenção de ter mais filhos, mulheres e homens referem sobretudo a vontade de ver os filhos crescer e desenvolver-se, independente de já terem ou não filhos. Quanto às pessoas que não tencionam ter ou ter mais filhos, os custos financeiros associados à maternidade e paternidade são o motivo mais indicado.

Os resultados do inquérito mostram também a subsistência de uma divisão de género no que respeita às tarefas relacionadas com a casa e com os filhos. De facto, são sobretudo as mulheres a cuidar das tarefas domésticas e com os filhos. Reforçando esta ideia, verifica-se que 50,8% das mulheres e 37,6% dos homens consideram ideal que a mãe trabalhe a tempo parcial, e ainda 63,7% das mulheres e 67,2% dos homens consideram que a opção ideal para o pai é trabalhar a tempo inteiro. Resulta assim o privilegiar de uma relação estreita e de maior dedicação da mãe à vida familiar, por oposição à relação do pai com o trabalho e a componente profissional.

Como nota final, sublinha-se a elevada proporção de mulheres (93%) e homens (92%) que consideram que a natalidade deve ser incentivada, apontando como mais relevantes as medidas que aumentem o rendimento das famílias com filhos.

As for the reasons pointed out for intending to have more children, women and men mention above all their will to see the children grow and develop, regardless of whether they already have children or not. As for people who do not intend to have or have more children, the financial costs associated with parenthood is mentioned by most as an underlying reason.

The survey results also show the persistence of a gender division regarding the tasks related to home keeping as well as with childcare. In fact, it is mainly women who take care of the household chores and the main tasks related to children. Supporting this idea, 50.8% of women and 37.6% of men consider ideal that the mother works part time, and 63.7% of women and 67.2% of men consider that the ideal option for the father is working full time. It thus follows that a considerable percentage of people still privilege a closer relationship and greater dedication from the mother to family life, contrasting with the relationship of the father figure to work and the professional component.

As a final note, an emphasis is given to the high proportion of women (93%) and men (92%) who believe that fertility should be promoted and encouraged, pointing as the most relevant policy measure the increase of income to families with children.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	17
PARTE I – QUATRO DÉCADAS DE DECLÍNIO DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL	19
1. Portugal rumo à baixa fecundidade a partir da década de 1970	19
1.1. A persistência das desigualdades regionais.....	20
2. Um declínio singular da fecundidade	21
2.1. Do rejuvenescimento da maternidade em contraciclo ao adiamento convergente.....	21
2.2. Mais filhos únicos, menos <i>childlessness</i> e menos segundos nascimentos	22
2.3. Um adiamento menos visível, mas consequente: o adiamento do segundo filho	23
3. Políticas públicas e decisões privadas: o papel do estado social nos níveis de fecundidade.....	25
3.1. A incipiência do Estado social e os efeitos da crise: que perspetivas para a fecundidade portuguesa?	26
4. Considerações finais	28
PARTE II – INQUÉRITO À FECUNDIDADE 2013: RESULTADOS	29
1. Contextos familiares	29
1.1. Agregado parental de origem.....	30
1.2. Existência de irmãos/irmãs e meios-irmãos.....	31
1.3. Idade e motivos para deixar de residir com o agregado parental de origem	31

1.4. Idade à primeira conjugalidade	33
1.5. Idade à parentalidade	34
1.6. Agregados familiares atuais	34
2. Fecundidades	36
2.1. Medidas de fecundidade	36
2.2. Perfis de fecundidade de mulheres e homens	44
2.2.1. Idade	45
2.2.2. Nacionalidade e naturalidade	46
2.2.3. Situação conjugal	48
2.2.4. Escolaridade	52
2.2.5. Rendimento	58
2.2.6. Condição perante o trabalho	62
2.2.7. Grau de urbanização	63
2.3. Motivos facilitadores ou de entrave à fecundidade	64
3. Práticas e atitudes face à vida familiar, fecundidade e parentalidade	68
3.1. Organização familiar e cuidados com as crianças	68
3.1.1. Divisão das tarefas domésticas	68
3.1.2. Cuidar dos filhos pequenos	74
3.1.3. Partilha de decisões	80
3.2. Conciliação vida familiar / trabalho e opiniões acerca da parentalidade	83
4. Medidas de incentivo à natalidade	91

PARTE III – OS SENTIDOS DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL 95

1. Introdução	95
2. A avaliação da fecundidade em foco	96
2.1. Medidas de avaliação da fecundidade	96
2.1.1. O índice sintético de fecundidade e as suas limitações	96
2.1.2. Fecundidade realizada (FR)	97
2.1.3. Fecundidade intencional (FI)	98
2.1.4. Fecundidade final esperada (FFE)	98
2.1.5. Fecundidade desejada (FD)	98
3. Géneros e gerações perante a fecundidade: expectativas e vivências	99
3.1. Género	99
3.2. Gerações	101
4. Fecundidade em Portugal em contexto europeu: que futuro?	103

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 105

NOTA METODOLÓGICA 111

ANEXO 1: ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS E ANÁLISE DE GRUPOS 113

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1.	Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo o agregado parental de origem, por escalão etário (%), Portugal, 2013	30
Figura 1.2.	Homens dos 18 aos 54 anos, segundo o agregado parental de origem, por escalão etário (%), Portugal, 2013	30
Figura 1.3.	Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a existência de irmãos, por escalão etário (%), Portugal, 2013	31
Figura 1.4.	Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a existência de irmãos, por escalão etário (%), Portugal, 2013	31
Figura 1.5.	Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo os motivos de saída do agregado parental de origem, por escalão etário (%), Portugal, 2013	32
Figura 1.6.	Homens dos 18 aos 54 anos, segundo os motivos de saída do agregado parental de origem, por escalão etário (%), Portugal, 2013	32
Figura 1.7.	Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a existência de conjugalidade, legal ou de facto, por escalão etário (%), Portugal, 2013	33
Figura 1.8.	Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a existência de conjugalidade, legal ou de facto, por escalão etário (%), Portugal, 2013	33
Figura 1.9.	Idade média ao nascimento do primeiro filho (anos) e idade média com que no máximo quer ter o primeiro filho (anos), mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013	34
Figura 1.10.	Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo o agregado familiar atual, por escalão etário (%), Portugal, 2013	34
Figura 1.11.	Homens dos 18 aos 54 anos, segundo o agregado familiar atual, por escalão etário (%), Portugal, 2013	35
Figura 2.1.	Índice sintético de fecundidade, Portugal, 1975-2012	36
Figura 2.2.	Índice sintético de fecundidade, UE28 e estados-membros, 2012	37
Figura 2.3.	Número médio de filhos, por tipo de fecundidade, mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013	39
Figura 2.4.	Número médio de filhos, por tipo de fecundidade, mulheres dos 18 aos 49 anos, NUTS II, 2013	40
Figura 2.5.	Fecundidade intencional total, para quem não tem e para quem tem filhos, mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013	40
Figura 2.6.	Fecundidade final esperada, fecundidade desejada ao longo da vida, e número ideal de filhos numa família, mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013	41
Figura 2.7.	Fecundidade final esperada, fecundidade desejada ao longo da vida, e número ideal de filhos numa família, mulheres dos 18 aos 49 anos, NUTS II, 2013	42
Figura 2.8.	Fecundidade intencional no curto prazo, mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013	43
Figura 2.9.	Número médio de filhos por tipo de fecundidade e escalão etário, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013	45
Figura 2.10.	Número médio de filhos por tipo de fecundidade e escalão etário, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013	45
Figura 2.11.	Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a naturalidade e nacionalidade das mulheres nascidas no estrangeiro (%), Portugal, 2013	46
Figura 2.12.	Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a nacionalidade e naturalidade das mulheres com nacionalidade estrangeira (%), Portugal, 2013	46

Figura 2.13. Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a naturalidade e nacionalidade dos homens nascidos no estrangeiro (%), Portugal, 2013.....	47
Figura 2.14. Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a nacionalidade e naturalidade dos homens com nacionalidade estrangeira (%), Portugal, 2013.....	47
Figura 2.15. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e naturalidade portuguesa ou estrangeira, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013.....	48
Figura 2.16. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e naturalidade portuguesa ou estrangeira, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013.....	48
Figura 2.17. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal atual, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013	49
Figura 2.18. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal atual, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013.....	49
Figura 2.19. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal, mulheres dos 18 aos 29 anos, Portugal, 2013	50
Figura 2.20. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal, homens dos 18 aos 29 anos, Portugal, 2013.....	50
Figura 2.21. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal, mulheres dos 30 aos 39 anos, Portugal, 2013	51
Figura 2.22. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal, homens dos 30 aos 39 anos, Portugal, 2013.....	51
Figura 2.23. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal, mulheres dos 40 aos 49 anos, Portugal, 2013	52
Figura 2.24. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal, homens dos 40 aos 54 anos, Portugal, 2013.....	52
Figura 2.25. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013	53
Figura 2.26. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013.....	53
Figura 2.27. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, mulheres dos 18 aos 29 anos, Portugal, 2013	54
Figura 2.28. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, homens dos 18 aos 29 anos, Portugal, 2013.....	54
Figura 2.29. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, mulheres dos 30 aos 39 anos, Portugal, 2013	55
Figura 2.30. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, homens dos 30 aos 39 anos, Portugal, 2013.....	55
Figura 2.31. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, mulheres dos 40 aos 49 anos, Portugal, 2013	56
Figura 2.32. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, homens dos 40 aos 54 anos, Portugal, 2013.....	56
Figura 2.33. Idade média ao nascimento do 1º filho e em que pretende ter o 1º filho, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013	57
Figura 2.34. Idade média ao nascimento do 1º filho e em que pretende ter o 1º filho, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013.....	57
Figura 2.35. Distribuição do rendimento por decis (%), mulheres dos 18-49 anos e homens dos 18-54 anos, Portugal, 2013.....	59
Figura 2.36. Número médio de filhos por decis de rendimento e segundo o tipo de fecundidade, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013	60
Figura 2.37. Número médio de filhos por decis de rendimento e segundo o tipo de fecundidade, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013.....	61
Figura 2.38. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e condição perante o trabalho, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013	62

Figura 2.39. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e condição perante o trabalho, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013.....	62
Figura 2.40. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e grau de urbanização do local de residência, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013	63
Figura 2.41. Número médio de filhos por tipo de fecundidade e grau de urbanização do local de residência, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013	63
Figura 2.42. Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a intenção de vir a ter filhos de quem tem e não tem filhos, por escalões etário (%), Portugal, 2013.....	64
Figura 2.43. Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a intenção de vir a ter filhos de quem tem e não tem filhos, por escalão etário (%), Portugal, 2013	65
Figura 2.44. Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo os motivos importantes e não importantes para a decisão de ter (mais) filhos (%), Portugal, 2013	65
Figura 2.45. Homens dos 18 aos 54 anos, segundo os motivos importantes e não importantes para a decisão de ter (mais) filhos (%), Portugal, 2013	66
Figura 2.46. Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo os motivos importantes e não importantes para a decisão de não ter (mais) filhos (%), Portugal, 2013	67
Figura 2.47. Homens dos 18 aos 54 anos, segundo os motivos importantes e não importantes para a decisão de não ter (mais) filhos (%), Portugal, 2013	68
Figura 3.1. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de preparar as refeições diárias (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	69
Figura 3.2. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa da limpeza da casa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	70
Figura 3.3. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de lavar e cuidar da roupa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	70
Figura 3.4. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de realização de pequenos arranjos e restauros na casa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	71
Figura 3.5. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de pagar as contas da casa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	72
Figura 3.6. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de gestão e organização das despesas da casa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	72
Figura 3.7. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de organização das atividades de lazer (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	73
Figura 3.8. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo o grau de satisfação com a divisão das tarefas domésticas (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	74
Figura 3.9. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de vestir as crianças ou verificar se estão apropriadamente vestidas (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013	75
Figura 3.10. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de levar e ir buscar as crianças à creche ou escola (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013	75
Figura 3.11. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de deitar as crianças ou controlar a hora de deitar (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013	76

Figura 3.12. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de ficar em casa com as crianças quando estão doentes (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013	77
Figura 3.13. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de levar as crianças ao médico (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013	77
Figura 3.14. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de brincar com as crianças e/ou participar em atividades de lazer com elas (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013	78
Figura 3.15. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de ajudar as crianças com os trabalhos escolares (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com 6 ou mais anos e menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013	78
Figura 3.16. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo o grau de satisfação com a divisão das tarefas com as crianças entre os membros do casal (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013	79
Figura 3.17. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem decide acerca das compras de rotina para a casa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	80
Figura 3.18. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem decide acerca das compras ocasionais mais dispendiosas para a casa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	81
Figura 3.19. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem decide acerca do tempo que dedica à sua profissão (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	81
Figura 3.20. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem decide acerca do tempo que o/a seu/sua cônjuge/companheiro/a dedica à sua profissão (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013	82
Figura 3.21. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem decide acerca do modo como as crianças são criadas/educadas (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013	82
Figura 3.22. Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a opção ideal para a mãe e para o pai conciliar o trabalho com a vida familiar, por escalão etário (%), Portugal, 2013	84
Figura 3.23. Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a opção ideal para a mãe e para o pai conciliar o trabalho com a vida familiar, por escalão etário (%), Portugal, 2013	84
Figura 3.24. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que concordam e discordam com afirmações relativas à vida familiar e fecundidade, por escalão etário (%), Portugal, 2013	85
Figura 3.25. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que concordam e discordam com afirmações relativas à vida familiar e fecundidade, por escalão etário (%), Portugal, 2013	86
Figura 3.26. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que concordam e discordam com afirmações relativas à vida familiar e fecundidade, por escalão etário (%), Portugal, 2013	87
Figura 3.27. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que concordam e discordam com afirmações relativas à vida familiar e fecundidade, por escalão etário (%), Portugal, 2013	87
Figura 3.28. Espaço de representações relativamente à parentalidade, mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013	88
Figura 4.1. Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo as medidas de incentivo à natalidade e escalão etário, por grau de importância (%), Portugal, 2013	92
Figura 4.2. Homens dos 18 aos 54 anos, segundo as medidas de incentivo à natalidade e escalão etário, por grau de importância (%), Portugal, 2013	93

NOTA INTRODUTÓRIA

A presente publicação integra os resultados do Inquérito à Fecundidade 2013, realizado entre janeiro e abril de 2013 numa parceria do Instituto Nacional de Estatística, IP, e da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

A atual realidade demográfica portuguesa caracteriza-se por uma desaceleração do crescimento demográfico, e mais recentemente pelo decréscimo dos volumes populacionais, por um continuado processo de envelhecimento demográfico e uma persistente tendência de declínio da fecundidade.

Este contexto demográfico, pelas suas características e implicações, veio evidenciar a pertinência de um estudo detalhado sobre a fecundidade, opção só viável a partir da realização de um inquérito específico que recorreu a uma amostra representativa de mulheres, entre 18 e 49 anos, e de homens, entre 18 e 54 anos, residentes em Portugal.

Os resultados do Inquérito à Fecundidade apelam, assim, a análises aprofundadas dos comportamentos de fecundidade por parte de mulheres e homens em Portugal, bem como das perceções e dos constrangimentos sociais, financeiros ou outros que pesam sobre a decisão de ter e não ter filhos.

Associada à disponibilização dos dados finais do Inquérito à Fecundidade 2013, junta-se esta publicação que procede a uma análise global dos resultados. A publicação Inquérito à Fecundidade 2013 beneficiou, ainda, do conhecimento de três especialistas na área: Doutora Vanessa Cunha, autora da Parte I, e a Professora Maria Filomena Mendes e a Professora Maria João Valente Rosa, autoras da Parte III.

O INE agradece a todos os entrevistadores e técnicos envolvidos na formação, recolha, tratamento dos dados e análise dos resultados.

O INE reconhece também a importância fundamental dos prestadores de informação, sem os quais não seria possível apresentar os resultados que agora se divulgam. A todas as pessoas entrevistadas, o INE expressa o seu agradecimento.

PARTE I – QUATRO DÉCADAS DE DECLÍNIO DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

Vanessa Cunha¹

1. PORTUGAL RUMO À BAIXA FECUNDIDADE A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

Há já mais de quatro décadas que a fecundidade portuguesa está em franco declínio. Se bem que a ritmos variáveis, e apesar da ligeira inversão da tendência em dois períodos muito localizados, o número médio de filhos por mulher – medido convencionalmente através do *índice sintético de fecundidade* (ISF) – passou de 3,00 filhos em 1970, uma fecundidade elevada, para 1,28 em 2012, um mínimo histórico que coloca Portugal entre os países menos fecundos da Europa e do mundo.²

Como momentos-chave deste declínio, devido aos seus efeitos decisivos na paisagem demográfica portuguesa, destacam-se três datas: 1982, ano em que o ISF caiu abaixo de 2,1 filhos, constituiu um primeiro marco de viragem, já que a substituição natural das gerações deixou de ser assegurada; 1994, ano em que o ISF se cifrou pela primeira vez abaixo de 1,5 filhos, colocou Portugal entre os países de muito baixa fecundidade; e 2012, ano em que o ISF caiu abaixo de 1,3 filhos, projetando a fecundidade para um novo patamar, considerado perigosamente baixo.³

¹ Investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

² As estatísticas oficiais apresentadas no texto provêm de duas fontes: do INE, para os dados nacionais; do Eurostat, para os dados sobre a Europa.

³ Em termos demográficos, a fecundidade é considerada muito baixa (*very low*) quando o ISF é inferior a 1,5, fazendo-se ainda uma distinção quando o ISF é inferior a 1,3 (*lowest-low*) (Kohler, Billari e Ortega 2002; Frejka e Sobotka 2008). Estes níveis de fecundidade são catalisadores dos processos de envelhecimento e declínio demográfico (Carrilho e Gonçalves, 2004; Rosa, 2012), crendo-se que, na ausência de movimentos migratórios compensatórios, seja difícil a recuperação dos nascimentos devido à estrutura populacional demasiado envelhecida (Demeny e McNicoll 2006; Frejka e Sobotka 2008; Goldstein, Lutz e Testa 2009).

No período em análise também ocorreram duas inflexões nesta tendência de declínio, a primeira em meados dos anos 70 e a segunda na passagem do milénio.⁴ No entanto, estes ligeiros aumentos nos níveis de fecundidade, meramente circunstanciais e delimitados no tempo, não produziram efeitos assinaláveis, apenas desacelerando, de forma momentânea, a tendência de declínio.

Assim, em apenas um quarto de século, entre 1970 e 1994, os níveis de fecundidade caíram para metade, níveis esses que não permitem – já lá vão três décadas – a substituição das gerações; e é a própria possibilidade de retoma dos nascimentos a longo prazo que começa a ficar comprometida, pois os baixos níveis de fecundidade que se registam desde meados dos anos 90, e mais intensamente desde 2001, têm levado à diminuição acentuada da população jovem e em idade reprodutiva.

O declínio da fecundidade afigura-se, portanto, uma tendência duradoura, de fundo, e fraturante da demografia portuguesa contemporânea, ainda sem sinais de viragem à vista tendo em conta as evidências mais recentes, que apontam, justamente, para a sua persistência. Com efeito, a forte quebra de nascimentos que se tem registado nos últimos tempos⁵ – coincidente, aliás, com a crise económica – não é alheia à redução da população em idade ativa e reprodutiva, para a qual também tem contribuído um movimento migratório centrífugo, tanto de nacionais como de estrangeiros residentes, que não tem sido compensado pelo movimento inverso.⁶

1.1. A PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

Segundo Cruz (2011), este declínio da fecundidade é desigual no território nacional, observando-se o reavivar das assimetrias regionais, após um período de maior convergência do ISF na década de 90.

Na verdade, as assimetrias regionais sempre marcaram a fecundidade portuguesa. Nas décadas de 70 e 80 do século XX perdurava ainda o forte contraste entre o Norte mais fecundo e o Sul menos fecundo. E estes diferentes padrões de fecundidade ligavam-se a lógicas tradicionais distintas de propriedade da terra, transmissão familiar e níveis de penetração das práticas religiosas no tecido social. Com efeito, a fecundidade mais elevada no Norte do país era tributária do peso estrutural da atividade agrícola baseada na pequena propriedade, fortemente consumidora de mão-de-obra familiar e infantil, acrescida do grande peso da Igreja Católica na regulação dos comportamentos familiares em geral e reprodutivos em particular. Já a fecundidade menos elevada no Sul do país era resultante de uma organização da atividade económica em torno do latifúndio e do operariado rural e da menor relevância normativa da Igreja na vida dos indivíduos (Almeida e Wall 1995).

A década de 90 trouxe, então, a diluição das assimetrias regionais, por efeito da aceleração dos processos de modernização que a sociedade portuguesa vinha conhecendo desde os anos 60: crescente terciarização do tecido produtivo; mudanças na condição económica e social das mulheres e no lugar mais privilegiado da criança na família; maior laicização, informalização e diversificação da vida familiar. Daqui resultou o declínio da fecundidade nas regiões onde o indicador era tradicionalmente mais elevado, de tal modo que vários autores equacionaram estarmos perante a uniformização dos comportamentos reprodutivos na sociedade portuguesa, tendência que estaria para ficar (Almeida *et al.* 1995; Bandeira 1996; Ferrão 1996).

⁴ A primeira aconteceu na sequência da Revolução de Abril e do processo de descolonização (Rosa e Vieira 2003). Já a segunda resultou da estrutura populacional favorável de então: a chegada, justamente, dos *baby-boomers* dos anos 70 às idades mais fecundas; e o contributo significativo dos nascimentos da população estrangeira no quadro da intensa imigração económica que Portugal registou na década de 90 (Rosa e Vieira 2003; Rosa 2004).

⁵ Os nascimentos tiveram taxas de variação anual negativas em 2009, 2011, 2012 e 2013 (-4,9%, -4,7%, -7,2% e -7,9%, respetivamente); 2009 foi o primeiro ano em que os nascimentos foram inferiores a 100 mil, em 2012 os nascimentos não atingiram os 90 mil e em 2013 os nascimentos já estão próximos dos 80 mil (82 787 nados vivos).

⁶ A emigração permanente tem vindo a aumentar e nos últimos anos o saldo migratório também foi negativo, o que já não sucedia desde o início dos anos 90.

A partir dos anos 2000 descortina-se, contudo, a emergência de uma nova assimetria regional, que passou a contrapor o interior norte e centro do país, agora menos fecundo, ao litoral sul, mais fecundo. Como constatou Cruz (2011), nessa faixa interior do país há regiões que, em 2010, já registavam um ISF inferior a um filho: Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela. Trata-se de regiões profundamente deprimidas onde se somam, portanto, desvantagens demográficas, económicas e sociais.

2. UM DECLÍNIO SINGULAR DA FECUNDIDADE

O declínio da fecundidade não é específico de Portugal, inscrevendo-se antes no processo de transformação do regime demográfico do Ocidente que ocorreu na segunda metade do século XX, a reboque de mudanças culturais e sociais mais abrangentes no sentido da individualização e da rutura com as normas e os valores tradicionais que regulavam a vida familiar. O declínio da fecundidade para níveis abaixo do limiar da substituição das gerações – ancorado neste novo paradigma e sustentado na contraceção moderna que então começava a vingar – ficou conhecido por *Segunda Transição Demográfica* e acabou por varrer a Europa, embora com diferentes intensidades e ritmos: primeiro a Europa do Norte e Ocidental, a partir dos anos 60; depois a Europa do Sul, nos anos 70 e 80; e por fim a Europa Central e de Leste, já nos anos 90, no rescaldo da transição política (Sobotka 2008; Frejka *et al.* 2008).

Um dos elementos centrais da Segunda Transição Demográfica é o adiamento da maternidade, que acompanhou as mudanças e a diversificação nos modos de constituir e viver em família. Com efeito, de um ponto de vista estritamente demográfico, é consensual que o adiamento da maternidade desempenhou por si só um papel determinante na queda momentânea da fecundidade nas sociedades europeias a partir dos anos 60, na medida em que a redução do *tempo* é cúmplice da redução do *quantum* (Van de Kaa 1987). Segundo Frejka e Sobotka (2008), este adiamento traduz-se, portanto, na consolidação de um padrão mais tardio de fecundidade, assente na forte redução da maternidade precoce (até aos 25 anos) e na concentração de nascimentos acima dos 30 anos.

2.1. DO REJUVENESCIMENTO DA MATERNIDADE EM CONTRACICLO AO ADIAMENTO CONVERGENTE

A relação estabelecida entre o declínio da fecundidade e o adiamento da maternidade não é confirmada no caso português, pelo menos na primeira fase de declínio intenso do ISF – entre o início da década de 70 e meados da década 80 –, pois este não foi acompanhado pelo suposto aumento da idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho. Bem pelo contrário, coincidiu com um período de rejuvenescimento da maternidade: a idade média ao nascimento do primeiro filho desceu gradualmente de 24,4 anos em 1970 para 23,5 em 1982; e só voltou aos valores do início dos anos 70 no final da década de 80.⁷

A partir da análise da evolução das taxas de fecundidade por grupo etário, Mendes (2012) vem demonstrar que o rejuvenescimento da maternidade se deveu, sobretudo, ao comportamento das mulheres mais jovens (entre os 20 e os 24 anos, mas também entre os 15 e os 19 anos), que registaram um surto de fecundidade no pós-25 de Abril e mantiveram taxas invulgarmente elevadas ao longo dos anos 80. Foi só a partir da década seguinte que a maternidade nos grupos etários 30-34 anos e 35-39 anos começou, progressivamente, a ganhar terreno, aproximando-se, então, do padrão de fecundidade mais tardio descrito por Frejka e Sobotka (2008).

⁷ Este rejuvenescimento da maternidade começou, na verdade, mais cedo, na segunda metade dos anos 60, e foi consequente com igual tendência na nupcialidade, resultante de um certo afrouxamento das restrições matrimoniais que dificultavam o acesso ao casamento nas sociedades tradicionais, ainda importantes na primeira metade do século XX na sociedade portuguesa (para as mulheres, a idade média ao primeiro casamento passou de 24,8 anos na primeira metade dos anos 60, para 23,2 em 1982-1983). Um resultado dessas restrições matrimoniais era a elevada incidência de celibatários e de nascimentos «ilegítimos» (fora do casamento) ainda na primeira metade do século XX (Bandeira 1996, 2012; Rosa e Vieira 2003).

Assim, foi só desde meados dos anos 80 que a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho aumentou de forma ininterrupta e acentuada: rondando atualmente os 30 anos (29,7 anos, em 2013) e não dando sinais de abrandar, ao contrário do que tem sido a tendência recente na Europa (Mendes 2012; Goldstein, Lutz e Testa 2009). A idade média ao nascimento de um filho (primeiro ou outro), que foi de 31,2 anos em 2013, também tem vindo a aumentar e a convergir com o panorama da UE27. Por outro lado, em Portugal, as curvas das idades médias ao primeiro nascimento e no conjunto dos nascimentos também estão a aproximar-se, o que, segundo Mendes (2012), é um padrão específico da fecundidade portuguesa, denotando que os nascimentos que ocorrem na nossa sociedade são, cada vez mais, de primeiros filhos.

Em suma, diversamente do que sucedeu noutros países europeus, o adiamento da maternidade não foi cúmplice do início do declínio da fecundidade em Portugal, ocorrendo apenas mais tarde e de forma particularmente acentuada. Como tal, importa refletir sobre o caminho alternativo trilhado pela sociedade portuguesa rumo à baixa fecundidade. Outros elementos distintivos na fecundidade portuguesa conferem-lhe uma certa singularidade no contexto europeu, a saber, os níveis elevados de transição para a maternidade aliados à forte incidência de descendências de filho único (Cunha 2012a, 2012b).

2.2. MAIS FILHOS ÚNICOS, MENOS *CHILDLESSNESS* E MENOS SEGUNDOS NASCIMENTOS

Foi, justamente, o que demonstrou Frejka (2008), a partir da comparação das descendências finais de coortes femininas nascidas na primeira metade dos anos 60: o padrão de fecundidade das mulheres portuguesas notabiliza-se por uma das mais elevadas proporções de descendências de filho único, e pelo nível mais residual, entre os países analisados, de infecundidade (*childlessness*), *i. e.*, de mulheres que chegaram ao fim do período fértil sem filhos. Este padrão de fecundidade – que reflete a transição certa para o primeiro filho, mas a transição menos certa para o segundo (Cunha 2007, 2012a) – não tem equivalente nos restantes países da Europa do Sul (aliás, bastante diversos entre si) e está muito longe dos padrões mais fecundos, mas também com níveis mais elevados de *childlessness*, da Europa Ocidental e do Norte. Trata-se, portanto, de uma realidade que se aproxima da de países da Europa Central e de Leste, com níveis de transição para a maternidade acima dos 90% e uma elevada proporção de filhos únicos.⁸

Baseando-se numa análise secundária de dados do Human Fertility Database sobre a fecundidade atingida no final da vida reprodutiva em vários países europeus, Oliveira (2012) chega a conclusões semelhantes. Portugal, em 2010, apesar de permanecer bem posicionado (mas não na dianteira) quanto aos primeiros nascimentos, estava na cauda da Europa quanto aos segundos, terceiros e quartos nascimentos, em resultado da trajetória descendente que todas estas ordens de nascimento conheceram nas últimas décadas. Mas avança outras conclusões, ainda mais elucidativas, sobre a importância relativa da evolução das diferentes ordens de nascimento para o declínio da fecundidade em Portugal. Se entre 1981 e 2009 se registou essa descida em todas as ordens de nascimento, aquela que mais contribuiu para o declínio foi, decisivamente, a descida dos segundos nascimentos: não só foi responsável por 40,0% do declínio registado no período em análise, como a sua importância relativa tem vindo a intensificar-se com o avançar do tempo.⁹

⁸ Embora nestes países a maternidade seja mais precoce do que em Portugal.

⁹ Entre 1981 e 1991, a quebra dos segundos nascimentos foi responsável por 32,0% do declínio, valor não muito distante do contributo da quebra dos terceiros nascimentos (27,5%); entre 2001 e 2009, estes já só representaram 19,5% do declínio ocorrido, enquanto os segundos nascimentos passaram a representar 64,6%, ou seja, duplicaram o seu peso (Oliveira 2012).

Esta quebra dos segundos nascimentos também é observável nos Censos. Com efeito, uma análise dos últimos três recenseamentos da população (1991, 2001 e 2011) permitiu constatar o aumento em 20% dos casais que têm apenas 1 filho no núcleo, representado atualmente mais de metade dos casais com filhos. No que se refere aos casais em idade reprodutiva, a prevalência de núcleos com 1 filho, em 2011, é especialmente expressiva entre os casais mais jovens, em que a mulher tem menos de 30 anos, mas também se verifica nos casais em que a mulher tem entre 30 e 39 anos; só no grupo etário seguinte é que os núcleos com dois filhos passam a predominar (Cunha e Atalaia 2014).

2.3. UM ADIAMENTO MENOS VISÍVEL, MAS CONSEQUENTE: O ADIAMENTO DO SEGUNDO FILHO

O caminho trilhado pela sociedade portuguesa em direção à baixa fecundidade não foi tributário, portanto, do adiamento da maternidade numa primeira fase, ou de níveis elevados de *childlessness*, como se passou em outros países de baixa fecundidade, como são exemplos a Alemanha e a Itália (González e Jurado-Guerrero 2006; Frejka 2008). Tratou-se de um rumo alternativo, que consistiu, como ficou claro, na quebra duradoura e crescente dos segundos nascimentos, com consequências óbvias nos nascimentos seguintes. Neste cenário, não é a transição para a maternidade que tem sido posta em causa, mas sim a transição para o segundo filho, apesar de auscultações recentes à população portuguesa – representativas do universo nacional ou dirigidas a grupos sociais específicos – devolverem a estabilidade de um quadro normativo alicerçado nos dois filhos, que continua a nortear ideais e aspirações de fecundidade (Testa 2012a; Alexandre 2013), contrariando, aliás, algumas previsões derrotistas.¹⁰ Mas esta imagem da família ancorada no ideal dos dois filhos, que se vem consolidando na sociedade portuguesa pelo menos desde os anos 70 (Cunha 2007) e que parece permanecer enraizada, contrasta, afinal, com a realidade dos números, pois há muito que a passagem do primeiro filho para o segundo deixou de ser uma evidência.

A proposta aqui avançada é que a chave explicativa da peculiaridade do início do nosso percurso rumo à baixa fecundidade reside, então, no adiamento do segundo filho, mais invisível à análise demográfica clássica – pois o adiamento da maternidade tem sido o foco de interesse – mas em curso há décadas na sociedade portuguesa (Cunha 2012a). E este comportamento reprodutivo, que reflete a forte regulação dos nascimentos na biografia do casal, é cúmplice, portanto, da crescente incidência de filhos únicos (Cunha e Atalaia 2014), que tem singularizado Portugal no contexto europeu (Frejka 2008; Oliveira 2012).

Com efeito, a partir de um inquérito realizado em 2009-2010, que visava conhecer as trajetórias familiares de três gerações de portugueses – homens e mulheres nascidos nas décadas de 30, 50 e 70 do século XX¹¹ –, foi possível mapear as trajetórias reprodutivas destas gerações (Cunha 2012a, 2012b), trajetórias já encerradas no caso das duas mais velhas, mas ainda em curso no caso da mais nova, na medida em que estes indivíduos tinham entre 35 e 40 anos à data da inquirição. A análise permitiu constatar, justamente, que se tem vindo a dilatar o tempo médio que medeia o nascimento do primeiro e do segundo filho, o que se espelha no aumento do intervalo médio entre estes nascimentos de uma geração para a outra: 3,8 anos na geração de 1935-1940;

¹⁰ Na primeira metade dos anos 2000, Goldstein, Lutz e Testa (2003) e Lutz, Skirbekk e Testa (2006) observaram que, nos países de língua alemã, os jovens começaram a reportar ideais de fecundidade abaixo do limiar de substituição das gerações, desafiando o ideal dos dois filhos prevalente na grande maioria dos países europeus. A hipótese que avançaram foi que tal resultaria de uma mudança de valores impelida pela crescente banalização das famílias com pouco filhos, na medida em que estes países foram os primeiros a experienciar uma baixa fecundidade persistente. Esta mudança cultural seria, então, responsável pela continuação do declínio da fecundidade, já que os comportamentos reprodutivos são orientados mas tendem a ficar aquém dos ideais. Esta teoria, que ficou conhecida por «armadilha da baixa fecundidade» (*low fertility trap hypothesis*), antecipava a redução dos ideais de fecundidade noutros países de baixa fecundidade persistente, pelo que a Europa do Sul estaria na linha da frente desse processo (Lutz, Skirbekk e Testa 2006).

¹¹ O inquérito foi aplicado em Portugal Continental, a três amostras representativas de coortes de nascimento distintas (cerca de 500 indivíduos em cada uma delas): 1935-1940, 1950-1955, 1970-1975. Este inquérito é parte integrante do projeto «Trajetórias Familiares e Redes Sociais: Percursos de Vida numa Perspectiva Intergeracional» (coordenação de Karin Wall, ICS-ULisboa, 2008-2011).

4,3 na de 1950-1955; e 4,9 na de 1970-1975. Este adiamento sustenta-se na forte redução dos nascimentos muito próximos, até 2 anos – que caracterizaram ainda a trajetória reprodutiva da geração mais velha – e no particular incremento de intervalos longos, de 6 e mais anos. Com efeito, enquanto na geração de 1935-1940 metade dos segundos nascimentos ocorria até 2 anos após o primeiro, a geração de 1950-1955 avançou parte desses segundos nascimentos para o intervalo de 3-5 anos, que passou a ser prevalente. Já na geração de 1970-1975, o segundo filho nasce frequentemente com um grande espaçamento do primeiro: mais de um terço destes nascimentos ocorre 6 e mais anos depois (Cunha 2012a).

Esta alteração dos comportamentos reprodutivos entre as três gerações analisadas só foi possível graças à consolidação de uma cultura de vigilância contracetiva moderna na sociedade portuguesa (Almeida 2004). A geração de 1950-1955 foi uma das primeiras a ter acesso à contraceção hormonal e a dela fazer uso estratégico na regulação dos nascimentos, apesar do rejuvenescimento da idade ao casamento e à maternidade de que estas mulheres foram protagonistas. O adiamento do segundo filho simbolizava, na verdade, uma tripla conquista: a libertação das mulheres do fardo e dos riscos das gravidezes sucessivas; a oportunidade de adequar o número de filhos a um ideal de vida familiar fortemente apostado na promoção de uma infância mais privilegiada e na mobilização social e escolar dos filhos (Ariès 1980; Almeida e Wall 1995; Cunha 2007); e a possibilidade de programar o calendário da fecundidade em função daquela finalidade. Esta geração participou, portanto, num processo social de restrição voluntária dos nascimentos, do qual resultou, aliás, a generalização das descendências de dois filhos (Cunha 2012a).¹²

Quanto à geração de 1970-1975, estamos em crer que o adiamento do segundo filho é sintoma de um processo social distinto do anterior, que tem levado ao aprofundamento, menos voluntário, da redução dos nascimentos. Tanto mais que é secundado pelo adiamento do nascimento do primeiro filho. Este adiamento acentuado da parentalidade, mais frequente entre os homens (Cunha 2012b) e entre os indivíduos com escolaridades de nível superior (Cunha e Atalaia 2014), configura a emergência de um «padrão tardio» de fecundidade (Billari 2004), podendo este vir a ser responsável pelo ligeiro aumento dos níveis de *childlessness* na sociedade portuguesa para as gerações atualmente em idade reprodutiva (Cunha 2012b). Já o adiamento do segundo filho representa um compasso de espera a seguir ao nascimento do primeiro filho, onde se jogam indecisões e a negociação de novas metas à «procura de melhores dias». Deste modo, não é raro que este compasso de espera se torne cúmplice da renúncia de ideais e projetos de fecundidade de dois ou três filhos, como elucida o discurso reflexivo de homens e mulheres em torno de percursos reprodutivos que acabaram por se fixar no filho único (Cunha 2007, 2010).

Para este compasso de espera concorrem circunstâncias várias, que se somam e não se excluem. O grau de complexidade que as decisões reprodutivas assumem no presente, mais ainda em tempos de crise e de incerteza, por natureza incompatíveis com projetos de elevado investimento (em sentido lato) e de longo prazo, como é o projeto de ter um filho (McDonald 2002-2003). Esta decisão depende, portanto, de um «pacote mínimo de condições» (González e Jurado-Guerrero 2006), nem todas de natureza privada. Com efeito, se há muito que as decisões reprodutivas foram resgatadas do domínio público das convenções sociais, religiosas e morais – prescritivas dos comportamentos reprodutivos legítimos – para o domínio intangível do privado, as políticas públicas são, no fim de contas, o garante da viabilidade dessas decisões privadas.

¹² A geração de 1935-1940 teve, em média, 2,7 filhos, e as descendências de 3 e mais filhos ainda eram prevalentes; já a geração de 1950-1955 teve, em média, 2,0 filhos e as descendências de 2 filhos passaram a predominar amplamente (Cunha 2012a).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E DECISÕES PRIVADAS: O PAPEL DO ESTADO SOCIAL NOS NÍVEIS DE FECUNDIDADE

É já extenso o debate em torno do impacto do contexto institucional e das políticas públicas preconizadas nos níveis de fecundidade dos países, assim como no potencial de recuperação naqueles em que a fecundidade atingiu um patamar muito baixo (Gauthier 2007; McDonald 2000, 2002-2003; Takayama e Werding 2011; Thévenon e Gauthier 2011; Thévenon 2012). Esta ampla reflexão permitiu identificar as medidas de política que têm sido implementadas em diferentes países tendo em vista o estímulo à natalidade.

McDonald (2002-2003) sistematiza-as em três tipos: *medidas de incentivo financeiro*, como abonos, bónus, deduções fiscais, serviços e bens gratuitos/subsidiados dirigidos às crianças, ou subsídios à habitação; *medidas de conciliação entre vida familiar e vida profissional*, como licenças parentais, equipamentos de guarda das crianças pequenas, horários de trabalho flexíveis, ou legislação laboral não discriminatória; *medidas promotoras de uma mudança social mais vasta no sentido da valorização das crianças e da parentalidade*, onde se incluem o desenho urbano «amigo das crianças», ou a promoção da igualdade de género no trabalho pago e não pago e nos cuidados aos filhos. No entanto, deste exercício não resultou um *manual de boas práticas*, pois, como referiu McDonald (2002-2003), uma boa medida pode não ter o alcance desejado se for efémera, avulsa ou contraditória com as demais, se não for consistente com a matriz sociocultural ou com as formas de organização do mercado de trabalho, entre outras. Por exemplo, a pretexto da conciliação trabalho e família, incentivar o trabalho a tempo parcial ou atribuir um subsídio financeiro para as mães ficarem em casa a tomar conta das crianças pequenas após o período de licença parental (*home care allowance*), podem não ser medidas bem recebidas em países onde há uma forte participação das mulheres no mercado de trabalho (McDonald 2002-2003; Thévenon 2012; Wall 2012). É o caso de Portugal, onde o trabalho feminino é não só estratégico do ponto de vista da economia doméstica, como é amplamente reconhecido (por mulheres e por homens) enquanto instrumento de valorização pessoal da mulher e de maior igualdade de género no casal (Wall e Amâncio 2007; Wall, Aboim e Cunha 2010; Wall, Cunha e Marinho 2013; Wall, Cunha e Atalaia 2013).

Thévenon e Gauthier (2011) e Andersson (2012) concluem no mesmo sentido: mais importante do que uma medida em concreto ou um pacote de medidas, são a coerência e a estabilidade das mesmas que podem produzir efeitos positivos, a longo prazo, na fecundidade, ou seja, a convicção de que as condições que estão na base da decisão de ter um filho serão asseguradas pelo tempo necessário. Por maioria de razão, recuar nas medidas implementadas pode ter impactos perniciosos.

É consensual a dificuldade de avaliar o impacto direto das políticas públicas na fecundidade, pois os seus efeitos na realidade demográfica demoram a fazer-se notar, ao contrário dos efeitos mais imediatos dos ciclos económicos, ou dos movimentos migratórios laborais que alteram rapidamente o contingente de população em idade reprodutiva; mas também porque não é fácil desentrelaçar estes efeitos concomitantes, que se podem reforçar ou, inversamente, anular. Contudo, não obstante estas dificuldades, a partir de um determinado patamar, as sociedades não se podem demitir da sua responsabilidade, devendo aferir as causas específicas da baixa fecundidade e pôr em prática soluções em conformidade, sob pena de os desequilíbrios demográficos se tornarem disruptivos.

Segundo McDonald (2002-2003), é possível manter níveis moderados de fecundidade (entre 1,7 filhos e 1,9 filhos) mediante a implementação consistente de políticas públicas. É o caso paradigmático da França, onde o ISF, bastante estável há décadas, tem mesmo registado um ligeiro aumento nos últimos anos, para um valor próximo do da substituição das gerações (2,0 filhos, em 2012). Esta fecundidade particularmente elevada, num contexto europeu de baixa fecundidade, é resultante, em grande medida, da aposta na consolidação de uma rede de creches, à qual se segue a *école maternelle*, uma instituição já secular, que presta cuidados gratuitos, de qualidade, prolongados e universais às crianças a partir dos 2 anos (Toulemon, Pailhé e Rossier 2008; Fagnani 2010).

A atenção à participação das mulheres no mercado de trabalho, compatível com a maternidade, e com uma maternidade que não se esgota no primeiro filho, é comum, aliás, a vários países europeus (Thévenon 2012). É o caso da Suécia, que regista atualmente um ISF em torno de 1,9 filhos. Apesar de, neste país, também se fazer uma aposta no trabalho feminino e em serviços de guarda de qualidade, existem outras especificidades que importa sublinhar, como as políticas de família que não visam diretamente o incentivo da natalidade e sim da igualdade de género, mas que acabam por ter esse efeito colateral. Como clarificam McDonald (2002-2003) e Andersson (2012), no âmago das políticas públicas está a promoção da igualdade de género no trabalho pago e não pago e a realização individual, de homens e mulheres, na esfera profissional e na esfera familiar. Este reconhecimento público do direito e do dever de cuidar por parte dos homens levou ao desenvolvimento de medidas de incentivo à partilha alargada das licenças parentais, constituindo o modelo sueco uma referência incontornável nesta matéria. Nesta perspetiva, McDonald elucida que a baixa fecundidade nos países desenvolvidos pode ser interpretada à luz das inconsistências nos regimes de género que coexistem no interior de cada sociedade: «*In countries with very low levels of fertility, it is postulated that levels of gender equity are high in institutions that deal with people as individuals, such as education and market employment, while they are low in institutions that deal with people as members of families, such as industrial relations (the terms and conditions of employment), family services, the tax system, social security and the family itself*» (2002-2003, 429). É precisamente em países como a Suécia, onde estas inconsistências são menores, em que as medidas de promoção de igualdade de género em várias frentes estão mais desenvolvidas e há mais tempo (Thévenon e Gauthier 2011; Andersson 2012; McDonald 2002-2003), que a fecundidade é mais elevada, pelo menos em tempos de prosperidade e de baixos níveis de incerteza.

3.1. A INICIÊNCIA DO ESTADO SOCIAL E OS EFEITOS DA CRISE: QUE PERSPETIVAS PARA A FECUNDIDADE PORTUGUESA?

Várias das medidas acima identificadas têm sido implementadas, a diferentes ritmos, na sociedade portuguesa desde o 25 de Abril de 1974 e a Constituição que se lhe seguiu.

Refletindo uma mudança paradigmática, as políticas de família do pós-25 de Abril romperam com as existentes na vigência do Estado Novo e com a ideologia de família patriarcal e hierárquica que as sustentava. Segundo Wall, esta verdadeira revolução no campo das políticas de família serviu, então, dois objetivos: «alterar o modelo de família e de papéis de género subjacente às políticas anteriores» e «promover uma nova relação entre o Estado e a família, reconhecendo a autonomia e a liberdade dos indivíduos e das famílias na esfera privada, mas garantindo, simultaneamente, o apoio e a proteção do Estado» (2011, 351). Estes princípios fundadores, a par de algumas especificidades da sociedade portuguesa, como a forte presença das mulheres no mercado de trabalho há já largas décadas, têm orientado a construção gradual do edifício das políticas de família.¹³

¹³ Para uma análise detalhada da evolução das políticas de famílias em Portugal nos últimos 40 anos consultar Wall (2011).

Sobre os três tipos de medidas de promoção da natalidade, algumas *relativas à conciliação* registaram desenvolvimentos consistentes, em especial no campo da proteção da maternidade e da paternidade, da implementação de uma rede de serviços de guarda das crianças pequenas e da igualdade de género no trabalho pago (Wall 2011). Quanto às *medidas de incentivo financeiro*, que conheceram uma grande expansão e diversificação durante algum tempo, estas têm vindo a ser fortemente acometidas nos últimos anos em virtude da crise e da austeridade financeira (Wall 2013). Por fim, nas *medidas promotoras de uma mudança social mais vasta no sentido da valorização das crianças e da parentalidade*, temos vindo a arrear caminho, não só a nível das políticas de família, como a nível da presença da família e das crianças no discurso político (Wall 2011, 2013).

Em suma, na sociedade portuguesa tem-se verificado, nos anos mais recentes, uma deterioração de condições reconhecidamente propícias ao acesso e ao exercício da parentalidade, como a instabilidade e a precarização do mercado de trabalho e o desemprego¹⁴ ou a redução dos níveis de bem-estar das famílias, por via da quebra dos rendimentos, dos benefícios e dos apoios públicos.¹⁵

Quando o Estado social se retrai em tempos de crise e incerteza, é não só o contrato implícito de co-responsabilidade entre o Estado e as famílias, em prol do bem-estar das novas gerações, que se quebra, minando a confiança destas para tomar decisões reprodutivas *sem rede* (Cunha 2012a). São também os custos diretos e indiretos da parentalidade que passam a recair integralmente do lado das famílias, daqui resultando a sobrecarga económica, ou mesmo o aumento do risco de pobreza¹⁶ e as dificuldades acrescidas em matéria de conciliação nas famílias com filhos (Cunha 2012a; Testa 2012a). Mas pode ainda advir outro efeito perverso de uma eventual demissão do Estado social, que é o aprofundamento das desigualdades sociais no acesso à fecundidade¹⁷, que deixa de ser um direito para passar a ser um privilégio (Cunha 2012a). Com vimos, uma faceta perturbadora destas desigualdades, pelo efeito fraturante que tem na sociedade portuguesa, é o recrudescimento de assimetrias regionais em torno do ISF, que refletem a «anorexia reprodutiva» (Livi Bacci 2001), a renúncia à parentalidade, de parte da população portuguesa. Não admira que seja, justamente, nas regiões com um perfil socioeconómico mais desfavorecido, tendo em conta um conjunto de indicadores estruturais relevantes, que o ISF registe os níveis mais baixos, como bem demonstrou Cruz (2011).

Assim, para além dos reveses da crise que levou ao recuo de «um estado-providência ainda pouco consolidado» (Wall 2012, 44) e ao enfraquecimento do discurso valorativo da família e da criança, as políticas públicas não têm conseguido solucionar uma questão central para esta discussão da baixa fecundidade e do adiamento da maternidade: a persistência de desigualdades de género no trabalho pago e não pago, com impacto na sobrecarga feminina nas tarefas domésticas e nos cuidados familiares (Wall e Amâncio 2007; Ferreira 2012).

¹⁴ A taxa de desemprego mais do que duplicou entre 2008 e 2013. E a proporção do desemprego de longa duração (1 ano ou mais) também tem vindo a aumentar, representando, em 2013, cerca de dois terços das situações de desemprego.

¹⁵ Para uma análise detalhada das alterações legislativas e dos cortes (na despesa, nos titulares e nas medidas) a nível das políticas públicas de família, mas também da diminuição dos benefícios fiscais, nos anos mais recentes, consultar Wall (2013).

¹⁶ O risco de pobreza das famílias com três ou mais filhos dependentes, após transferências sociais, aumentou de 32% em 2008 para 41% em 2012.

¹⁷ Ainda nos anos 70 e 80, as desigualdades sociais na esfera da fecundidade tinham outros contornos. Traduziam-se na persistência de «filhos a mais» entre as franjas sociais menos favorecidas e menos escolarizadas da população, *i.e.*, com comportamentos reprodutivos involuntariamente fecundos em virtude de um planeamento familiar pouco eficaz (Cunha 2007, 2009).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O declínio da fecundidade portuguesa é uma realidade há já quatro décadas. Não sendo esta tendência particular em relação a Portugal, na medida em que se inscreve no quadro da modernização dos comportamentos reprodutivos que conduziu à Segunda Transição Demográfica por toda a Europa a partir dos anos 60 do século XX, o declínio da fecundidade portuguesa encerra, contudo, várias singularidades.

O início da queda do ISF coincidiu com um rejuvenescimento da maternidade e não com o seu suposto adiamento; e não é tributário de um aumento dos níveis de *childlessness*, que se têm mantido particularmente baixos, quando comparados com o panorama europeu. O adiamento dos segundos nascimentos, aliado à quebra desses mesmos nascimentos, é que constitui, portanto, a chave explicativa do início singular do declínio, assim como da incidência particularmente elevada das descendências de filho único na sociedade portuguesa.

Apesar destas especificidades, e de inicialmente esse declínio ter sido mais tardio no contexto da Europa Ocidental, no início do século XXI, os níveis de fecundidade e a idade da mulher ao nascimento do primeiro filho já não distinguiam Portugal da tendência europeia. Desde então, a persistência do declínio do ISF, cúmplice de um adiamento intenso da maternidade que não dá sinais de abrandamento, colocam a fecundidade portuguesa em contraciclo com a tendência europeia de alguma recuperação dos níveis de fecundidade.

O atual panorama da fecundidade permite afirmar, assim, que se está perante um duplo adiamento na sociedade portuguesa (Cunha 2012a), que nos últimos anos tem sido reforçado pelo efeito da crise económica nas decisões reprodutivas. A precarização das condições de vida e a incerteza face ao futuro, na ausência de políticas públicas de família proativas, podem colocar sérios entraves à realização dos ideais de fecundidade.

Com efeito, é conhecido o impacto positivo de políticas públicas consistentes e estáveis na natalidade, assim como o impacto pernicioso do recuo das mesmas. Especialmente em tempos de crise, a permanência das medidas de política tende a funcionar enquanto almofada amortecedora dos seus efeitos negativos, nomeadamente a instabilidade do mercado de trabalho e a perda de rendimentos das famílias, reduzindo os riscos da incerteza e mitigando a eclosão das desigualdades sociais no acesso e no exercício de uma parentalidade que requer níveis mínimos de bem-estar. O recrudescimento das novas assimetrias regionais em torno do ISF, que aponta para níveis de fecundidade confrangedores em regiões social e economicamente mais deprimidas do interior do país, é o reflexo dessas desigualdades.

Se somarmos a esta equação os altos níveis de emigração económica, com impacto direto no contingente de população em idade de constituir família, e o facto de as decisões reprodutivas estarem a ser intensamente adiadas nestes tempos de crise e incerteza, não se avizinha para breve o fim do declínio da fecundidade em Portugal.

PARTE II – INQUÉRITO À FECUNDIDADE 2013: RESULTADOS

1. CONTEXTOS FAMILIARES

As tendências demográficas recentes, caracterizadas pelo contínuo e persistente envelhecimento da população, aumento da esperança de vida, redução da mortalidade infantil, queda acentuada da fecundidade, adiamento continuado da parentalidade, aumento da informalização da conjugalidade e da sua dissolução pelo divórcio (com exceção de 2011 e 2012), entre outros indicadores, traduzem mudanças significativas nas formas de viver em casal e em família. As famílias tendem a ter cada vez menor dimensão, centram-se na figura do casal (com ou sem filhos), são menos alargadas e complexas (coresidem menos com outros familiares) e predomina a diversidade na forma de viver em família (famílias unipessoais, monoparentais, recompostas, em união de facto, casais do mesmo sexo, entre outras formas).

As práticas e atitudes das pessoas face à fecundidade e família poderão ser influenciadas por vários fatores, sendo um deles os contextos familiares de origem e atual. Pretende-se, neste capítulo, analisar os diferentes contextos familiares, com base nos resultados do Inquérito à Fecundidade: o tipo de agregado parental de origem, a existência de irmãos e meios-irmãos, a idade e motivos para deixar de residir com o agregado parental de origem, a idade à primeira conjugalidade, a idade à parentalidade e o tipo de agregado familiar atual.

1.1. AGREGADO PARENTAL DE ORIGEM

Mais de 80% das pessoas (mulheres dos 18-49 anos e homens dos 18-54 anos) residiu até aos 15 anos de idade com ambos os pais. Este tipo de agregado apresenta valores mais elevados nas gerações mais velhas.

O segundo agregado parental de origem referido por 11% de mulheres e 9% de homens respeita as famílias recompostas e as monoparentais, com valores mais elevados nas gerações mais novas.

Figura 1.1. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo o agregado parental de origem, por escalão etário (%), Portugal, 2013

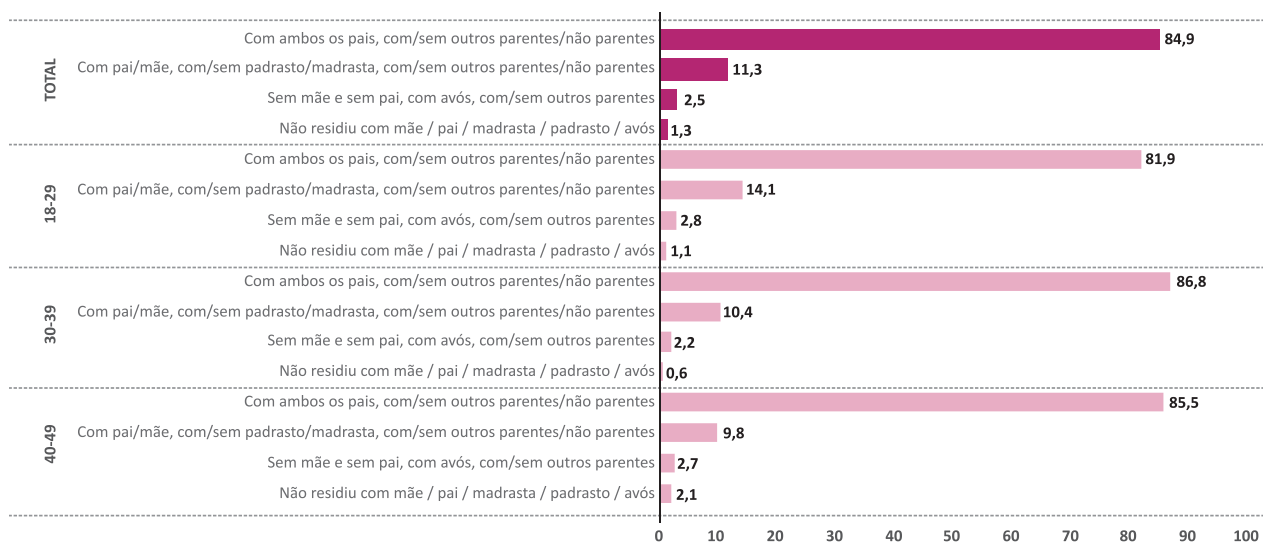
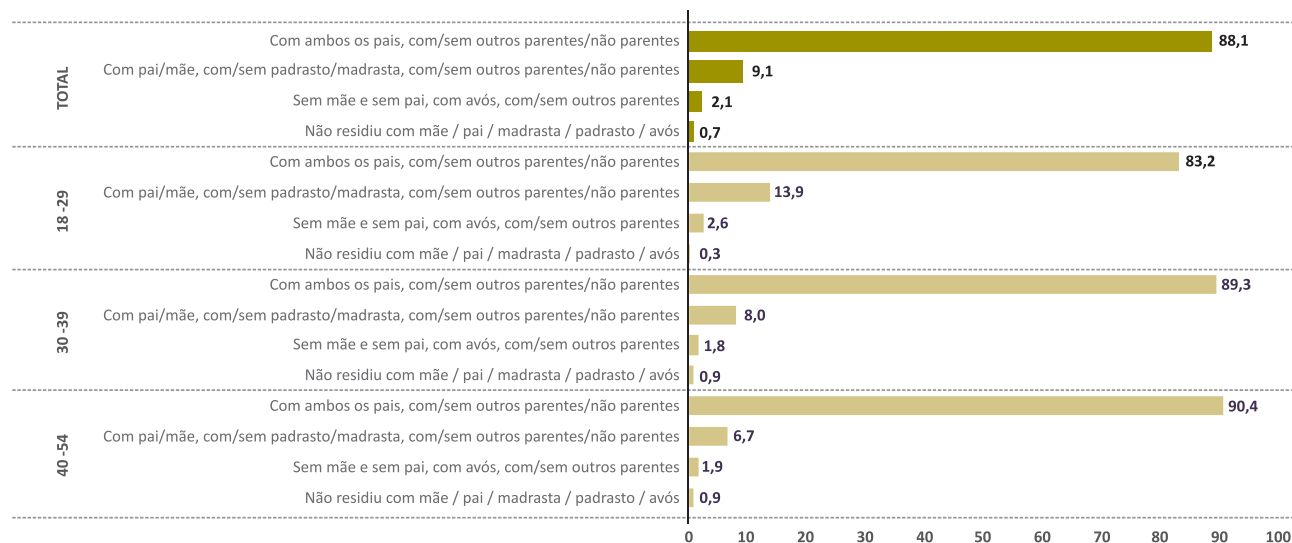


Figura 1.2. >>

Homens dos 18 aos 54 anos, segundo o agregado parental de origem, por escalão etário (%), Portugal, 2013



1.2. EXISTÊNCIA DE IRMÃOS/IRMÃS E MEIOS-IRMÃOS

Em Portugal, é reduzida a proporção de pessoas que são filhos únicos. Cerca de 89% das pessoas têm ou tiveram irmãos/irmãs, incluindo meios-irmãos/irmãs (88,5% das mulheres e 89,2% dos homens).

Na geração mais jovem, com idades entre os 18 e 29 anos, existe uma proporção mais elevada de pessoas que não têm/tiveram irmãos/irmãs, com valores de 14% e 15%, respetivamente, para homens e mulheres. Esse valor ronda os 9%, para ambos os sexos, nas gerações mais velhas (40-49 anos para as mulheres e 40-54 anos para os homens). Na geração intermédia (30-39 anos) a proporção dos que não têm/tiveram irmãos/irmãs é de cerca de 11%, para ambos os sexos. Esta análise reflete a dimensão cada vez mais reduzida dos agregados familiares, entre outros motivos, devido à diminuição da fecundidade.

Figura 1.3. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a existência de irmãos, por escalão etário (%), Portugal, 2013

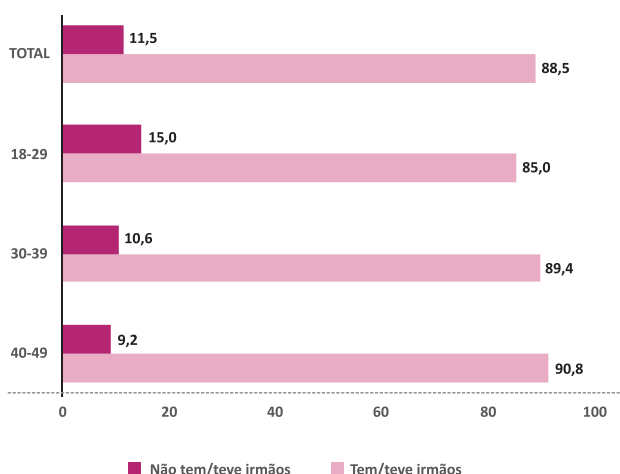
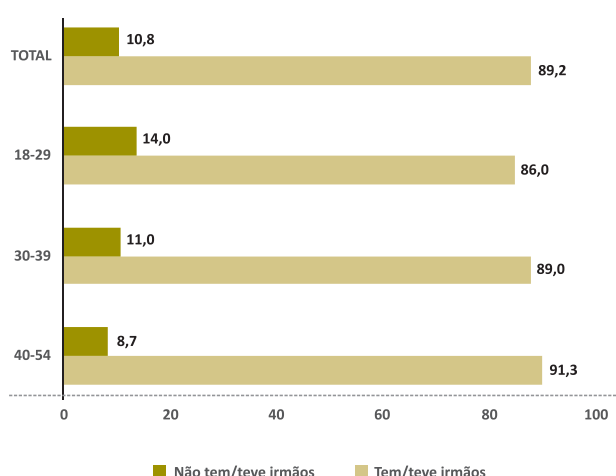


Figura 1.4. >>

Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a existência de irmãos, por escalão etário (%), Portugal, 2013



1.3. IDADE E MOTIVOS PARA DEIXAR DE RESIDIR COM O AGREGADO PARENTAL DE ORIGEM

A proporção de pessoas que alguma vez deixou de residir com o agregado parental de origem (pai/mãe/padrasto/madrasta/avós), após os 15 anos de idade, por um período igual ou superior a um ano, aumenta com a idade, o que poderá estar relacionado com a formação da própria família. Por outro lado, as mulheres saem mais cedo do agregado parental de origem do que os homens, entre outras razões, para entrarem na conjugalidade.

No escalão etário dos 18-29 anos mais de metade das pessoas (cerca de 58% das mulheres e 70% dos homens) ainda residia com o seu agregado parental de origem. No escalão etário seguinte, dos 30-39 anos, essas proporções reduzem-se para cerca de 10% no caso das mulheres e de 14% no caso dos homens, ou seja, a grande maioria já não residia com o agregado parental de origem. Nas gerações mais velhas (mulheres dos 40-49 anos e homens dos 40-54 anos) apenas cerca de 6% das pessoas nunca deixaram de residir com o agregado parental de origem.

A idade média com que se deixou de residir com o agregado parental de origem, após os 15 anos de idade, é mais tardia nos homens do que nas mulheres: 24,31 anos e 22,71 anos, respetivamente.

A maioria das pessoas deixou o agregado doméstico de origem por motivos de casamento ou de coabitação, com valores mais elevados nas mulheres e nas gerações mais velhas.

Assim, 77% das mulheres do escalão etário dos 40-49 anos deixaram de residir com o agregado parental de origem para casar ou coabitar, face a cerca de 68% no escalão etário dos 30-39 anos e a perto de 57% na geração mais nova (18-29 anos). Nos homens, essas proporções são de 73%, cerca de 65% e de 50% nos escalões dos 40-54 anos, 30-39 anos e 18-29 anos, respetivamente.

Figura 1.5. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo os motivos de saída do agregado parental de origem, por escalão etário (%), Portugal, 2013

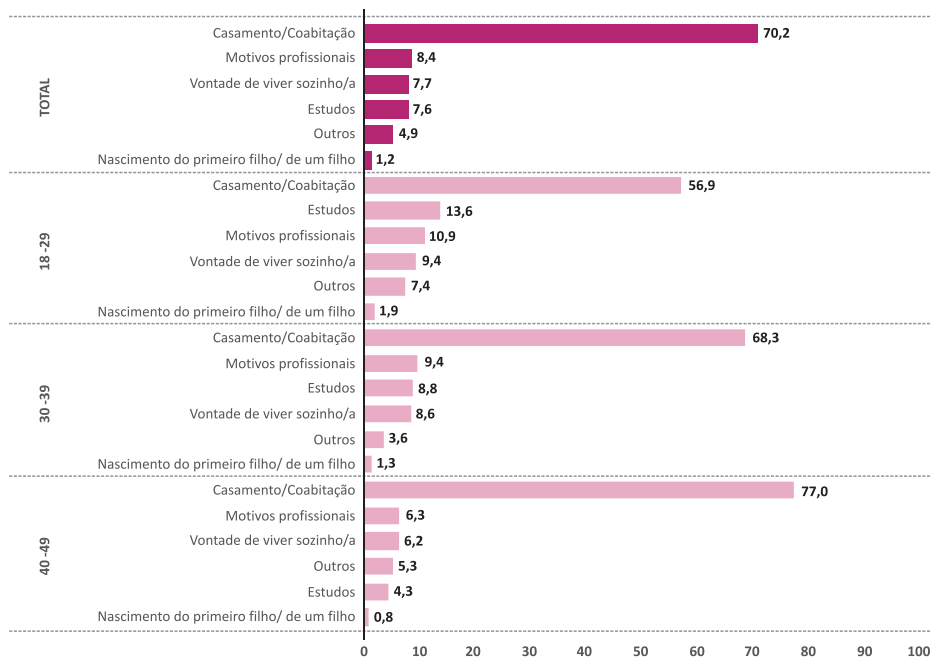
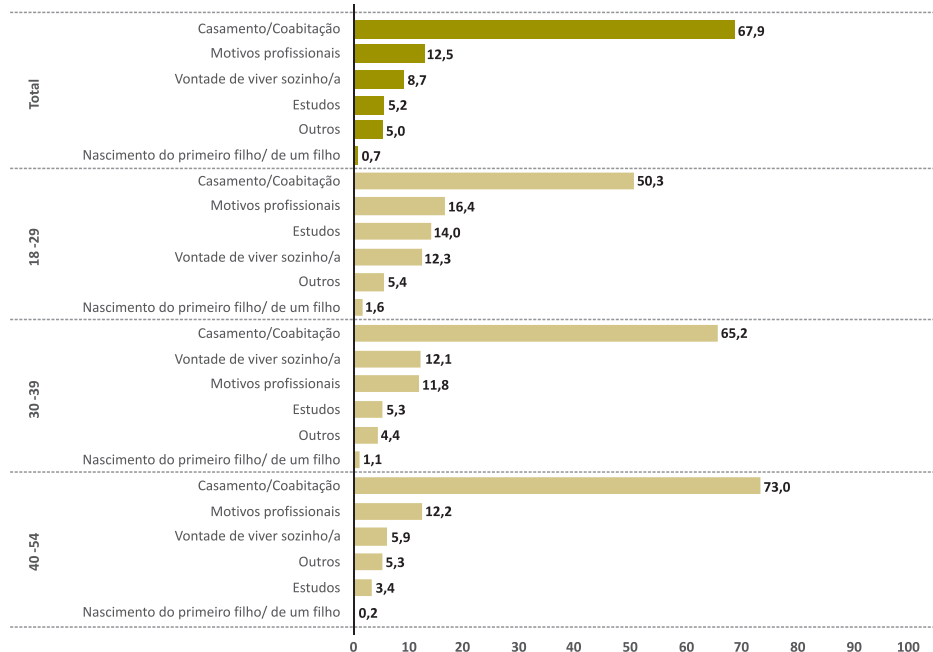


Figura 1.6. >>

Homens dos 18 aos 54 anos, segundo os motivos de saída do agregado parental de origem, por escalão etário (%), Portugal, 2013



Para além da entrada na conjugalidade, também os estudos e os motivos profissionais são razões para se ter deixado de residir com o agregado parental de origem: os estudos são referidos por 14% das mulheres e dos homens do grupo etário mais jovem, e os motivos profissionais são apontados por cerca de 16% dos homens mais jovens e cerca de 12% dos homens do escalão etário intermédio e mais elevado. Os motivos profissionais são igualmente apontados por cerca de 11% das mais mulheres mais jovens, 9,4% das pertencentes ao escalão etário intermédio e por 6,3% das mulheres do escalão etário mais elevado.

De referir ainda que a vontade de viver sozinho/a constitui um motivo para cerca de 12% dos homens dos escalões etários mais jovens, assim como para perto de 9% das mulheres nos mesmos escalões etários.

1.4. IDADE À PRIMEIRA CONJUGALIDADE

A maioria das pessoas já teve pelo menos uma coabitação ou um casamento, e a sua proporção aumenta com a idade. No escalão etário mais baixo (18-29 anos), cerca de 76% das mulheres e 71% dos homens já tinham tido pelo menos uma coabitação ou um casamento, face a cerca de 92% e de 94%, de mulheres e homens, respetivamente, no escalão etário mais elevado (40 a 49 anos para as mulheres e 40 a 54 anos para os homens).

Figura 1.7. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a existência de conjugalidade, legal ou de facto, por escalão etário (%), Portugal, 2013

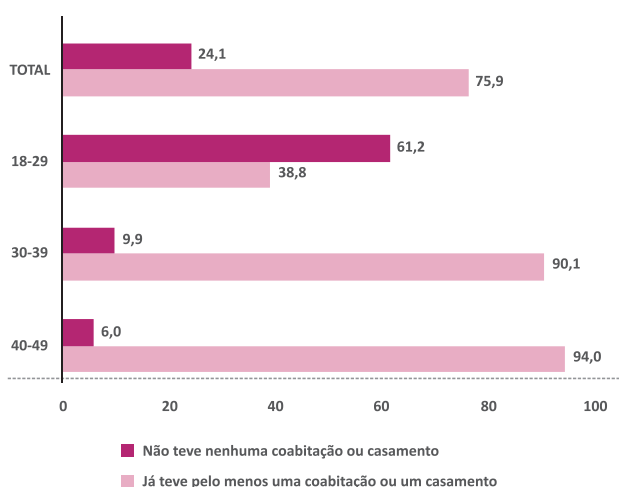
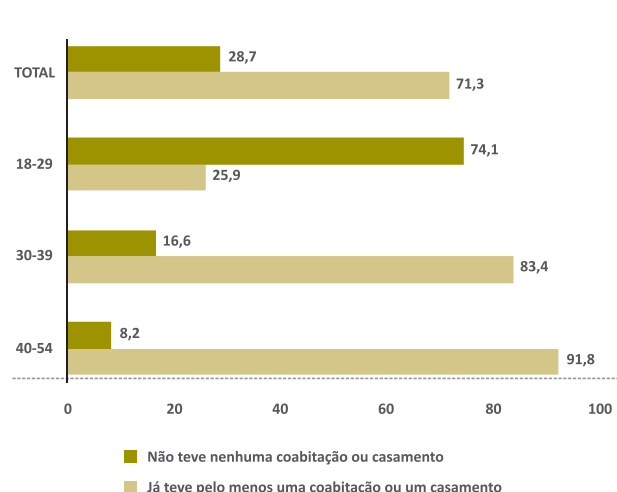


Figura 1.8. >>

Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a existência de conjugalidade, legal ou de facto, por escalão etário (%), Portugal, 2013



A idade média à primeira conjugalidade, legal ou de facto, é mais elevada nos homens: 25,43 anos para os homens e 23,42 anos para as mulheres.

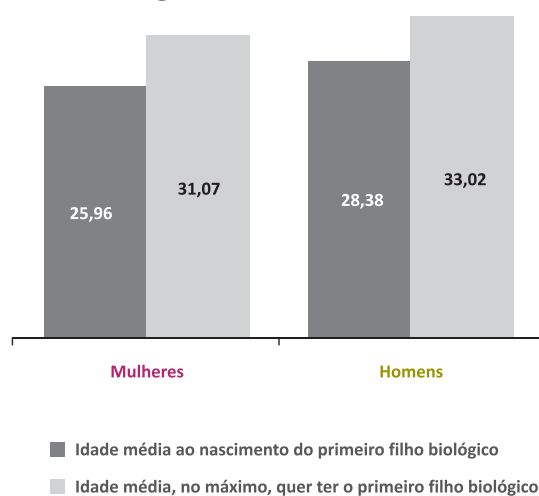
1.5. IDADE À PARENTALIDADE

Para quem teve pelo menos um filho biológico, a idade média ao nascimento do primeiro filho é mais elevada nos homens do que nas mulheres: 28,4 anos e 26,0 anos, respetivamente.

Comparativamente, a idade média com que no máximo se pretende ter o primeiro filho biológico (para aqueles que não têm filhos biológicos mas pensam vir a ter) é cerca de 5 anos superior à idade média dos que foram pais pela primeira vez. Esta diferença parece indiciar um adiamento da intenção de ter o primeiro/um filho. O valor é igualmente superior nos homens: 33,0 anos para os homens e 31,1 anos para as mulheres.

Figura 1.9. >>

Idade média ao nascimento do primeiro filho (anos) e idade média com que no máximo quer ter o primeiro filho (anos), mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



1.6. AGREGADOS FAMILIARES ATUAIS

A situação de viver atualmente em agregados familiares constituídos por casais com filhos é dominante para as pessoas com mais de 30 anos. As pessoas mais jovens, dos 18 aos 29 anos, vivem maioritariamente no agregado familiar de origem.

Figura 1.10. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo o agregado familiar atual, por escalão etário (%), Portugal, 2013

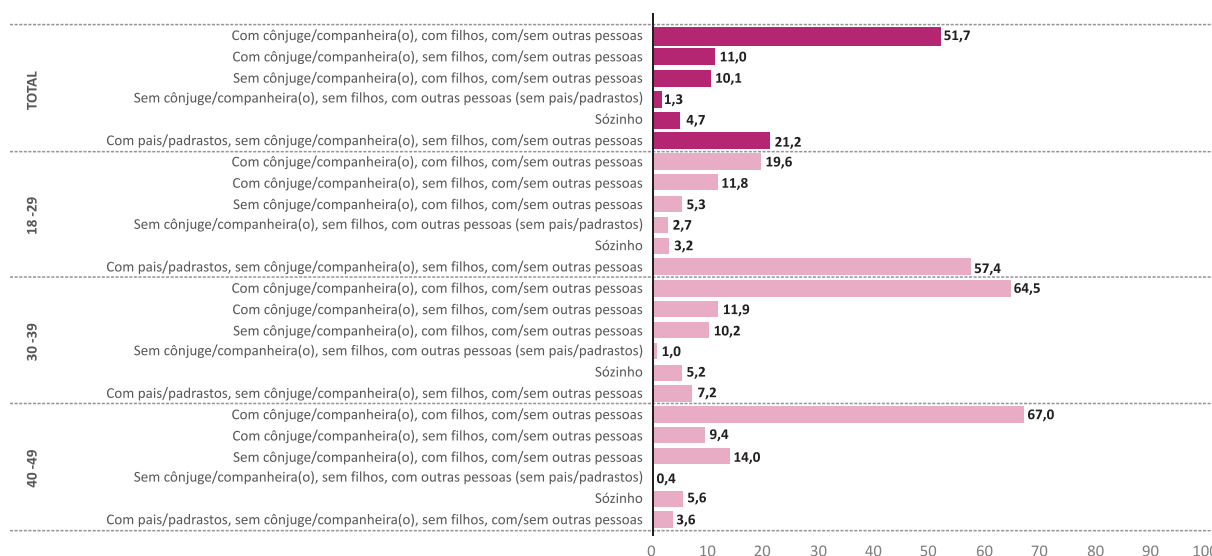
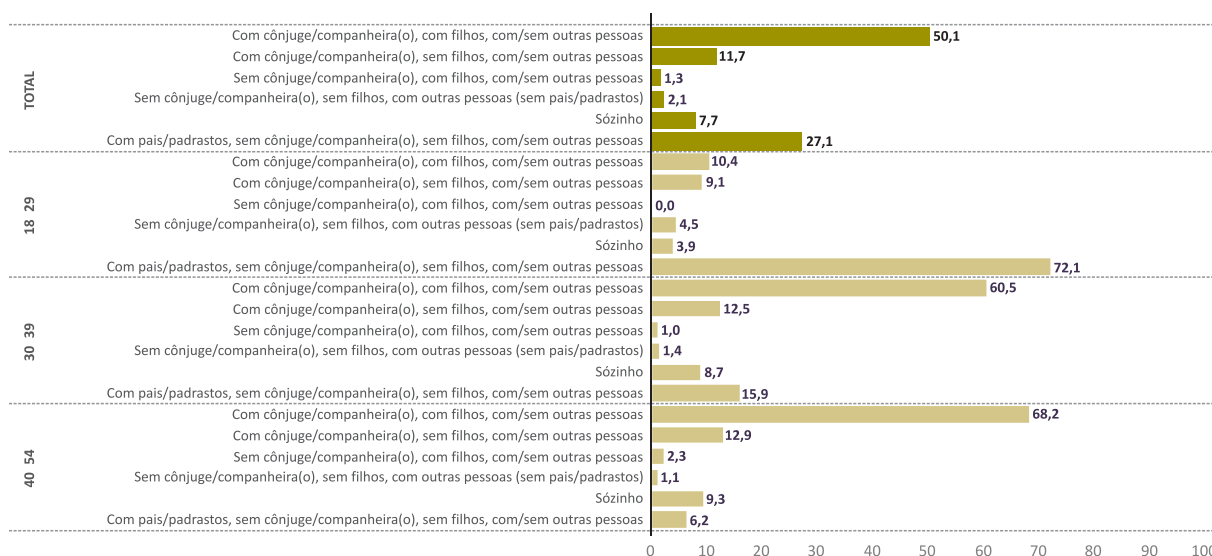


Figura 1.11. >>

Homens dos 18 aos 54 anos, segundo o agregado familiar atual, por escalão etário (%), Portugal, 2013



Cerca de dois terços das mulheres e dos homens dos escalões etários de 30-39 anos e de 40-49 anos vivem em agregados familiares compostos por cônjuge/companheira/o e com filhos. No escalão etário mais baixo, dos 18-29 anos, apenas perto de 20% das mulheres e 10% dos homens vivem nesse tipo de agregado familiar.

Como referido, a geração mais jovem vive maioritariamente no agregado parental, situação comum para cerca de 58% das mulheres e 72% dos homens dessas idades.

Quem vive em maior proporção no tipo de agregado familiar composto por casal sem filhos são os homens mais velhos (cerca de 13% dos homens dos escalões acima dos 30 anos); quanto às mulheres, são as mais jovens (18-29 anos), com cerca de 12%, que vivem naquele tipo de agregado familiar. Este tipo de agregado pode representar duas situações distintas: agregados de casais (ainda) sem filhos e agregados de casais em que os filhos já saíram de casa.

A proporção de pessoas a viver em agregados monoparentais é reduzida, ainda que com um valor mais elevado nas mulheres, em particular nas mais velhas: 14% das mulheres com 40-49 anos e 10% das mulheres com 30-39 anos viviam em agregados monoparentais, face a 2,3% e a 1% dos homens, dos mesmos escalões etários. A diferença entre os sexos poderá ser atribuída, entre outros fatores, à maior atribuição da guarda dos filhos à mulher, pela dissolução do casamento por divórcio.

A maior proporção de pessoas a residir sozinhas refere-se a homens e aos mais velhos. Cerca de 9% dos homens dos 30-39 anos e dos 40-54 anos vivem sozinhos, face a pouco mais de 5% de mulheres, das mesmas idades. No escalão etário mais baixo, o valor ronda os 3% para as mulheres e 4% para os homens. Viver sozinho poderá ser uma opção individual mas também uma consequência da dissolução do casamento por divórcio, da dissolução do casamento/coabitação por morte do cônjuge/companheira/o e da saída dos filhos do agregado parental de origem.

Por último, refira-se que a dimensão média do agregado familiar atual ultrapassa ligeiramente as 3 pessoas¹⁸: 3,3 pessoas em média para as mulheres e 3,2 pessoas em média para os homens.

¹⁸ O valor da dimensão média da família, segundo os Censos 2011, é de 2,6 pessoas. Note-se que nos Censos foi recenseada toda a população portuguesa, em que, nomeadamente, o valor expressivo das famílias unipessoais, em particular de pessoas idosas, terão um forte impacto na média. No Inquérito à Fecundidade 2013 foram inquiridas mulheres dos 18-49 anos e homens dos 18-54 anos.

Em síntese, a maioria das pessoas viveu até aos 15 anos de idade com ambos os pais e têm ou tiveram irmãos/irmãs, embora a proporção dos que não têm/tiveram esteja a aumentar nas gerações mais novas, o que reflete a diminuição da fecundidade. A saída do agregado parental de origem está sobretudo relacionada com a formação da própria família, sendo que as mulheres saem mais cedo do que os homens. A maioria das pessoas já teve pelo menos uma coabitação ou um casamento. A idade média com que no máximo se pretende ter o primeiro filho biológico é cerca de 5 anos superior à idade média dos que foram pais pela primeira vez, o que parece indiciar um adiamento da intenção de ter o primeiro/um filho. O agregado familiar constituído por casais com filhos é dominante.

2. FECUNDIDADES

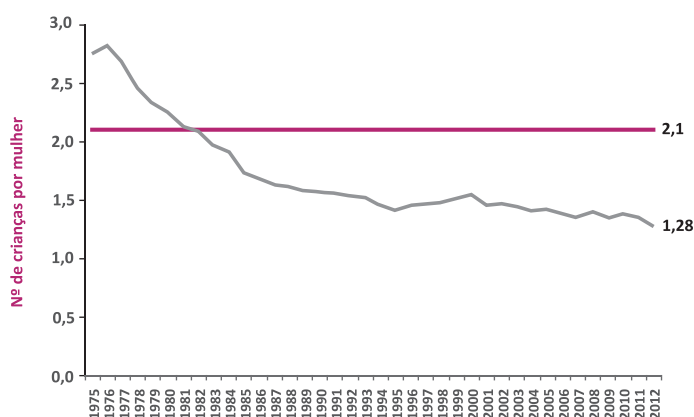
2.1. MEDIDAS DE FECUNDIDADE

A informação demográfica habitualmente disponível permite uma análise da fecundidade a partir dos nascimentos registados e da sua relação com a população feminina em idade fértil, para cada ano de referência, nomeadamente através do **índice sintético de fecundidade (ISF)**¹⁹. Este é um indicador conjuntural que traduz o número médio de crianças nascidas vivas por mulher em idade fértil, calculado pelo INE a partir das taxas de fecundidade específicas por grupo etário (habitualmente grupos quinquenais entre os 15 e os 49 anos de idade), que relacionam o número de nados vivos de mães de um determinado grupo etário com a população feminina média desse mesmo grupo etário (i.e., baseando-se nos eventos), e que se reporta ao comportamento do ano de referência.

Recuando até meados dos anos 70 do século XX, verifica-se que Portugal ainda registava valores do ISF que lhe permitiam assegurar a substituição das gerações (2,1 crianças por mulher), o que deixa de se verificar desde o início da década de 80, assistindo-se a uma persistente tendência de declínio da fecundidade desde então. Esta situação coloca Portugal entre os países da Europa com baixos níveis de fecundidade, sendo, em 2012, o país com menor ISF no conjunto dos 28 Estados-Membros da União Europeia.

Figura 2.1. >>

Índice sintético de fecundidade, Portugal, 1975-2012



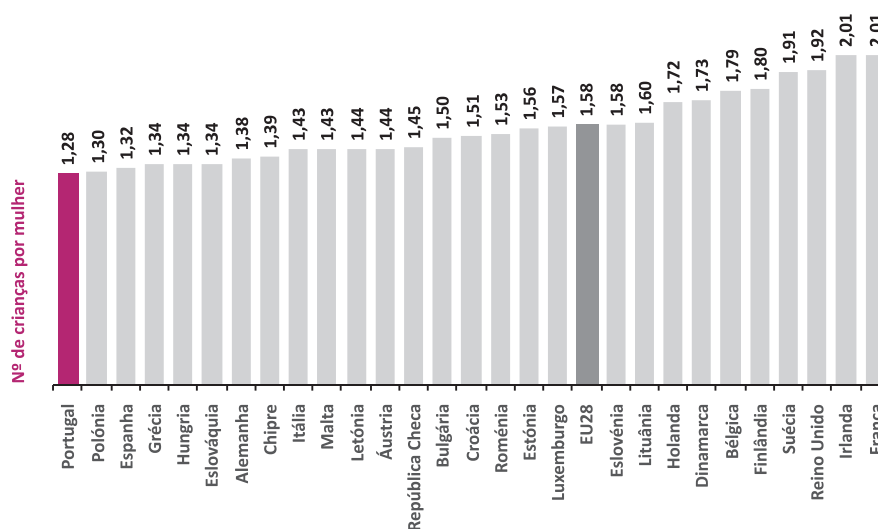
>> Fonte: INE, IP

Nota: Em 2013 o valor do ISF em Portugal é de 1,21.

¹⁹ Índice Sintético de Fecundidade - Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

Figura 2.2. >>

Índice sintético de fecundidade, UE28 e Estados-Membros, 2012



>> Fonte: Eurostat

Face às transformações que se têm desenrolado a nível social, a relação entre a fecundidade e outros fatores como a conjugalidade, o nível educacional ou a participação das mulheres no mercado de trabalho exigem análises mais aprofundadas, sobretudo pela complexa teia de causalidade entre padrões de fecundidade e fatores de influência, mas também pelo impacto ao nível demográfico, económico e social que as alterações dos comportamentos face à fecundidade podem trazer, assumindo cada vez maior relevância a necessidade de informação que possibilite uma compreensão abrangente dos comportamentos de fecundidade, por parte de mulheres e homens, quer já tenham tido ou não filhos.

Os resultados do Inquérito à Fecundidade permitem uma análise mais aprofundada da fecundidade, nomeadamente em função do número de filhos tidos, do número de filhos que as pessoas pensam vir a ter, e do número de filhos que desejariam ter, de acordo com características demográficas e socioeconómicas.

Neste contexto, um dos primeiros prismas de análise centra-se na **fecundidade realizada**, que se define como o número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas até ao momento de referência do inquérito, medida que se diferencia totalmente do ISF, já que assenta no número de filhos que as pessoas tiveram ao longo da sua vida até ao momento do inquérito.

Para além do número de filhos já tidos, as mulheres e os homens residentes em Portugal tencionam ou não ter filhos no futuro, o que conduz a um outro ângulo de análise - a **fecundidade intencional**, que se define como o número de filhos biológicos que as pessoas ainda pensam vir a ter.

Resultante da agregação num só indicador da fecundidade realizada e da fecundidade intencional, obtém-se uma nova perspetiva de análise, a **fecundidade final esperada**, definida como o número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas acrescido do número de filhos que pensam vir a ter no futuro. Este indicador traduz, assim, o número de filhos que as pessoas têm e ainda pensam vir a ter.

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS DE FECUNDIDADE

Fecundidade realizada - número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas até ao momento de referência do inquérito.

Fecundidade final esperada - número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas acrescido do número de filhos que pensam vir a ter no futuro (incluindo a gravidez atual, caso se aplique).

Fecundidade desejada - número de filhos biológicos desejados pelas pessoas ao longo da sua vida, independentemente dos que têm e dos que pensam vir a ter.

Fecundidade desejada aos 20 anos - número de filhos biológicos que aos 20 anos de idade as pessoas desejavam ter ao longo da sua vida. A fecundidade desejada aos 20 anos é observada para as pessoas com 25 ou mais anos.

Fecundidade intencional - entende-se por fecundidade intencional o número de filhos biológicos que a pessoa pensa vir a ter no futuro (incluindo a gravidez atual, caso se aplique).

Fecundidade intencional para quem não tem filhos biológicos - entende-se por fecundidade intencional para quem não tem filhos biológicos o número de filhos que a pessoa pensa vir a ter no futuro (incluindo a gravidez atual, caso se aplique).

Fecundidade intencional para quem tem filhos biológicos - entende-se por fecundidade intencional para quem tem filhos biológicos o número de filhos que a pessoa pensa vir a ter mais no futuro (incluindo a gravidez atual, caso se aplique).

Fecundidade intencional no curto prazo - entende-se por fecundidade intencional a curto prazo a intenção de ter filhos biológicos nos próximos 3 anos (incluindo a gravidez atual, caso se aplique).

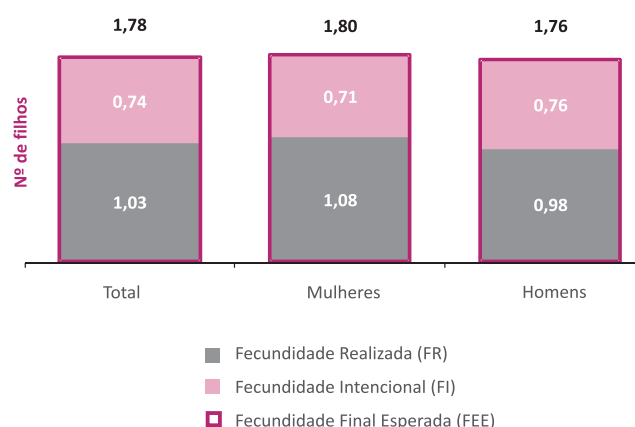
Ideal de filhos numa família - número de filhos (biológicos, adotados, enteados ou outros) considerado pelas pessoas como ideal para uma família, independentemente de ser a sua.

De acordo com os resultados do inquérito, as mulheres dos 18 aos 49 anos de idade e os homens dos 18 aos 54 anos de idade, residentes em Portugal:

- Têm, em média, 1,03 filhos (fecundidade realizada);
- Pensam vir a ter, em média, 0,74 filhos (fecundidade intencional);
- Assim, o número médio de filhos que as pessoas têm e que ainda pensam vir a ter é de 1,78 filhos (fecundidade final esperada).

Figura 2.3. >>

Número médio de filhos, por tipo de fecundidade, mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



Nota: Por questões de arredondamentos, a fecundidade final esperada pode não corresponder à soma da fecundidade realizada com a fecundidade intencional.

As diferenças na fecundidade final esperada entre mulheres (1,80 filhos) e homens (1,76 filhos) resultam de duas situações distintas: por um lado, a fecundidade realizada é ligeiramente superior nas mulheres (1,08 face a 0,98 filhos para os homens); e, por outro, a fecundidade intencional total é ligeiramente inferior nas mulheres (0,71 comparativamente a 0,76 filhos no caso dos homens).

As mulheres têm, em média, mais filhos do que os homens; contudo, pensam vir a ter, em média, menos filhos do que os homens.

Para as regiões NUTS II, para as mulheres dos 18 aos 49 anos de idade, os valores do número médio de filhos variam entre:

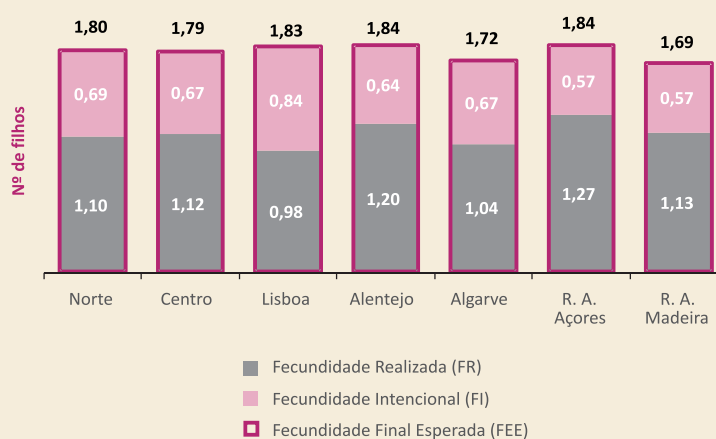
- 0,98 filhos na região de Lisboa e 1,27 filhos na Região Autónoma dos Açores, relativamente à fecundidade realizada;
- 0,57 filhos nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores e 0,84 filhos na região de Lisboa, na fecundidade intencional;
- 1,69 filhos na Região Autónoma da Madeira e 1,84 filhos na região do Alentejo e na Região Autónoma dos Açores, no caso da fecundidade final esperada.

Apesar de valores muito próximos da fecundidade final esperada para as mulheres residentes na região de Lisboa (1,83 filhos) e na Região Autónoma dos Açores (1,84 filhos), a situação é distinta:

- Comparativamente com as mulheres residentes nas outras regiões NUTS II, as mulheres residentes na região de Lisboa têm, em média, menos filhos, mas pensam vir a ter, em média, mais filhos;
- Comparativamente com as mulheres residentes nas outras regiões NUTS II, as mulheres residentes na Região Autónoma dos Açores têm, em média, mais filhos, mas pensam vir a ter, em média, menos filhos.

Figura 2.4. >>

Número médio de filhos, por tipo de fecundidade, mulheres dos 18 aos 49 anos, NUTS II, 2013



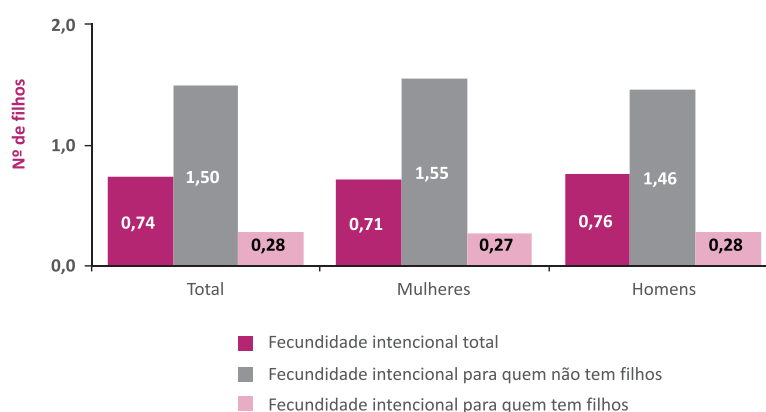
Nota: Por questões de arredondamentos, a fecundidade final esperada não corresponde exatamente à soma da fecundidade realizada com a fecundidade intencional.

O facto de as pessoas já terem ou não filhos influencia a intenção de vir a ter, ou vir a ter mais, filhos, *i.e.*, o número de filhos que as pessoas tencionam vir a ter dependerá, entre outras condições, do número de filhos que já têm.

Torna-se assim pertinente analisar a intenção de ter, ou ter mais, filhos de forma separada para quem ainda não teve filhos (***fecundidade intencional para quem não tem filhos biológicos***) e para quem já teve filhos (***fecundidade intencional para quem tem filhos biológicos***).

Figura 2.5. >>

Fecundidade intencional total, para quem não tem e para quem tem filhos, mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



As mulheres dos 18 aos 49 anos de idade e os homens dos 18 aos 54 anos de idade, residentes em Portugal, pensam vir a ter, em média, 0,74 filhos. Contudo as pessoas pensam vir a ter, em média 1,50 filhos, no caso das pessoas que não têm filhos e 0,28 filhos, no caso das pessoas que já têm filhos.

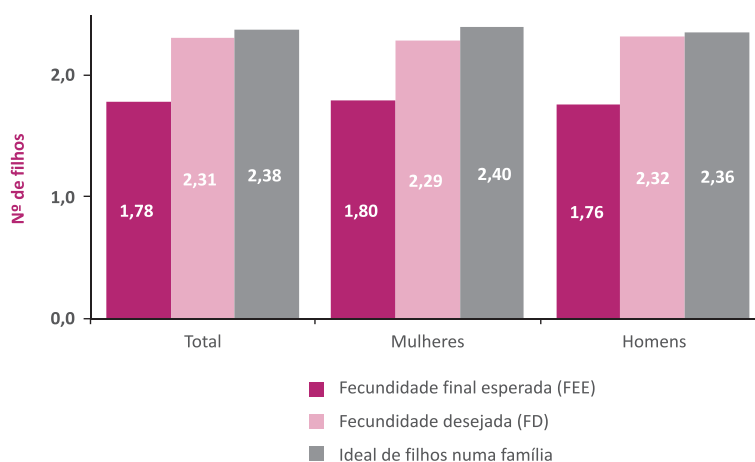
Entre as pessoas que já têm filhos, a fecundidade intencional apresenta valores idênticos para mulheres e homens: 0,27 e 0,28 filhos, respetivamente. Para as pessoas que não têm filhos, a fecundidade intencional é superior no caso das mulheres: 1,55 e 1,46 filhos, respetivamente para mulheres e homens.

As expectativas das pessoas, nomeadamente no que se refere ao número de filhos que desejam, vão sendo ajustadas ao longo da vida em função, entre outras variáveis, da entrada na parentalidade e do número de filhos que já têm, pelo que uma leitura da **fecundidade desejada ao longo da vida**, definida como o número de filhos biológicos desejados pelas pessoas ao longo da sua vida, independentemente dos que têm e dos que pensam vir a ter, pode assumir particular relevância.

A fecundidade desejada ao longo da vida poderá estar relacionada com o **ideal de filhos numa família**, independentemente de ser a sua.

Figura 2.6. >>

Fecundidade final esperada, fecundidade desejada ao longo da vida, e número ideal de filhos numa família, mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



O número médio de filhos desejados pelas pessoas ao longo da sua vida é de 2,31 filhos: 2,29 para as mulheres e 2,32 para os homens. Os valores da fecundidade desejada ao longo da vida são superiores aos da fecundidade final esperada: 2,31 e 1,78 filhos, respetivamente. Esta diferença é mais acentuada nos homens – 2,32 e 1,76 filhos – do que nas mulheres – 2,29 e 1,80 filhos.

Por outro lado, os valores da fecundidade desejada ao longo da vida (2,31 filhos) são inferiores ao que as pessoas consideram como o número médio ideal de filhos numa família, independentemente de ser a sua própria família (2,38 filhos), tanto para os homens (2,32 filhos e 2,36 filhos, respetivamente na fecundidade desejada e no número ideal de filhos) como para as mulheres (2,29 filhos e 2,40 filhos, respetivamente na fecundidade desejada e no número ideal de filhos).

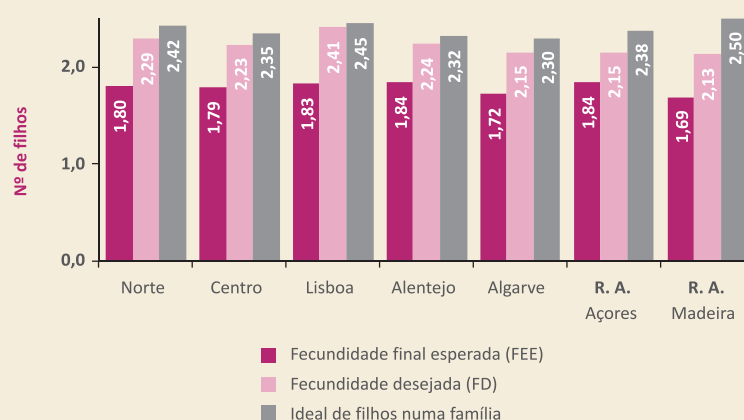
Verifica-se uma tendência decrescente quando se observa o número ideal de filhos numa família (2,38 filhos), o número de filhos que as pessoas desejam para si ao longo da vida (2,31 filhos) e aqueles que efetivamente esperam ter (1,78 filhos).

Relativamente às regiões NUTS II, para as mulheres dos 18 aos 49 anos de idade, os valores do número médio de filhos variaram entre:

- 1,69 filhos na Região Autónoma da Madeira e 1,84 filhos na região do Alentejo e na Região Autónoma dos Açores, para a fecundidade final esperada (como já referido anteriormente);
- 2,13 filhos na Região Autónoma da Madeira e 2,41 filhos na região de Lisboa, na fecundidade desejada;
- 2,30 filhos na região do Algarve e 2,50 filhos na Região Autónoma da Madeira, no número ideal de filhos.

Figura 2.7. >>

Fecundidade final esperada, fecundidade desejada ao longo da vida, e número ideal de filhos numa família, mulheres dos 18 aos 49 anos, NUTS II, 2013



Em todas as regiões NUTS II, o número médio de filhos que as mulheres já têm ou pensam vir a ter é inferior ao número médio de filhos desejados, e este é inferior ao número médio ideal de filhos numa família.

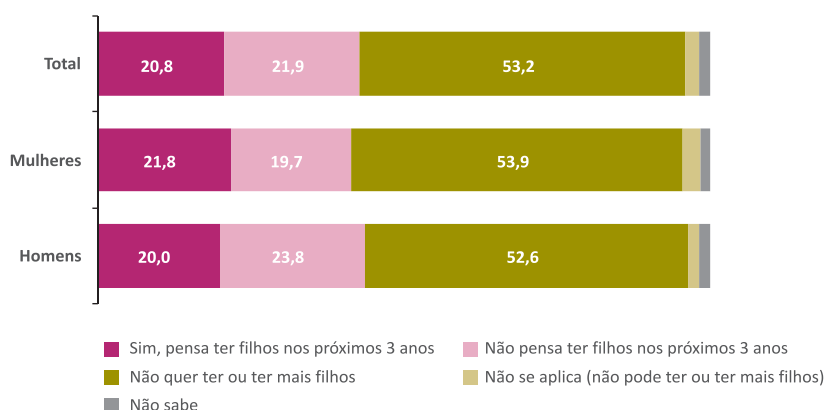
O diferencial entre o número médio de filhos desejados e os que as mulheres têm ou pensam vir a ter é maior na região de Lisboa – 2,41 e 1,83 filhos, respetivamente – e menor na Região Autónoma dos Açores – 2,15 e 1,84 filhos, respetivamente.

Se em todas as regiões o número ideal de filhos numa família é superior ao número médio de filhos desejados ao longo da vida, pelas mulheres dos 18 aos 49 anos de idade, esta diferença é mais acentuada na Região Autónoma da Madeira – 2,50 e 2,13 filhos, respetivamente – e menos acentuada na região de Lisboa – 2,45 e 2,41 filhos, respetivamente.

Num contexto de baixa fecundidade, torna-se particularmente importante uma análise sobre a fecundidade intencional no curto prazo, definida como o número de filhos biológicos que a pessoa pensa vir a ter nos próximos 3 anos, tendo em conta que esta intenção pode ser um indicador do comportamento face à fecundidade num futuro próximo.

Figura 2.8. >>

Fecundidade intencional no curto prazo, mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



A maioria das pessoas (53,2%), não pensam ter (mais) filhos. A percentagem é ligeiramente superior nas mulheres (53,9%) e ligeiramente inferior nos homens (52,6%).

Adicionando aos que não pensam ter (mais) filhos aqueles que não pensam ter filhos nos próximos 3 anos (21,9%), a percentagem sobe para 75,1%. No caso das mulheres esta soma atinge os 73,6% e no caso dos homens 76,4%. Esta alteração entre homens e mulheres deve-se ao facto de a percentagem das mulheres que não pensa vir a ter filhos nos próximos 3 anos (19,7%) ser inferior à percentagem de homens (23,8%).

No conjunto das mulheres dos 18 aos 49 anos de idade e dos homens dos 18 aos 54 anos de idade, residentes em Portugal, 20,8% pensam vir a ter filhos nos próximos 3 anos (21,8% e 20,0% respetivamente no caso das mulheres e dos homens).

Em síntese, as mulheres dos 18 aos 49 anos de idade e os homens dos 18 aos 54 anos de idade residentes em Portugal, têm em média 1,03 filhos, mas pensam chegar aos 1,78 filhos. Este valor é superior ao que se verifica atualmente no ISF, permitindo equacionar um cenário otimista quanto a uma possível recuperação dos níveis de fecundidade no futuro. Contudo, aquele valor é inferior ao número de filhos desejados pelas pessoas ao longo da vida, que é, em média, de 2,31 filhos.

2.2. PERFIS DE FECUNDIDADE DE MULHERES E HOMENS

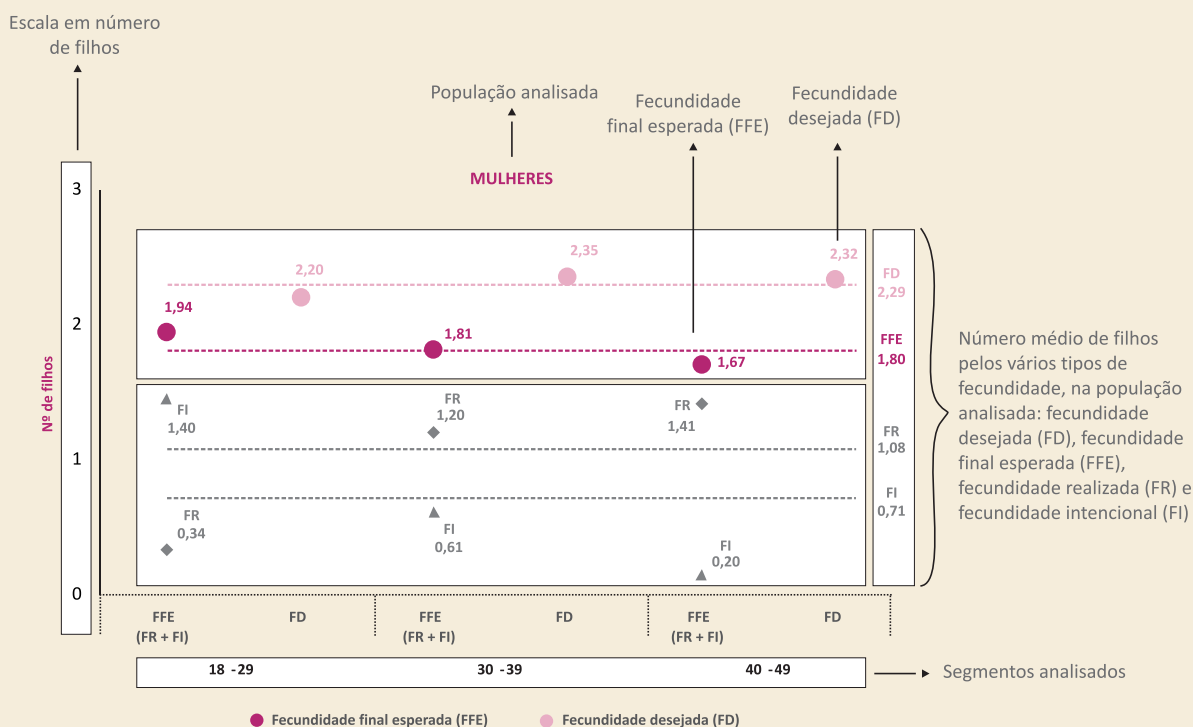
LEITURA DOS GRÁFICOS

A apresentação dos resultados relativos às fecundidades (fecundidade final esperada e fecundidade desejada) é feita sempre a partir do número médio de filhos. Nos gráficos que se seguem, representa-se a cor “rosa claro” para os números médios de filhos desejados por cada um dos segmentos analisados. A linha da mesma cor a tracejado representa o número médio de filhos desejados pelo total da população analisada, sem segmentação. A cor “rosa escuro” representa o número médio de filhos esperados por segmento, constando também a tracejado o valor médio para a subpopulação em análise.

A fecundidade final esperada é obtida pela soma do número de filhos tidos (fecundidade realizada - FR) com o número de filhos que as pessoas ainda pensam ter (fecundidade intencional - FI). De forma a representar toda a informação, apresentam-se também os números médios de filhos tidos e que tencionam vir a ter pelos diferentes segmentos analisados. Estes dois tipos de fecundidade são representados a cinzento, e são analisados no texto apenas quando tal seja relevante.

EXEMPLO:

TÍTULO DO GRÁFICO: Número médio de filhos, por tipo de fecundidade e por escalão etário, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013



Nota: Por questões de arredondamentos, a fecundidade final esperada pode não corresponder exatamente à soma da fecundidade realizada com a fecundidade intencional.

Neste ponto caracterizam-se os perfis de fecundidade de mulheres e homens a partir de um conjunto de indicadores demográficos e socioeconómicos das populações em estudo.

2.2.1. IDADE

A idade é uma variável importante para a compreensão das expectativas relativamente à fecundidade nas várias fases da vida das pessoas.

Dado que os níveis de fecundidade realizada e intencional têm uma forte correlação com a idade – uma vez que as pessoas mais velhas terão já tido mais filhos do que as pessoas mais novas, e que estas tencionam ainda ter filhos –, é expectável que o número de filhos desejados ou os níveis da fecundidade final esperada não espelhe de forma tão evidente diferenças decorrentes da fase da vida em que as pessoas se encontram.

Contudo, verificam-se algumas diferenças entre homens e mulheres no que respeita à fecundidade desejada ao longo da vida. Os homens, a partir dos 30 anos, desejam um número médio de filhos superior àquele que as mulheres desejam. No entanto, entre os 18 e os 29 anos, as mulheres desejam mais filhos do que os homens da mesma idade.

Figura 2.9. >>
Número médio de filhos por tipo de fecundidade e escalão etário, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013

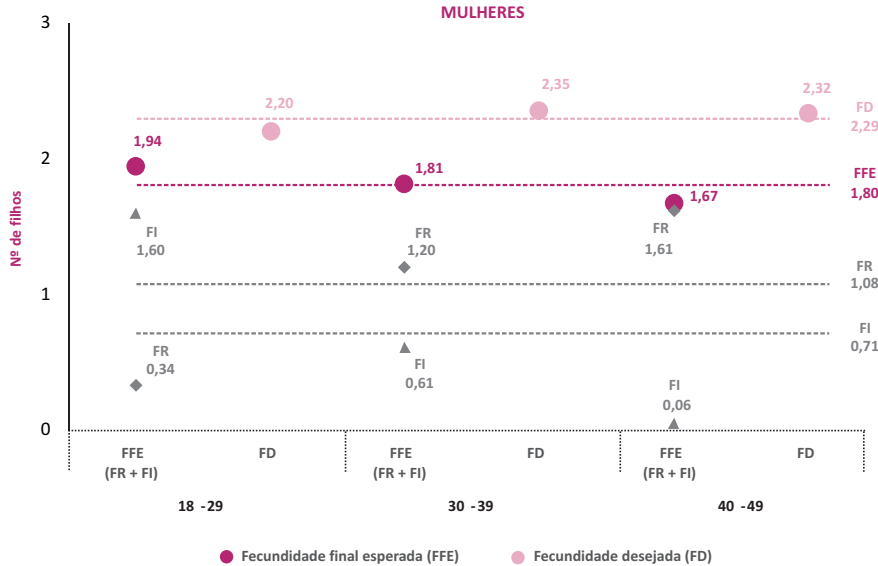
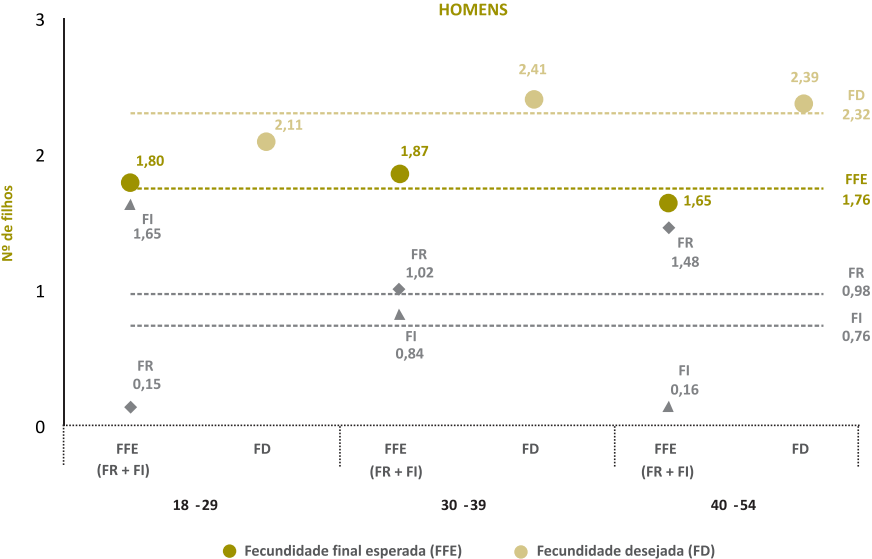


Figura 2.10. >>
Número médio de filhos por tipo de fecundidade e escalão etário, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



Considerando a fecundidade final esperada, *i.e.*, o número de filhos tidos e que tencionam vir a ter, verifica-se para as mulheres uma relação inversa entre a idade e a fecundidade final esperada. Entre os homens, é no escalão dos 30-39 anos que esperam ter mais filhos.

Outro efeito da idade, presente tanto na população feminina como na população masculina, observa-se pelo progressivo afastamento entre o número médio de filhos desejados e o número médio de filhos esperados, a acompanhar o aumento da idade. Entre a população feminina e masculina mais jovem, o número médio de filhos desejados e o número médio de filhos esperados apresentam valores relativamente aproximados. Para as mulheres e homens mais velhos, o diferencial entre estas duas fecundidades é consideravelmente maior. Este comportamento conjunto das duas fecundidades aponta para um afastamento notório entre o desejo e a possibilidade, tanto mais acentuado quanto mais velhos são mulheres e homens. Esta leitura pode denunciar dois comportamentos distintos: um desajustamento, por parte de mulheres e homens mais jovens, entre o que esperam para os seus futuros em termos de fecundidade, e o que acontece à medida que envelhecem e se aproximam do final dos seus ciclos fecundos; e a hipótese de que esta geração mais jovem poderá chegar ao final da vida fecunda com um número de filhos mais aproximado daquilo que é o seu desejo.

Para além da idade, o número de filhos desejados, ou no número de filhos que as pessoas esperam ter até ao final das suas vidas, pode resultar de outras dimensões socioeconómicas. Neste sentido, são analisadas a naturalidade, a situação conjugal, a escolaridade, o rendimento, a condição perante o trabalho, e ainda o grau de urbanização do local de residência das mulheres e dos homens.

2.2.2. NACIONALIDADE E NATURALIDADE

Figura 2.11. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a naturalidade e nacionalidade das mulheres nascidas no estrangeiro (%), Portugal, 2013

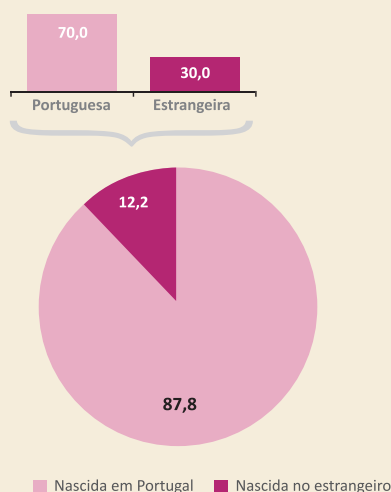


Figura 2.12. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a nacionalidade e naturalidade das mulheres com nacionalidade estrangeira (%), Portugal, 2013

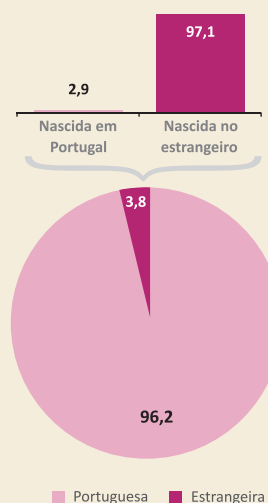


Figura 2.13. >>

Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a naturalidade e nacionalidade dos homens nascidos no estrangeiro (%), Portugal, 2013

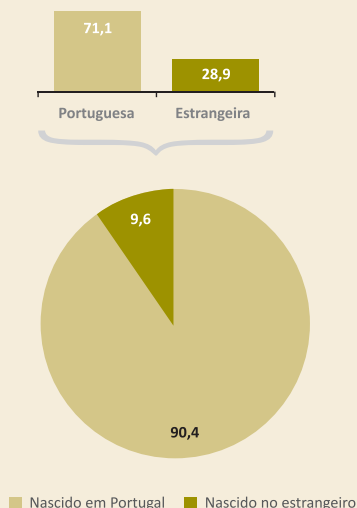
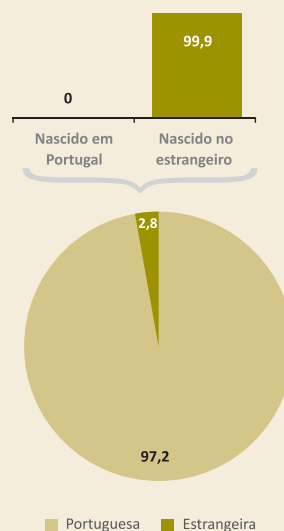


Figura 2.14. >>

Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a nacionalidade e naturalidade dos homens com nacionalidade estrangeira (%), Portugal, 2013



A diferença entre as distribuições de mulheres e homens segundo a nacionalidade e segundo a naturalidade evidenciam as situações onde estas não coincidem, *i.e.*, situações onde a naturalidade difere da nacionalidade. Encontram-se nestas situações mulheres e homens que tenham nascido em Portugal mas não tenham nacionalidade portuguesa, ou que tenham nascido num país estrangeiro, mas tenham nacionalidade portuguesa.

Dada a reduzida proporção de mulheres e homens com nacionalidade estrangeira, e a proporção de pessoas que, tendo nascido no estrangeiro, adquiriram nacionalidade portuguesa, a utilização da naturalidade reveste-se de maior pertinência para a compreensão de contrastes nos comportamentos e expectativas face à fecundidade.

A segmentação de homens e mulheres a partir da sua naturalidade (portuguesa ou estrangeira) permite concluir que tanto homens como mulheres nascidos fora de Portugal esperam e desejam um maior número de filhos do que as pessoas nascidas em Portugal. É ainda evidente que são os homens nascidos no estrangeiro aqueles que desejam ter mais filhos, um valor, em média, acima dos 2,5 filhos.

Figura 2.15. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e naturalidade portuguesa ou estrangeira, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013

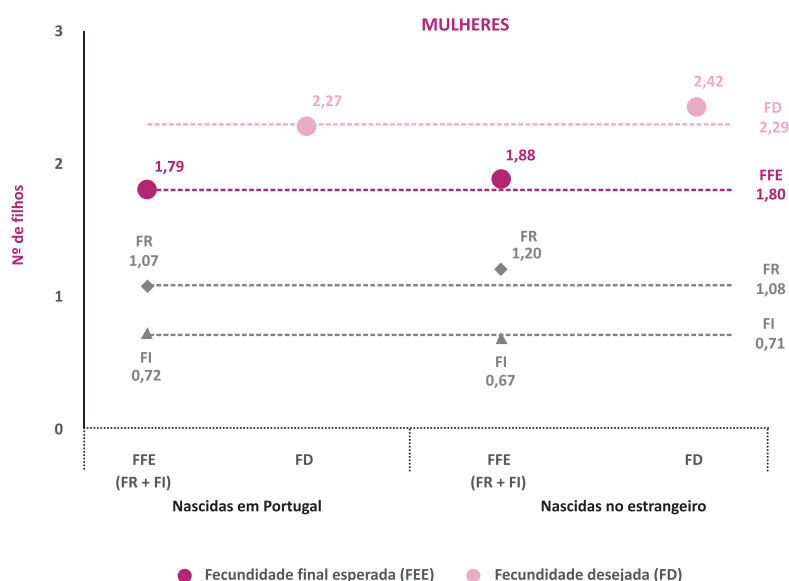
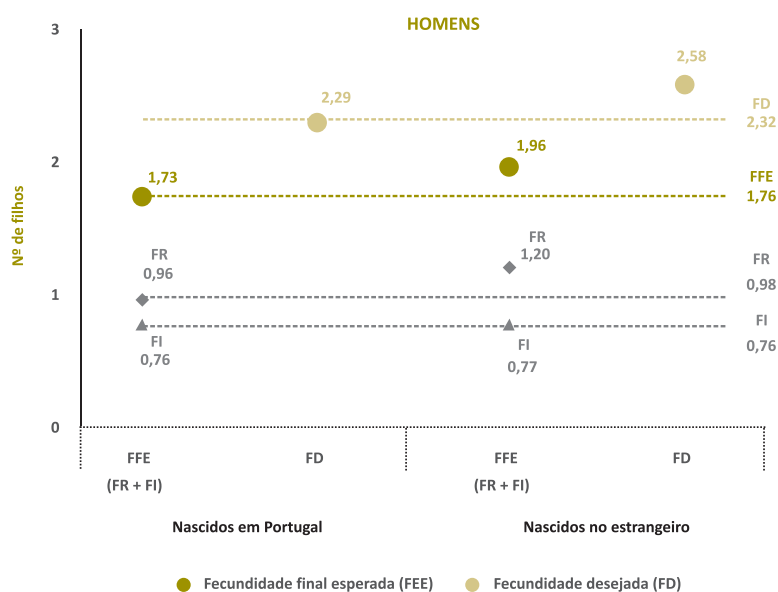


Figura 2.16. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e naturalidade portuguesa ou estrangeira, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



2.2.3. SITUAÇÃO CONJUGAL²⁰

A situação conjugal é um fator distintivo no que respeita quer ao desejo quer às expectativas de fecundidade. Encontram-se diferenças quer no número médio de filhos desejados, quer ainda no número médio de filhos que mulheres e homens esperam ter.

²⁰ Situação conjugal à data da entrevista.

Figura 2.17. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal atual, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013

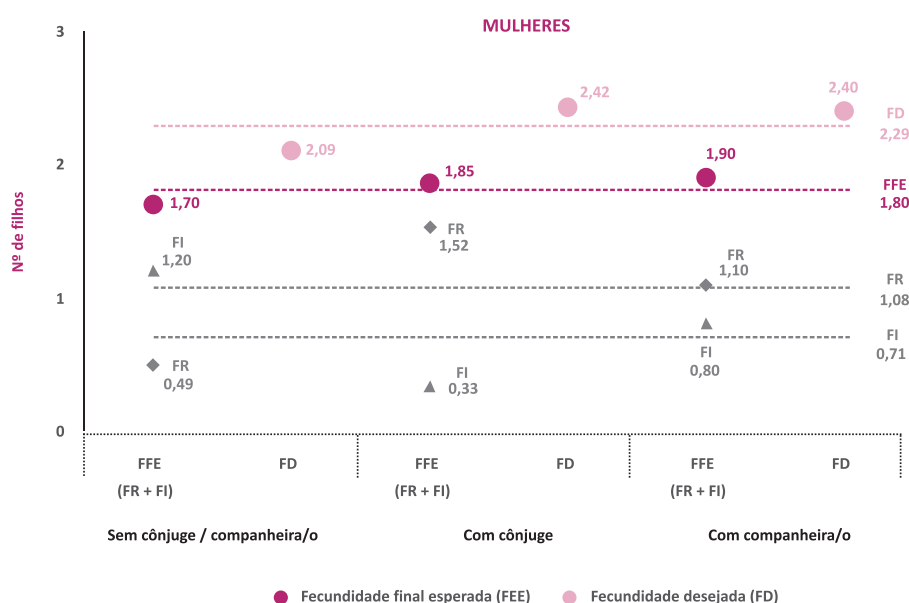
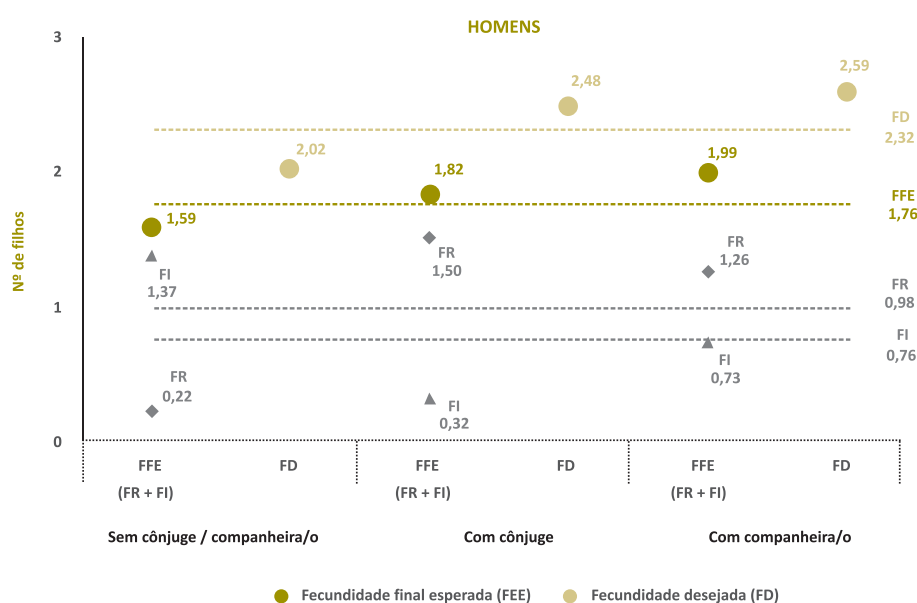


Figura 2.18. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal atual, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



O número médio de filhos desejados pelas mulheres e homens que não têm uma relação de conjugalidade é o menor, e está abaixo do valor médio da fecundidade desejada para as mulheres e para os homens. Inversamente, tanto a população feminina como a população masculina que vive em conjugalidade (formalizada ou não) desejam, em média, um maior número de filhos. Relativamente à população masculina, sublinhe-se que é para os homens em relação de conjugalidade não formal que o número médio de filhos tanto esperados (aproximadamente 2 filhos) como desejados (quase 2,6 filhos) é mais elevado.

A segmentação da conjugalidade pelos escalões etários, procurando dissipar a forte correlação existente entre conjugalidade e idade, permite melhor observar o efeito isolado da conjugalidade nos tipos de fecundidade analisados, para cada um dos três segmentos de idade considerados.

Como já referido, as pessoas sem cônjuge ou companheira/o, em qualquer escalão etário, esperam vir a ter e desejam, em média, um menor número médio de filhos do que as pessoas com cônjuge ou companheira/o. Note-se ainda que, com o aumento da idade, as mulheres e os homens sem uma relação de conjugalidade esperam vir a ter progressivamente menos filhos, observando-se um afastamento crescente entre fecundidade final esperada e fecundidade desejada.

Contudo, no grupo etário mais velho, observa-se um contraste entre os homens que vivem com cônjuge e aqueles que vivem numa situação conjugal não formal, quer no número de filhos desejados, quer nos filhos que esperam ter (onde contribuem sobretudo o número de filhos já tidos). Os homens casados esperam vir a ter e desejam, em média, um número inferior de filhos do que homens que vivem em coabitação não formal. Este comportamento não se observa na população feminina, onde, no grupo etário dos 40-49 anos, as mulheres casadas e aquelas que vivem com companheira/o desejam e esperam um número médio de filhos muito aproximado.

Figura 2.19. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal, mulheres dos 18 aos 29 anos, Portugal, 2013

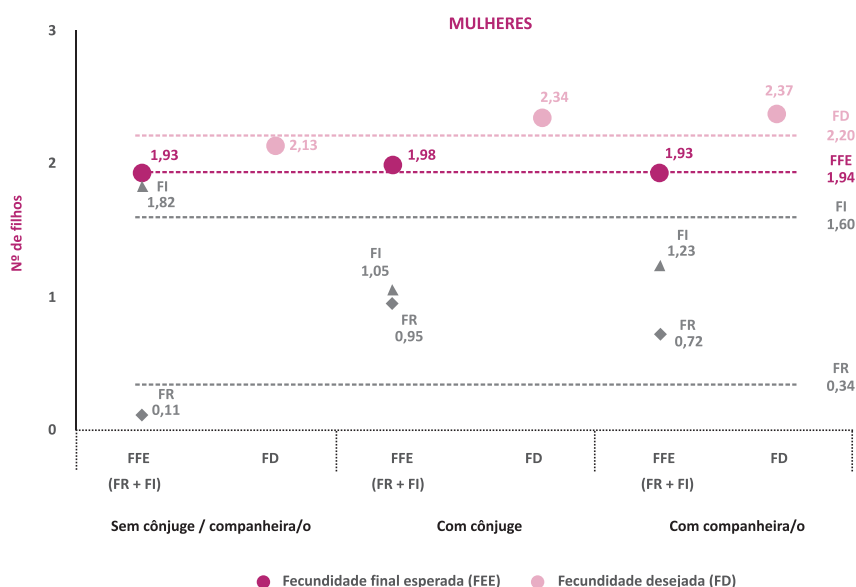


Figura 2.20. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal, homens dos 18 aos 29 anos, Portugal, 2013

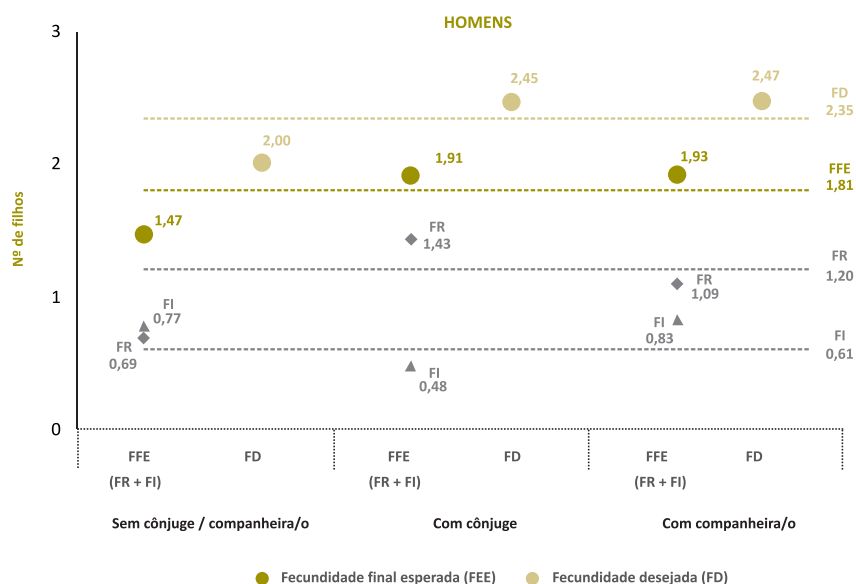


Figura 2.21. >>
 Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal,
 mulheres dos 30 aos 39 anos, Portugal, 2013

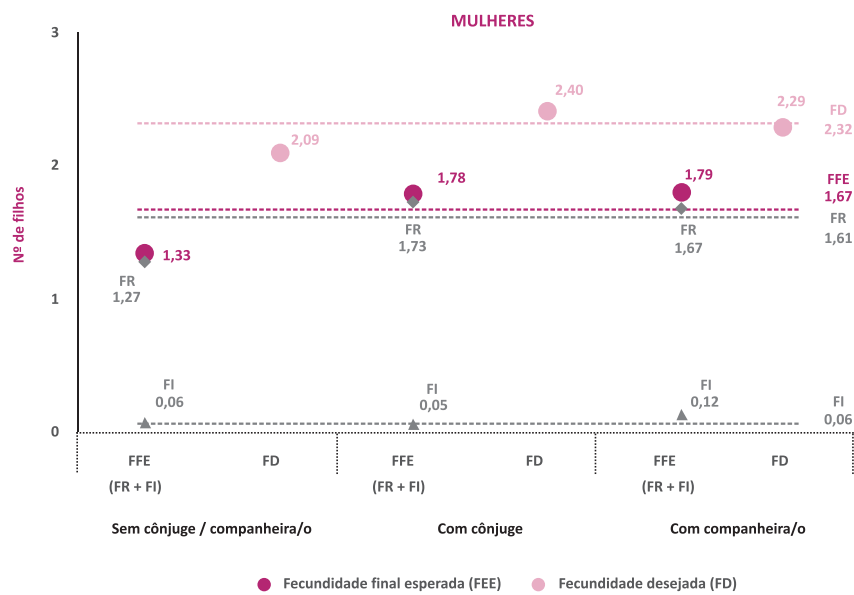


Figura 2.22. >>
 Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal,
 homens dos 30 aos 39 anos, Portugal, 2013

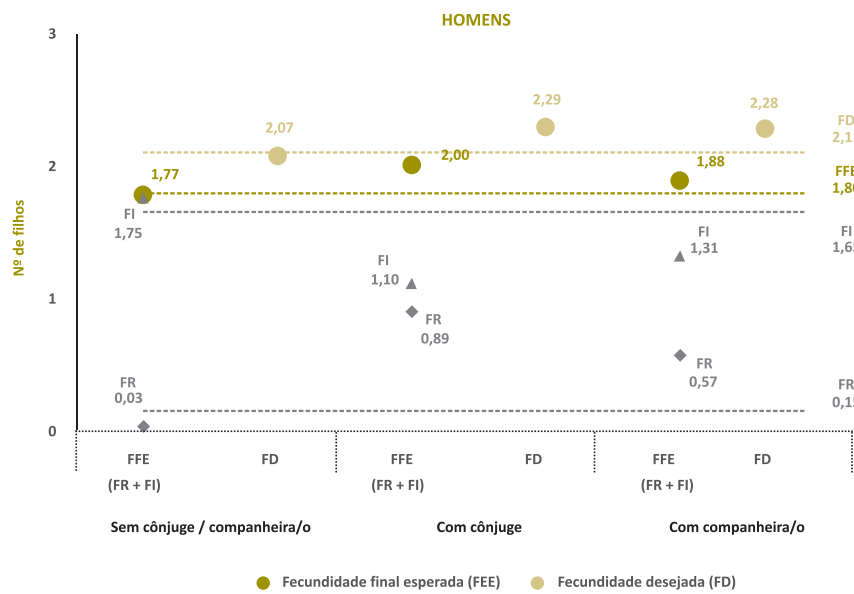


Figura 2.23. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal, mulheres dos 40 aos 49 anos, Portugal, 2013

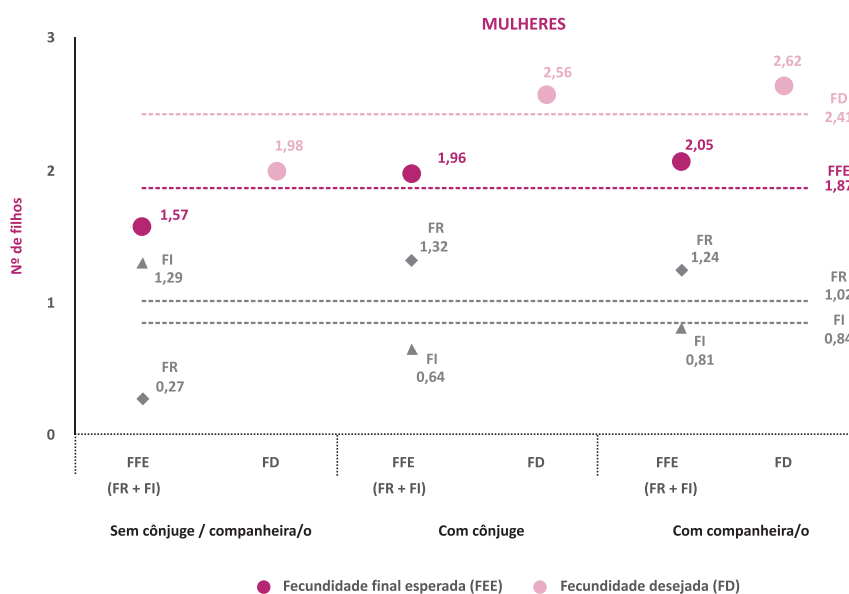
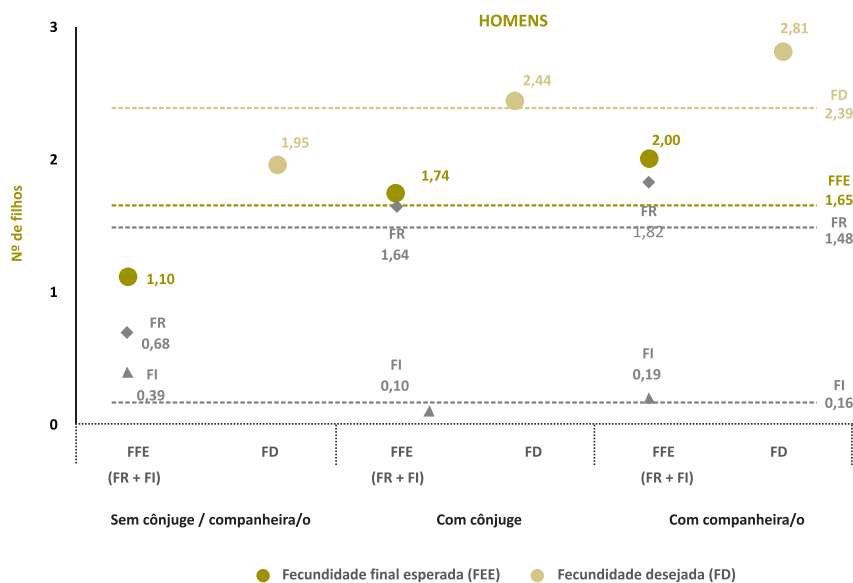


Figura 2.24. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e situação conjugal, homens dos 40 aos 54 anos, Portugal, 2013



2.2.4. ESCOLARIDADE

A análise da fecundidade desejada e da fecundidade final esperada pelos níveis de escolaridade das pessoas mostra que, ao contrário dos homens, as mulheres menos qualificadas esperam ter mais filhos do que aquelas com mais qualificações. Na população masculina, os homens com níveis de escolaridade superior são aqueles que esperam ter um maior número de filhos.

O número médio de filhos desejados segundo os níveis de escolaridade é bastante mais aproximado, e muito próximo da média desejada pelo total de mulheres e homens, apontando para uma relativa homogeneidade quanto ao número de filhos que desejam ter ao longo da vida. No entanto, são as mulheres e os homens mais qualificados aqueles que desejam ter mais filhos.

Refira-se ainda o contraste evidente entre o número de filhos já tidos por mulheres e homens menos qualificados, relativamente à fecundidade realizada entre mulheres e homens mais qualificados. Quer a população feminina quer a população masculina com nível de escolaridade superior tem, em média menos de um filho, enquanto mulheres e homens sem qualquer nível de escolaridade ou apenas o ensino básico têm, em média, mais de um filho.

Figura 2.25. >>
 Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013

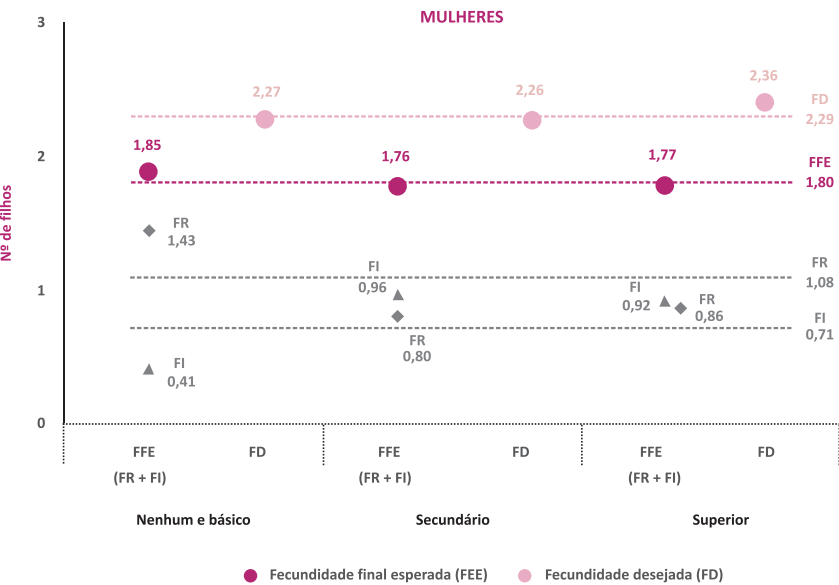
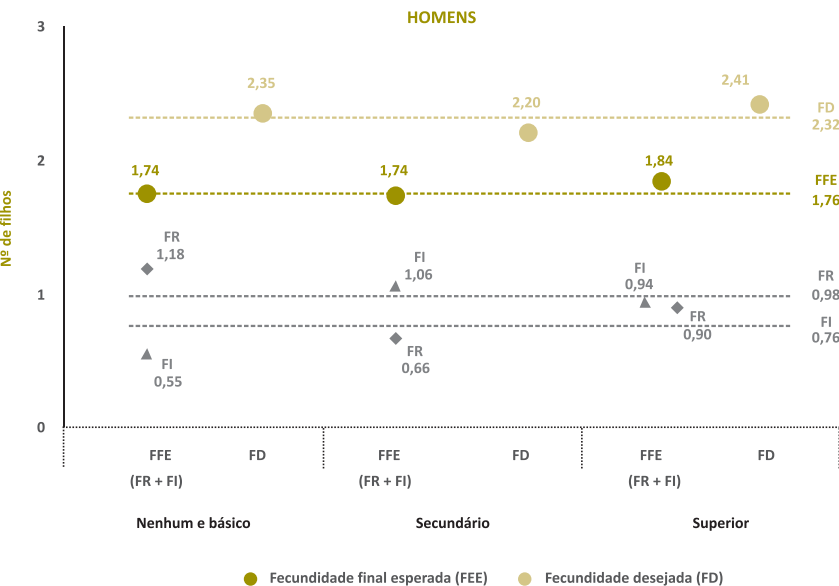


Figura 2.26. >>
 Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



A análise dos comportamentos e expectativas relativamente à fecundidade considerando os níveis de instrução como fator diferenciador deve ter em conta a estreita relação entre esta variável e a fase da vida em que se encontram as pessoas. Assim, de forma a isolar o efeito conjunto da idade e da escolaridade, variáveis com um elevado grau de correlação²¹, apresenta-se o número médio de filhos desejados e esperados por mulheres e homens segundo o nível de escolaridade, para cada um dos grupos etários.

Verifica-se que as mulheres entre 18-29 anos desejam e esperam vir a ter um número médio de filhos aproximado. Porém, nos restantes grupos etários, os níveis da fecundidade final esperada e da fecundidade desejada vão se afastando com o aumento da idade.

Figura 2.27. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, mulheres dos 18 aos 29 anos, Portugal, 2013

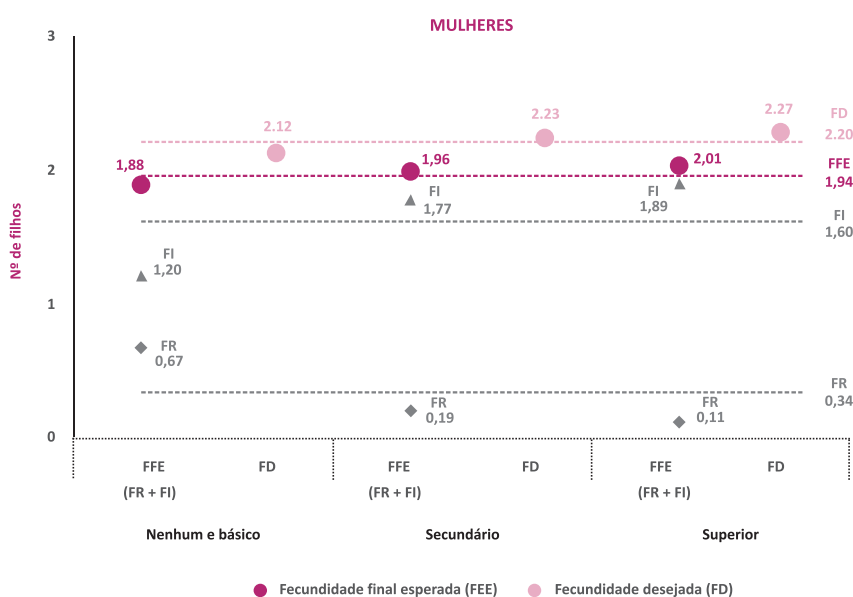
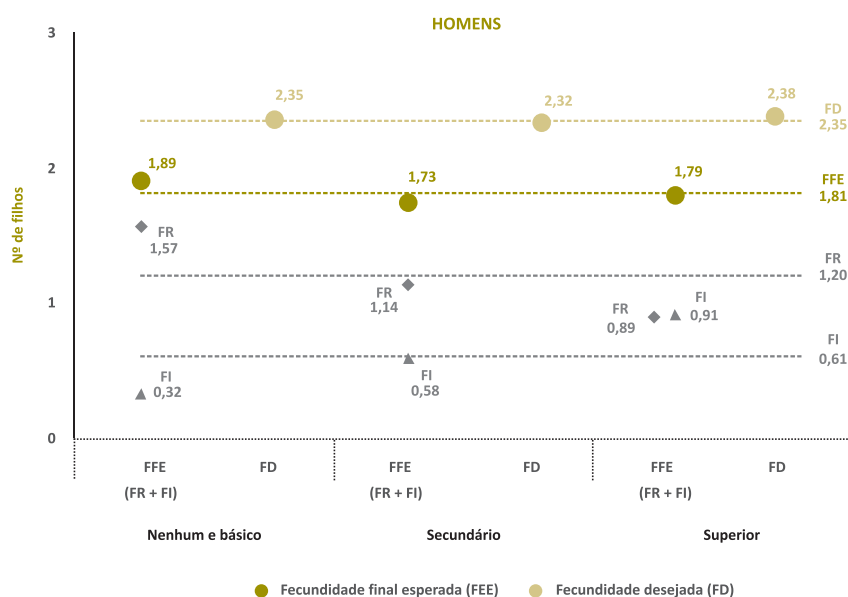


Figura 2.28. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, homens dos 18 aos 29 anos, Portugal, 2013



²¹ Pessoas mais novas são, geralmente, mais qualificadas do que pessoas mais velhas.

Figura 2.29. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, mulheres dos 30 aos 39 anos, Portugal, 2013

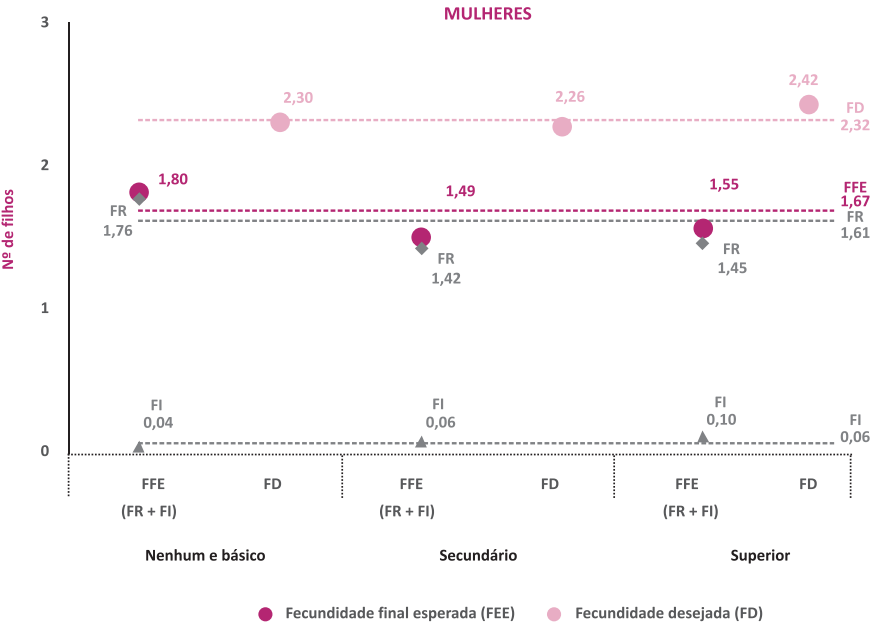


Figura 2.30. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, homens dos 30 aos 39 anos, Portugal, 2013

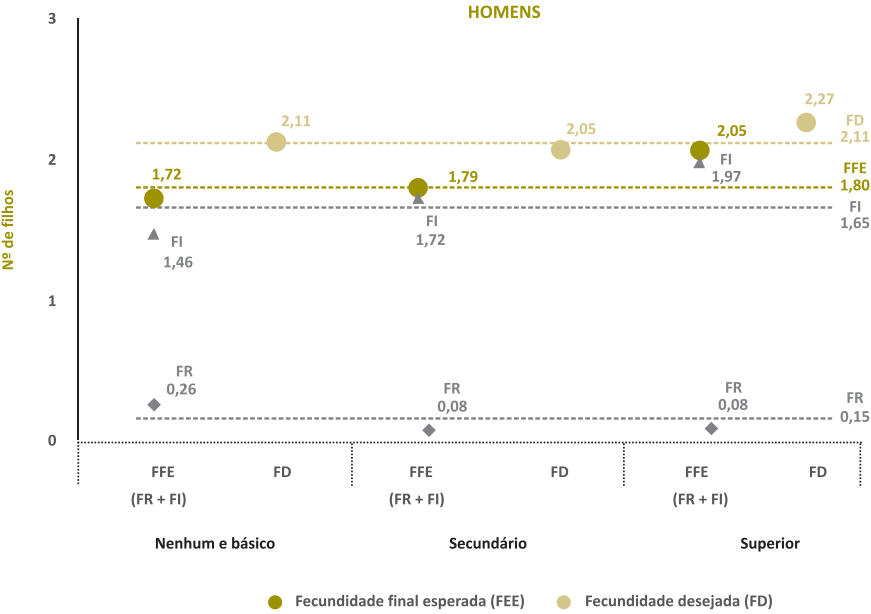


Figura 2.31. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, mulheres dos 40 aos 49 anos, Portugal, 2013

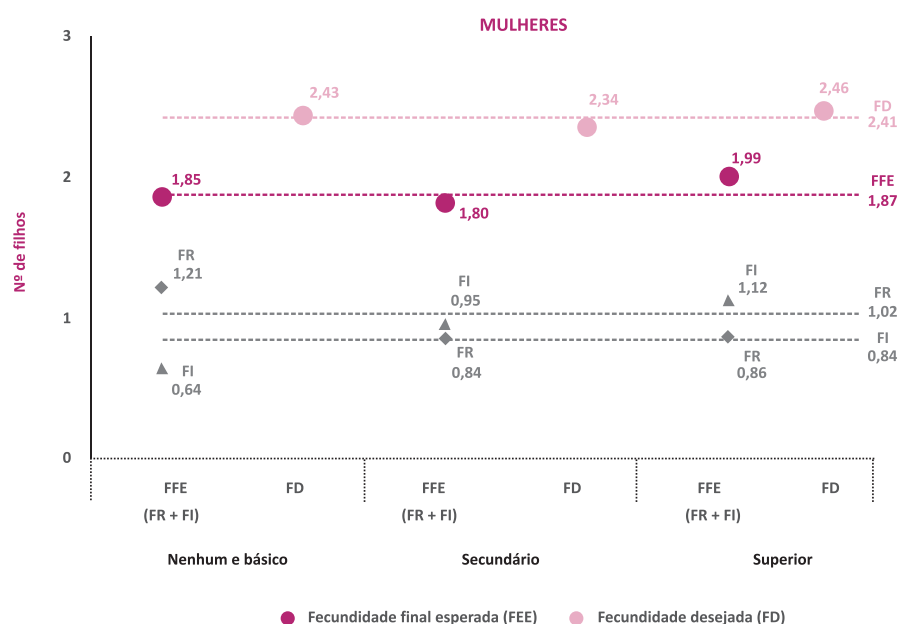
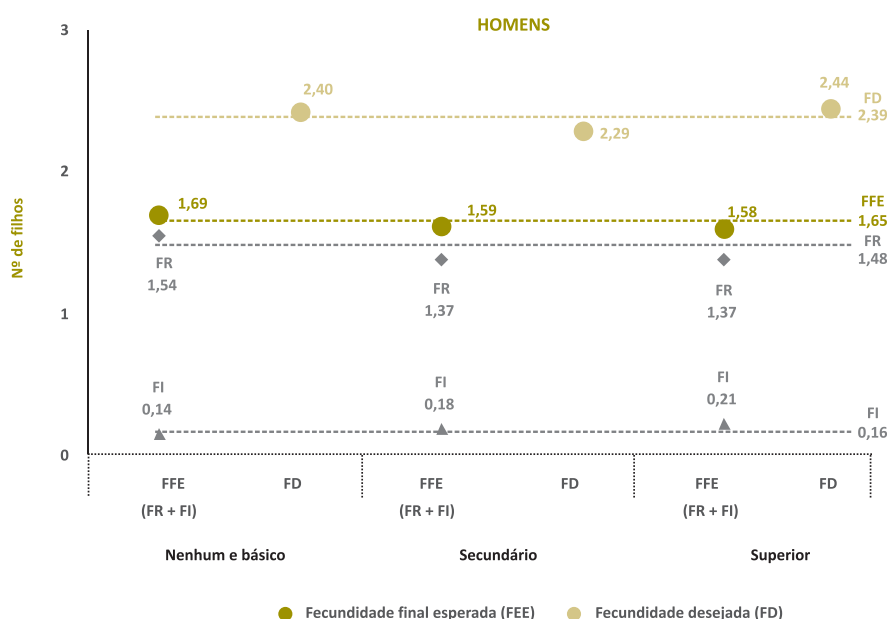


Figura 2.32. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e nível de escolaridade, homens dos 40 aos 54 anos, Portugal, 2013



Por outro lado, verifica-se que, no escalão mais jovem, as mulheres mais qualificadas esperam ter mais filhos do que as mulheres menos qualificadas. Note-se, no entanto, que na fecundidade final esperada estão incluídos os filhos já tidos e aqueles que ainda pensam vir a ter. Se no escalão etário mais jovem as mulheres mais qualificadas esperam vir a ter um número médio de filhos superior àquelas menos qualificadas, à medida que aumenta a idade esta relação inverte-se. Esta inversão é sobretudo explicada pela diferença no número médio de filhos tidos: as mulheres menos qualificadas têm um número médio de filhos consistentemente superior ao número médio de filhos das mulheres com ensino superior.

Relativamente aos homens, as conclusões são idênticas. No entanto, observa-se uma inversão, quando comparamos mulheres e homens, relativamente à fecundidade final esperada ao longo dos seus ciclos de vida. Se homens menos qualificados esperam ter um número médio de filhos inferior ao que esperam as mulheres com qualificações equivalentes, os homens mais qualificados apresentam níveis médios de fecundidade final esperada ligeiramente mais elevados do que as mulheres com ensino superior.

Quanto ao número médio de filhos desejados ao longo da vida, em todos os escalões etários são as mulheres e os homens com ensino superior que desejam ter mais filhos, embora as diferenças sejam pouco expressivas por nível de escolaridade.

Por fim, sublinha-se que, no escalão etário mais jovem, as mulheres mais qualificadas esperam vir a ter aproximadamente 2 filhos, em média. Este valor decresce nos restantes grupos etários.

A idade média ao nascimento do primeiro filho, assim como a idade média com que, no máximo, mulheres e homens querem ter o primeiro filho (para quem ainda não tem filhos, e excluindo gravidezes), são indicadores que reforçam o contraste, na população feminina e masculina, entre pessoas com diferentes níveis de escolaridade, no que respeita à fecundidade.

Figura 2.33. >>

Idade média ao nascimento do 1º filho e em que pretende ter o 1º filho, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013

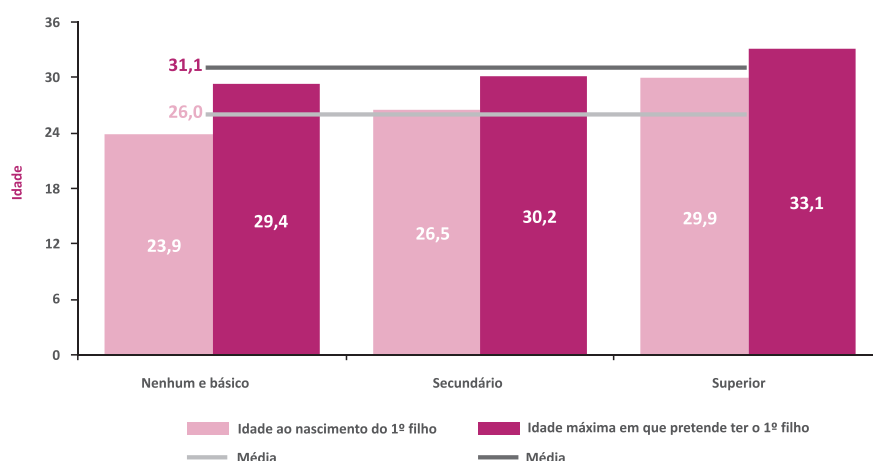
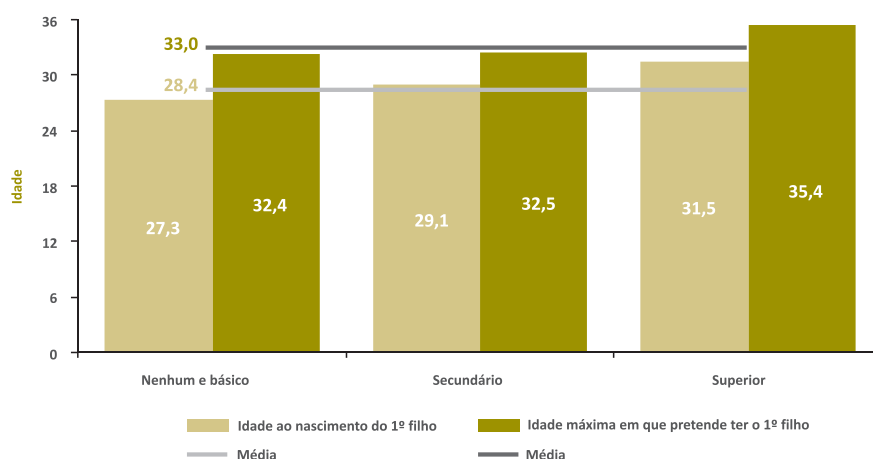


Figura 2.34. >>

Idade média ao nascimento do 1º filho e em que pretende ter o 1º filho, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



Se, em média, as mulheres tiveram o seu primeiro filho com 26 anos, esta idade entre as mulheres menos qualificadas situa-se abaixo dos 24 anos, e sobe para aproximadamente 30 anos entre as mulheres mais qualificadas. De igual forma, mulheres mais qualificadas desejam ter o primeiro filho, no máximo, 4 anos mais tarde do que mulheres menos qualificadas.

O adiamento da idade ao nascimento do primeiro filho é mais acentuado entre os homens. Em média, os homens têm o primeiro filho aos 28 anos (mais de dois anos mais tarde do que as mulheres) e, para aqueles que ainda não têm filhos, pretendem ter o primeiro filho, no máximo, aos 33 anos, dois anos mais tarde do que as mulheres. Tal como para a população feminina mais qualificada, os homens mais qualificados têm o primeiro filho mais tarde do que homens com menos qualificações. Da mesma forma, para os homens que ainda não foram pais, os níveis de escolaridade mais elevados estão associados a um aumento da idade que consideram limite para ter o primeiro filho, que passa dos 32 anos para homens com menos escolaridade, para os 35 entre homens com ensino superior.

2.2.5. RENDIMENTO

O cruzamento entre o nível do rendimento e o número médio de filhos esperados e desejados permite evidenciar algumas diferenças quer no que respeita à fecundidade esperada ao longo da vida (e nas suas duas componentes – fecundidade realizada e fecundidade intencional), quer relativamente à fecundidade desejada.

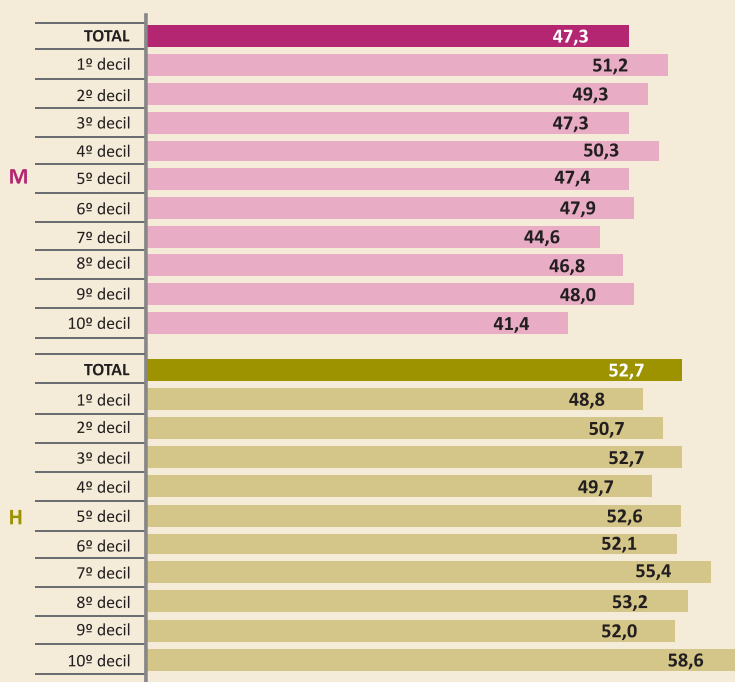
DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO POR ADULTO EQUIVALENTE²² POR DECIS

O posicionamento de mulheres e homens na escala de rendimento evidencia uma distribuição aproximada entre a população feminina e masculina, com alguns contrastes assinaláveis.

Por um lado, a proporção de mulheres no primeiro decil de rendimento é ligeiramente superior à dos homens; por outro, encontram-se mais homens no último decil de rendimento, relativamente à proporção de mulheres.

Figura 2.35. >>

Distribuição do rendimento por decis (%), mulheres dos 18-49 anos e homens dos 18-54 anos, Portugal, 2013



²² A variável utilizada tem por base o rendimento total líquido do agregado familiar num mês regular, obtido através de ordenados, subsídios, pensões, abonos, juros de depósitos bancários e ações, rendas de prédios e terrenos, pensões de alimentos (caso existam), etc., após deduções para impostos, contribuições para a Segurança Social ou quaisquer outros fins. O rendimento do agregado foi recolhido a partir de duas variáveis: perguntou-se o valor exato do rendimento do agregado familiar e, para os casos em que esse valor era desconhecido ou difícil de calcular, foi perguntado em qual, de entre um conjunto de escalões de rendimento, se inseria o rendimento do agregado familiar. De forma a obter uma única variável de rendimento, foi necessário transformar a variável rendimento do agregado por escalões numa variável contínua. Para tal, ajustaram-se os escalões do Inquérito à Fecundidade aos escalões obtidos a partir dos dados mais recentes do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) realizado pelo INE (dados de 2011), atribuindo-se posteriormente como valor do rendimento do agregado familiar de cada pessoa o valor médio do respetivo escalão de rendimento.

As variáveis de recolha incidiam sobre o agregado e não sobre o indivíduo, no pressuposto de que as condições de vida de uma pessoa dependem não só dos seus rendimentos individuais, mas também do rendimento dos restantes membros do agregado. O rendimento líquido foi transformado em rendimento por adulto equivalente com base na escala de equivalência modificada pela OCDE, de modo a refletir as diferenças na dimensão e composição das famílias. O rendimento por adulto equivalente obtém-se dividindo o rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família. Utilizou-se a escala de equivalência modificada pela OCDE, a qual atribui o peso de 1 ao primeiro adulto do agregado (com 14 ou mais anos), 0,5 aos restantes adultos, e 0,3 a cada criança (com menos de 14 anos), dentro de cada agregado doméstico.

Mulheres e homens que se posicionam no primeiro decil do rendimento por adulto equivalente desejam, esperam e já têm um número médio de filhos superior ao observado entre as pessoas que se posicionam em qualquer dos restantes escalões de rendimento, respetivamente 2,5 filhos e 2,7 filhos.

Figura 2.36. >>

Número médio de filhos por decis de rendimento e segundo o tipo de fecundidade, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013

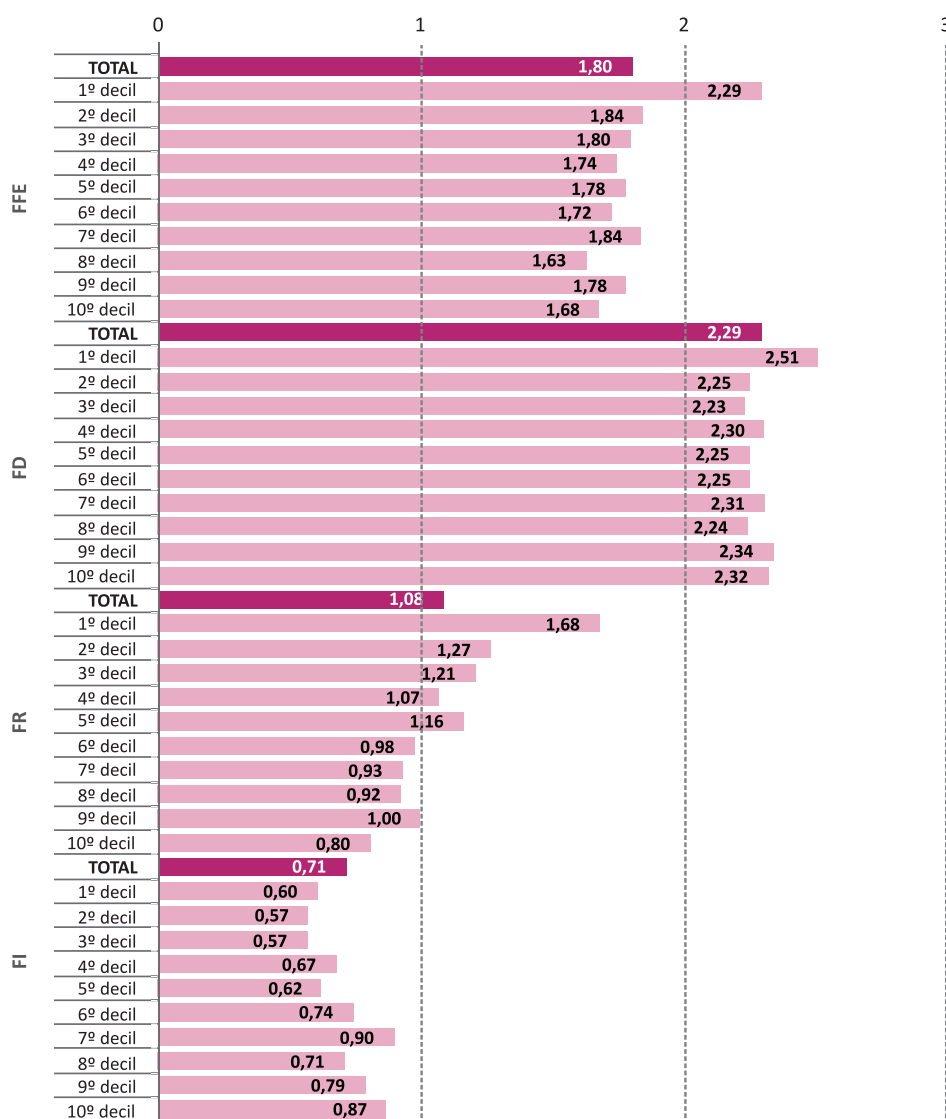
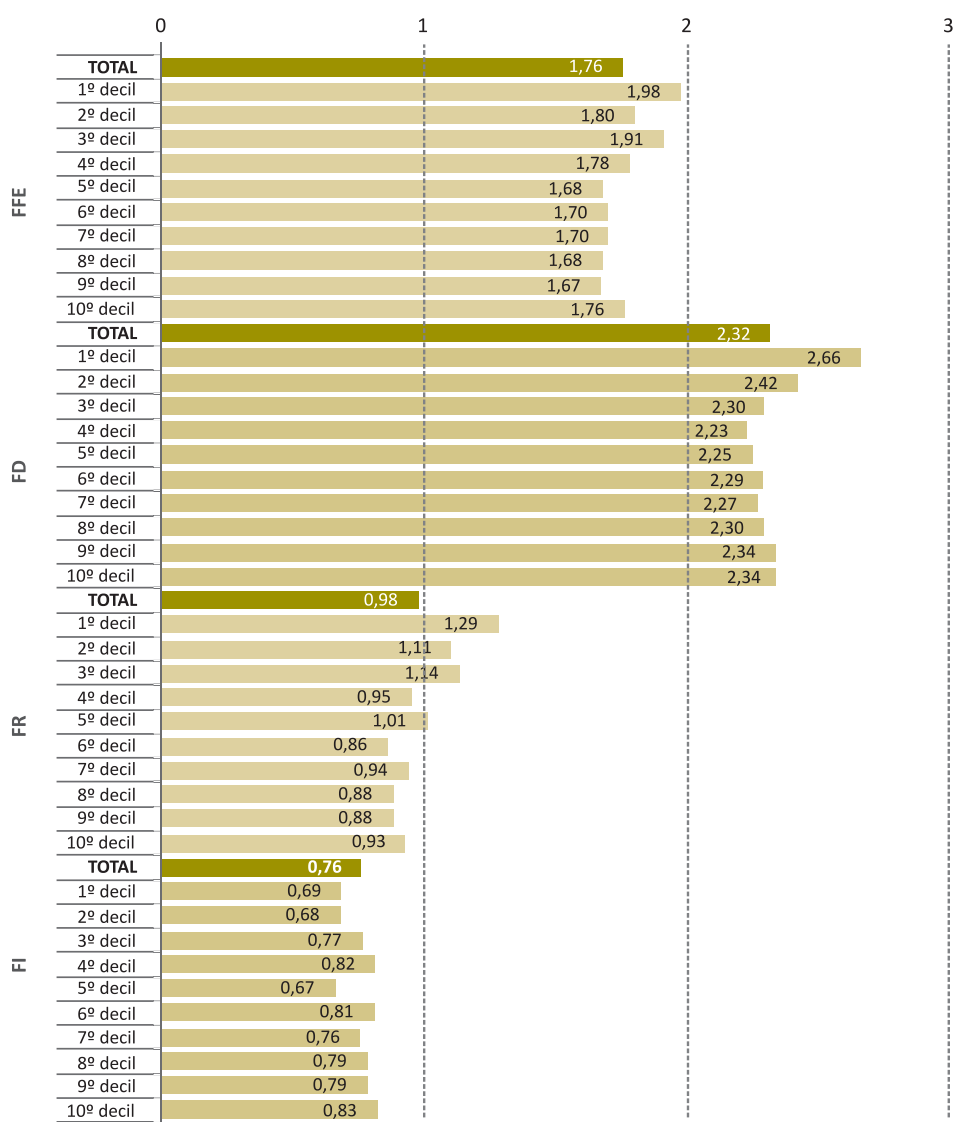


Figura 2.37. >>

Número médio de filhos por decis de rendimento e segundo o tipo de fecundidade, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



Apesar de no primeiro escalão de rendimento mulheres e homens desejarem mais filhos do que as pessoas com mais altos níveis de rendimento, a tendência é quase constante entre os decis de rendimento, sobretudo entre as mulheres. Quanto ao número médio de filhos esperado, observa-se uma tendência ligeiramente decrescente à medida que aumenta o rendimento. Esta tendência é sobretudo explicada pela forte redução no número de filhos tidos entre mulheres mais abaixo na escala de rendimento e aquelas que se posicionam nos decis de rendimento mais elevados. Adicionalmente, o aumento do rendimento por adulto equivalente é acompanhado por um aumento no número de filhos que as mulheres tencionam ainda vir a ter.

2.2.6. CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO

A condição perante o trabalho não se revela uma variável muito diferenciadora dos comportamentos e expectativas face à fecundidade. Assinala-se a grande diferença entre o número médio de filhos tidos por mulheres e homens inativos, relativamente à população ativa, que terá como fator explicativo a inclusão nesta categoria de pessoas que estão ainda a estudar, não tendo ainda tido filhos. Note-se que 70% da população feminina inativa e 75% da população masculina inativa é estudante. De forma idêntica, e alicerçado na mesma conclusão, o número médio de filhos que mulheres e homens ainda tencionam vir a ter é maior entre a população feminina e masculina não ativa.

No que respeita à fecundidade desejada, observa-se apenas na população masculina um decréscimo no número médio de filhos desejados para os homens inativos, face aos homens ativos (empregados ou desempregados).

Figura 2.38. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e condição perante o trabalho, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013

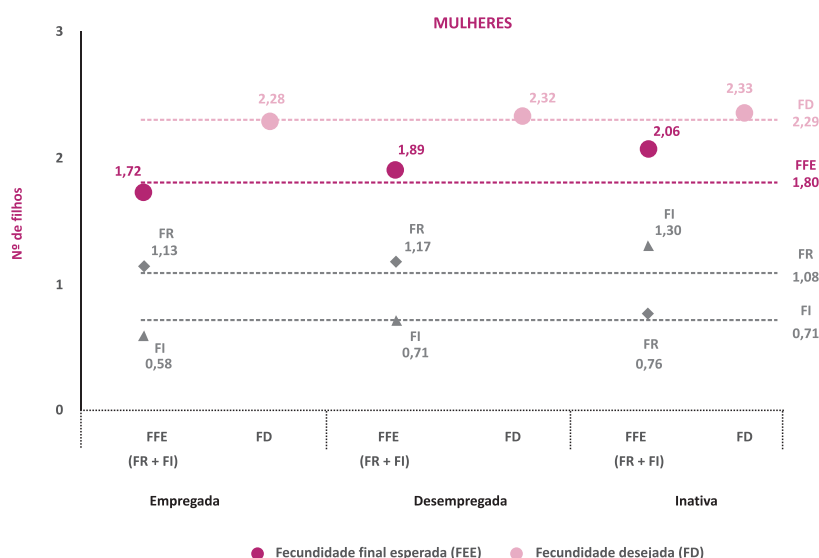
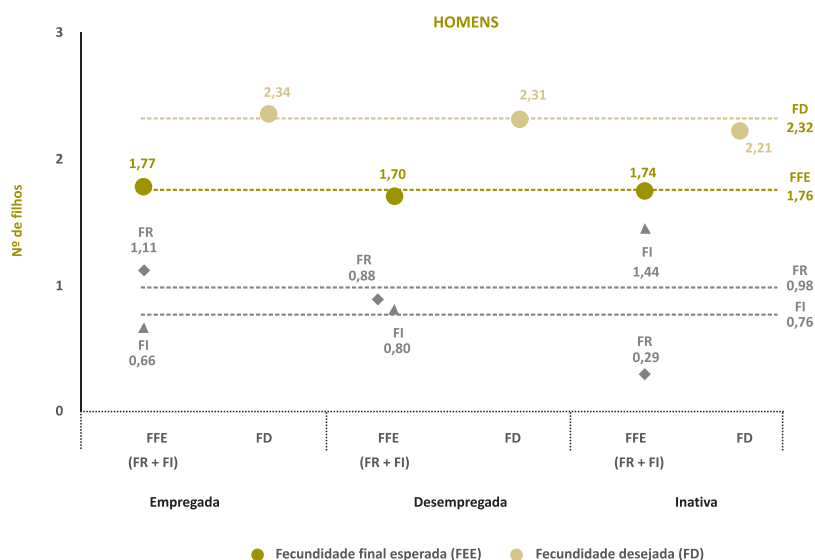


Figura 2.39. >>

Número médio de filhos por tipo de fecundidade e condição perante o trabalho, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



2.2.7. GRAU DE URBANIZAÇÃO

O grau de urbanização do local de residência é também uma variável diferenciadora relativamente aos níveis de fecundidade. O número médio de filhos esperados e desejados para a população feminina e masculina evidenciam este contraste. Embora o número médio de filhos esperados seja aproximado entre mulheres e homens que vivem em áreas pouco, medianamente ou densamente povoadas, observa-se, tanto na população feminina como na masculina, que as pessoas que residem em áreas menos povoadas têm mais filhos do que as pessoas que vivem em áreas densamente povoadas. Relativamente à fecundidade desejada, este comportamento inverte-se: mulheres e homens residentes em áreas densamente povoadas desejam um número médio de filhos mais elevado do que a população residente em qualquer outro tipo de áreas geográficas, e são as mulheres e os homens que residem em áreas pouco povoadas aqueles que desejam um menor número de filhos, inferior à média de filhos desejados quer para a população feminina, quer para a população masculina.

Figura 2.40. >>
Número médio de filhos por tipo de fecundidade e grau de urbanização do local de residência, mulheres dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2013

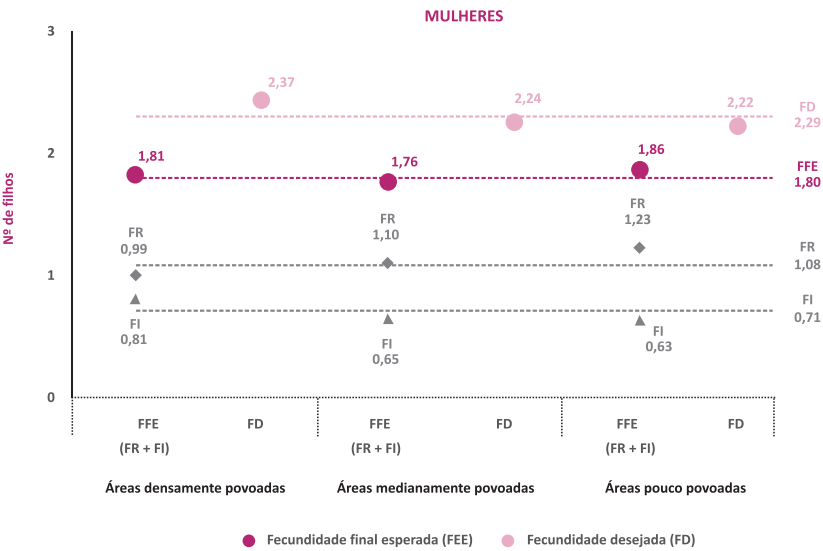
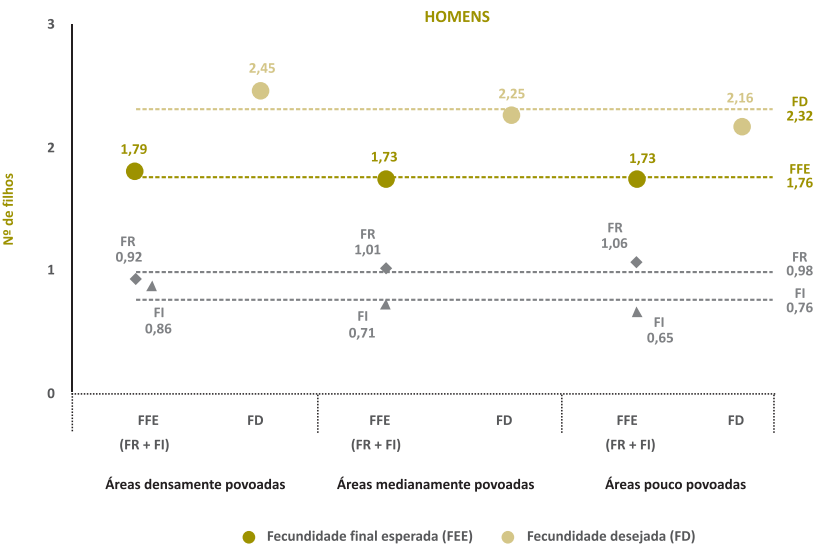


Figura 2.41. >>
Número médio de filhos por tipo de fecundidade e grau de urbanização do local de residência, homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013

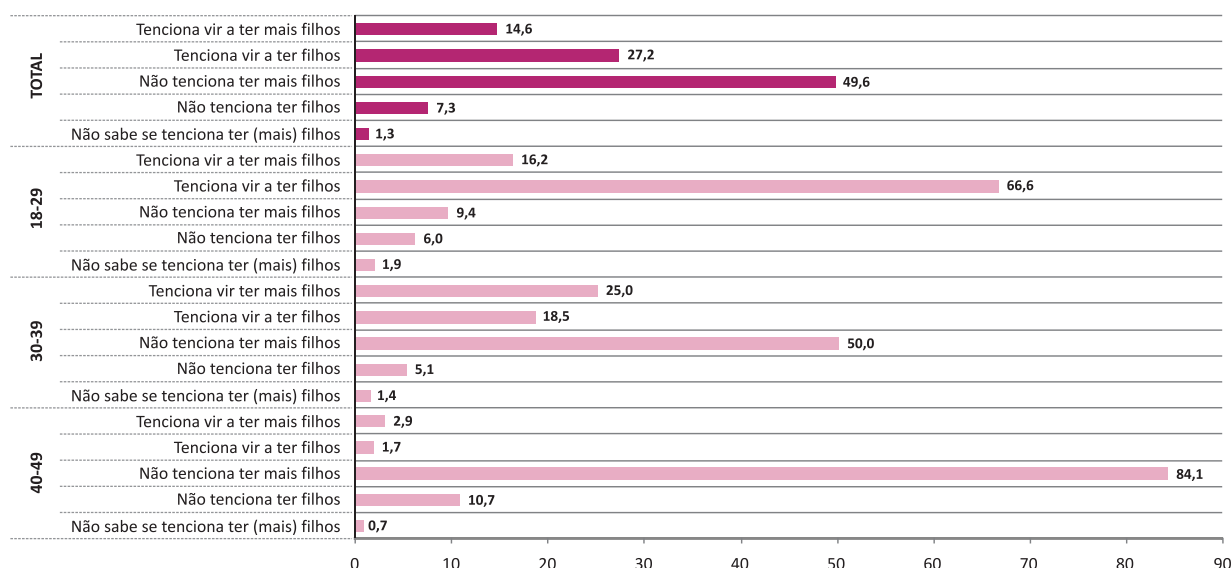


2.3. MOTIVOS FACILITADORES OU DE ENTRAVE À FECUNDIDADE

A análise dos motivos facilitadores ou de entrave à fecundidade é feita de acordo com uma tipologia de intenção de ter filhos, segundo a existência de filhos, que contempla cinco situações distintas: pessoas que têm filhos e tencionam vir a ter mais filhos; pessoas que não têm filhos mas tencionam vir a ter; pessoas que têm filhos e não tencionam vir a ter mais; pessoas que não têm filhos e não tencionam ter; e pessoas que, tendo ou não filhos, não sabem se tencionam vir a ter (mais) algum filho.

Figura 2.42. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a intenção de vir a ter filhos de quem tem e não tem filhos, por escalão etário (%), Portugal, 2013



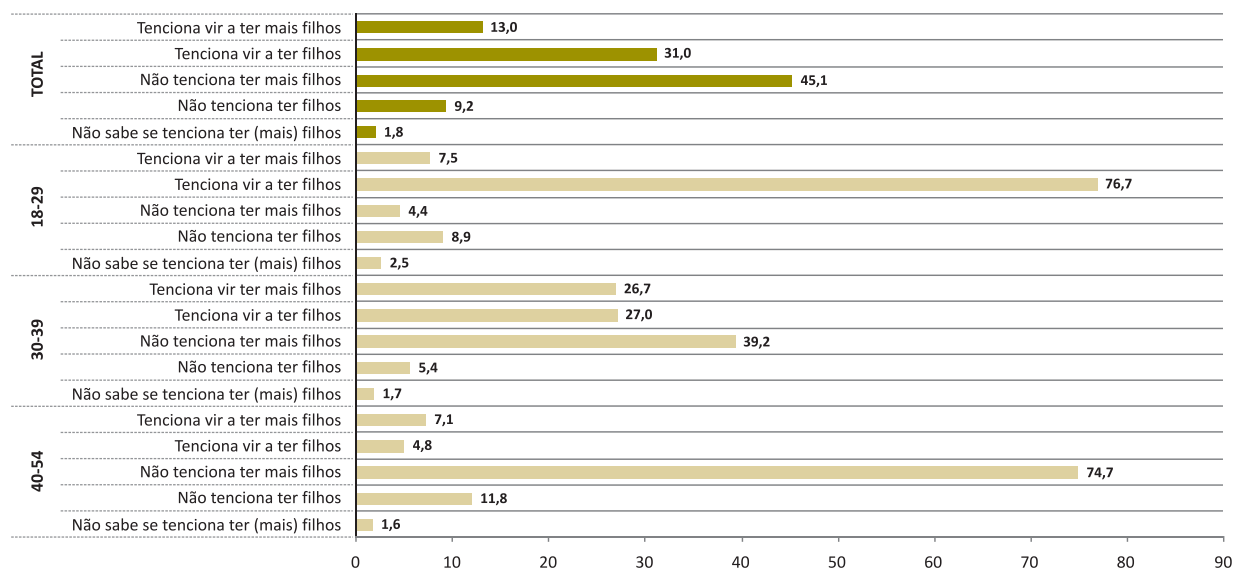
Quase metade das mulheres (49,6%) já tem filhos, e não tenciona ter mais filhos. A desagregação desta tipologia por escalão etário mostra que, nos dois últimos escalões etários, *i.e.*, dos 30-39 anos e dos 40-49 anos, a maioria das mulheres já tem filhos, e não tenciona ter mais. Inversamente, no escalão mais jovem, a maior parte das mulheres (66,6%) ainda não tem filhos mas tenciona ter.

Embora o projeto de paternidade seja preponderante entre os homens (tal como é, para as mulheres, o projeto de maternidade), observa-se uma maior proporção de homens que não tem e não tenciona ter filhos, relativamente à população feminina.

Outro contraste que se evidencia entre mulheres e homens encontra-se nas situações em que estes ainda não têm filhos mas tencionam ainda vir a ter. De facto, em todos os escalões etários, a proporção de homens que ainda não tem filhos mas tenciona vir a ter é sempre superior à das mulheres. O adiamento da idade ao nascimento do primeiro filho, assim como a entrada mais tardia na conjugalidade e na paternidade, mais acentuado na população masculina, pode ser um elemento explicativo destas diferenças.

Figura 2.43. >>

Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a intenção de vir a ter filhos de quem tem e não tem filhos, por escalão etário (%), Portugal, 2013

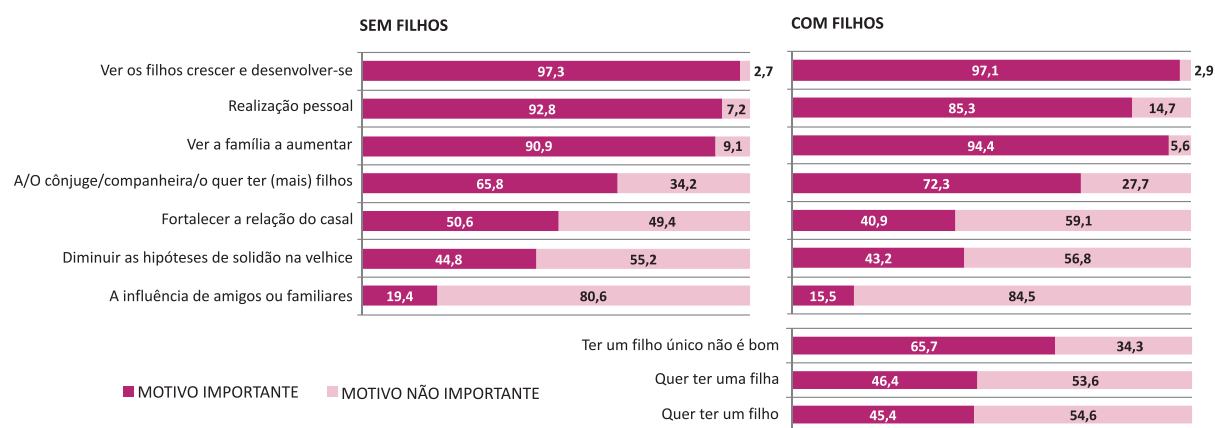


Considerando mulheres e homens que tencionam ter filhos, a “vontade de ver os filhos crescer e desenvolver-se” é o motivo mais apontado como importante para a decisão de ainda vir a ter filhos, independentemente de serem já mães ou pais.

Embora a importância atribuída à maternidade para a realização pessoal seja um fator mais referido por mulheres que ainda não foram mães, as mulheres atribuem uma prioridade a este fator consistentemente superior àquela atribuída pelos homens.

Figura 2.44. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo os motivos importantes e não importantes para a decisão de ter (mais) filhos (%), Portugal, 2013



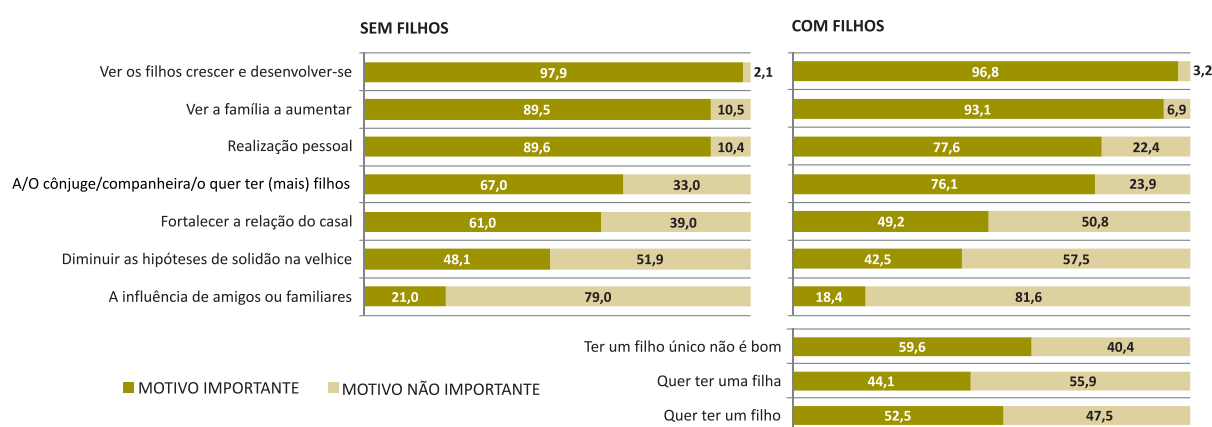
A realização pessoal é um elemento importante para a decisão de ter filhos para 97,3% das mulheres que ainda não foram mães (o segundo fator mais relevante) e para 85,3% das mulheres que já têm filhos (o terceiro motivo mais relevante). Relativamente à população masculina, 89,6% dos homens sem filhos consideram que este é um motivo importante para a intenção de ter mais filhos (o terceiro motivo mais apontado pelos homens), percentagem que desce para 77,6% entre os homens que foram já pais (mantendo-se como terceiro motivo mais apontado neste segmento).

A ideia de que ter filhos poderá ser importante para fortalecer a relação do casal é mais frequente para os homens do que para as mulheres, e mais presente para os homens que ainda não tiveram filhos. Poderá ser relevante, neste contexto, assinalar que os homens parecem ser mais permeáveis à vontade das/os suas/seus cônjuges ou companheiras/os de terem filhos, verificando-se que 67,0% dos homens sem filhos e 76,1% dos homens com filhos consideram importante a vontade da/o sua/o companheira/o ou cônjuge para a decisão de terem (mais) filhos.

Importa ainda assinalar que a influência de amigos e familiares desempenha um papel mais importante para a decisão de ter filhos para mulheres e homens que ainda não foram pais, do que entre aqueles que já têm filhos.

Figura 2.45. >>

Homens dos 18 aos 54 anos, segundo os motivos importantes e não importantes para a decisão de ter (mais) filhos (%), Portugal, 2013



Relativamente à população feminina e masculina que já tem filhos e tenciona vir a ter mais filhos, 52,5% dos homens considera ser importante para a sua decisão o facto de quererem ter um filho rapaz, valor que desce para 45,4% entre as mulheres. Para as mulheres verifica-se uma proximidade entre a percentagem que tenciona ter mais filhos porque quer ter um filho rapaz e aquelas que tencionam ter mais filhos porque quer ter uma filha.

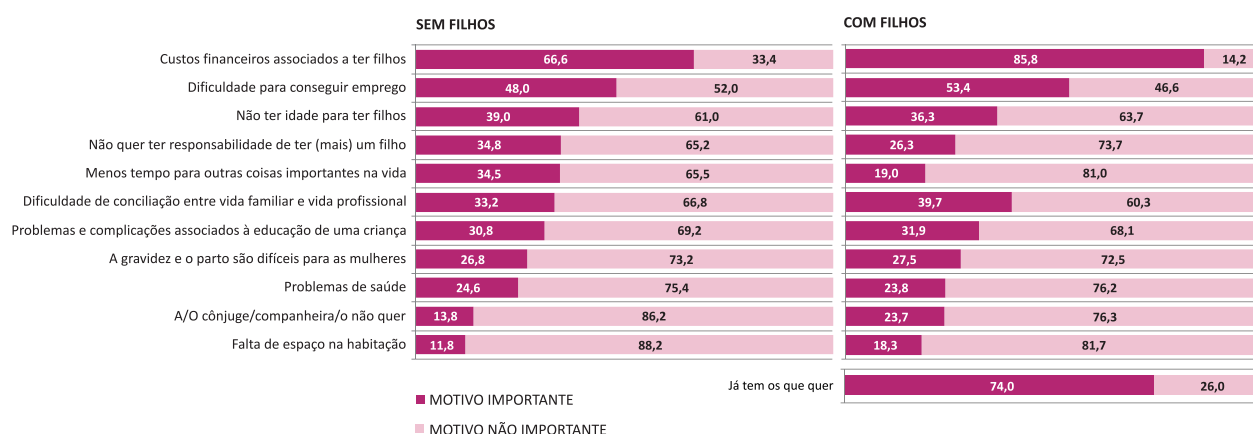
Considerando as mulheres e os homens que não tencionam ter mais filhos, verifica-se que os custos financeiros associados a ter filhos é o motivo mais frequentemente assinalado como importante quer por mulheres quer por homens, quer tenham ou não filhos. No entanto, este é um motivo mais assinalado por mulheres e homens que já têm filhos: 85,8% e 82,1%, respetivamente, que comparam com 66,6% e 68,2% para mulheres e homens sem filhos.

As questões relacionadas com o emprego e a família, nomeadamente a opção por não ter (mais) filhos por este ser um fator que dificulta a obtenção de um emprego, ou a dificuldade de conciliação entre vida familiar e vida profissional, são dois motivos apontados de forma mais evidente por mulheres e homens que já têm filhos. Apesar da dificuldade em conseguir emprego ser o segundo motivo mais referido tanto por mulheres como por homens para a decisão de não ter filhos, a proporção de mulheres com filhos que consideram este motivo importante para não ter mais filhos é superior à proporção observada entre mulheres que ainda não foram mães – 53,4%, que comparam com 48,0%. Nos homens, esta diferença inverte-se – 58,9% dos homens sem filhos consideram este um motivo importante para não quererem ter filhos, valor que desce para 50,3% entre homens que já foram pais.

Outro elemento relevante resulta da importância atribuída ao tempo para outras coisas importantes na vida. Verifica-se um contraste evidente, tanto nas mulheres como nos homens, na importância atribuída a este fator por pessoas sem filhos e pessoas que já têm filhos. A percentagem de população feminina e masculina com filhos que atribui importância a este motivo para não ter mais filhos é bastante inferior (34,5% e 19,0% para mulheres sem e com filhos, e 31,7% e 18,6% para homens sem e com filhos), apontando para uma diferença nas prioridades de uns e outros.

Figura 2.46. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo os motivos importantes e não importantes para a decisão de não ter (mais) filhos (%), Portugal, 2013



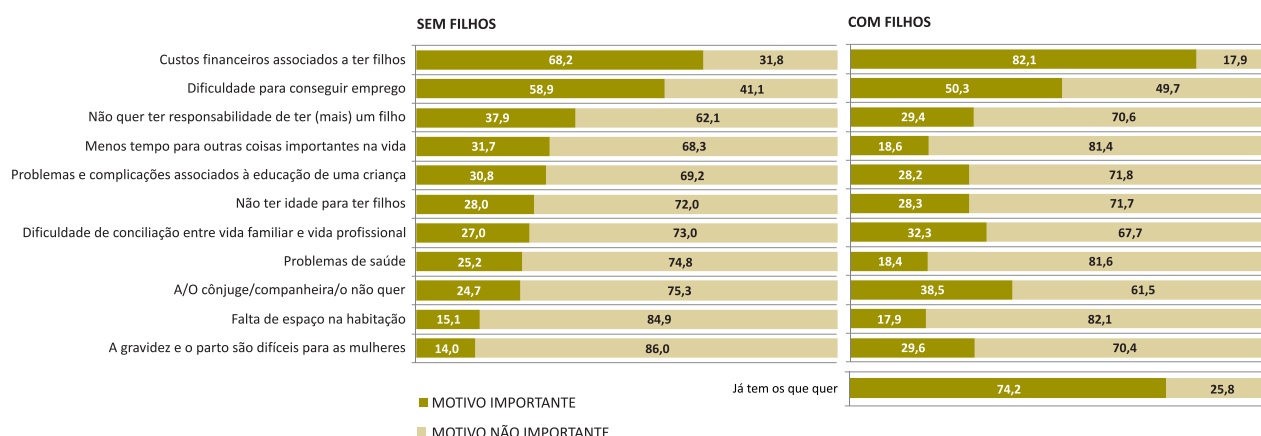
A importância atribuída à vontade da/o companheira/o ou cônjuge é, novamente, um fator mais assinalado por homens do que por mulheres. 24,7% dos homens sem filhos e 38,5 % daqueles que já tiveram filhos consideram importante para a sua decisão de não ter filhos o facto de a/o sua/seu companheira/o ou cônjuge não querer. Na população feminina estes valores descem para 13,8% relativamente às mulheres sem filhos e 23,7% entre aquelas que já foram mães.

Fatores de ordem física ou da fase da vida das pessoas, como sejam a saúde, a idade ou a dificuldade, para as mulheres, associada à gravidez, são globalmente consideradas importantes por parte de um maior número de mulheres do que de homens. A questão da idade estará provavelmente associada à impossibilidade de as mulheres serem mães a partir de certa idade, condição que, por razões biológicas, se coloca de forma diferente para os homens. Relativamente aos problemas de saúde, verifica-se que a percentagem de mulheres e homens sem filhos que considera este um motivo importante para não ter filhos é aproximada, ligeiramente superior entre os homens. Observando a população com filhos, as mulheres assinalam mais frequentemente este motivo do que os homens.

Finalmente, quanto às dificuldades associadas à gravidez, a diferença entre mulheres e homens observa-se apenas entre as pessoas sem filhos. É evidente a reduzida percentagem de homens que assinala este como um motivo importante para a decisão de não ter filhos, colocando-o no final da lista de motivos assinalados. Entre as mulheres, a proporção quase duplica (passa de 14% de homens sem filhos a considerar este como um fator importante, para 26,8% de mulheres sem filhos), e é aproximada àquela observada relativamente às mulheres que já tiveram filhos (27,5%).

Figura 2.47. >>

Homens dos 18 aos 54 anos, segundo os motivos importantes e não importantes para a decisão de não ter (mais) filhos (%), Portugal, 2013



3. PRÁTICAS E ATITUDES FACE À VIDA FAMILIAR, FECUNDIDADE E PARENTALIDADE

A análise dos resultados do Inquérito à Fecundidade de 2013 sobre a divisão das tarefas domésticas, a divisão das tarefas com as crianças e a partilha de decisões, nos casais (casados ou a viver em união de facto), pretende contribuir, no quadro da dinâmica conjugal, para o conhecimento da paridade na partilha de responsabilidades. A partir das opiniões referentes à opção ideal para as mães e pais conciliarem o trabalho com a vida familiar e acerca da parentalidade, pretende-se conhecer as diferenças de género e geracionais quanto à conciliação entre a vida familiar e a profissional, e as representações acerca da figura materna e paterna.

3.1. ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E CUIDADOS COM AS CRIANÇAS

3.1.1. DIVISÃO DAS TAREFAS DOMÉSTICAS

Pretende-se identificar quem, no casal, executa determinadas tarefas domésticas, tais como: preparar as refeições, limpar a casa, lavar e cuidar da roupa, fazer pequenos arranjos e restauros na casa, pagar as contas, fazer a gestão e organização das despesas da casa, e organizar as atividades de lazer.

a) Preparação das refeições diárias

A preparação das refeições diárias (por exemplo, do almoço ou do jantar) é uma responsabilidade maioritariamente atribuída às mulheres, situação assumida por ambos os sexos, embora com valores mais elevados segundo as mulheres, nomeadamente das gerações mais velhas: cerca de 71% das mulheres com

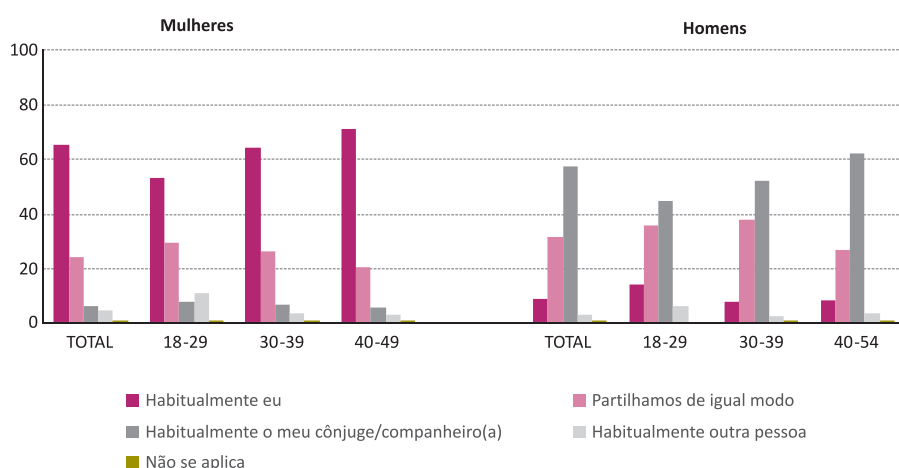
40-49 anos, 64% das com 30-39 anos e 53% das com 18-29 anos assumiram serem elas próprias a preparar as refeições diárias, face a perto de 62%, 52% e 45% dos homens, respetivamente nos mesmos escalões etários, que atribuíram essa tarefa à/ao cônjuge/companheira/o.

De notar que a partilha de tarefas de igual modo entre os dois membros do casal, assume valores mais altos segundo os homens dos escalões mais jovem e intermédio (cerca de 36% e 38% respetivamente nos 18-29 anos e nos 30-39 anos nos homens, face a 29% e 26%, nos mesmos escalões, nas mulheres).

A execução destas tarefas habitualmente por outra pessoa tem maior expressão no escalão etário mais jovem e pelas mulheres (11% das mulheres dos 18-29 anos e 6% dos homens, no mesmo escalão etário).

Figura 3.1. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de preparar as refeições diárias (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013



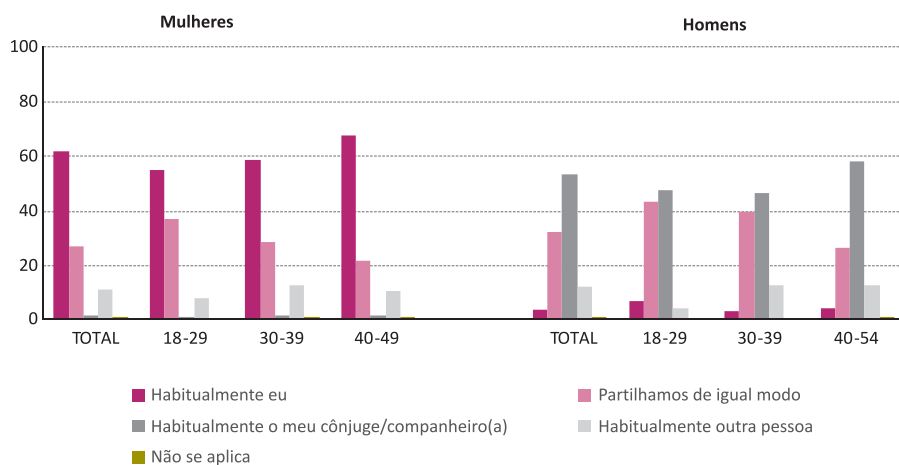
b) Limpeza da casa

A limpeza da casa (por exemplo: aspirar, limpar o pó, lavar o chão, etc.) é uma tarefa assumida em maiores proporções pelas mulheres, nomeadamente, pelas mais velhas: cerca de 68% das mulheres com 40-49 anos, 58% das com 30-39 anos e 55% das com 18-29 anos. Os homens atribuem esta tarefa maioritariamente à/ao cônjuge/companheira/o, igualmente com maiores proporções nos escalões etários mais elevados: cerca de 58% dos homens do escalão etário dos 40-54 anos, 46% do escalão dos 30-39 anos e 47% dos 18-29 anos.

A partilha de igual modo da tarefa da limpeza da casa assume valores expressivos, em particular nas gerações mais jovens, e com valores mais altos segundo os homens: próximo de 43% dos homens dos 18-29 anos e 39% dos do escalão etário intermédio (30-39 anos) consideram que ambos os membros do casal executam a tarefa, face a cerca de 37% e 28% de mulheres, respetivamente nos mesmos escalões etários.

Figura 3.2. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa da limpeza da casa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013



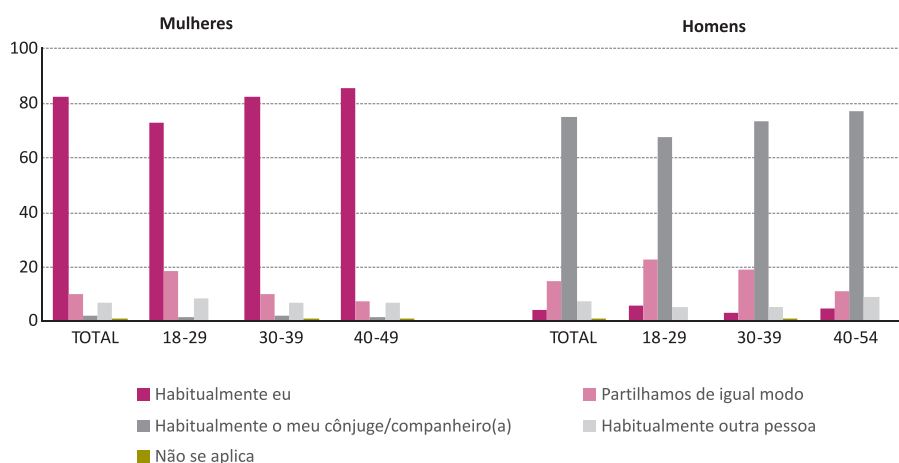
c) Lavar e cuidar da roupa

Quem habitualmente lava e cuida da roupa (por exemplo: põe a máquina da roupa a lavar, estende a roupa, passa a roupa a ferro, etc.) são as mulheres, segundo ambos os sexos, embora o valor assuma maior expressão segundo as mulheres: cerca de 85% das mulheres do escalão etário mais elevado, 82% do escalão etário intermédio e 73% do escalão etário mais baixo consideram que são elas próprias que executam a tarefa de lavar e cuidar da roupa, face a cerca de 77%, 73% e 68%, dos homens, nos mesmos escalões etários, que apontam a/o cônjuge/companheira/o como quem habitualmente executa essa tarefa doméstica.

A partilha de igual modo entre os dois membros do casal é referida mais pelos homens e pelos mais novos: perto de 23% dos homens com 18-29 anos, 19% dos com 30-39 anos e 11% dos com 40-54 anos, contra 18%, 10% e 7%, respetivamente nos mesmos escalões etários, pelas mulheres.

Figura 3.3. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de lavar e cuidar da roupa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013



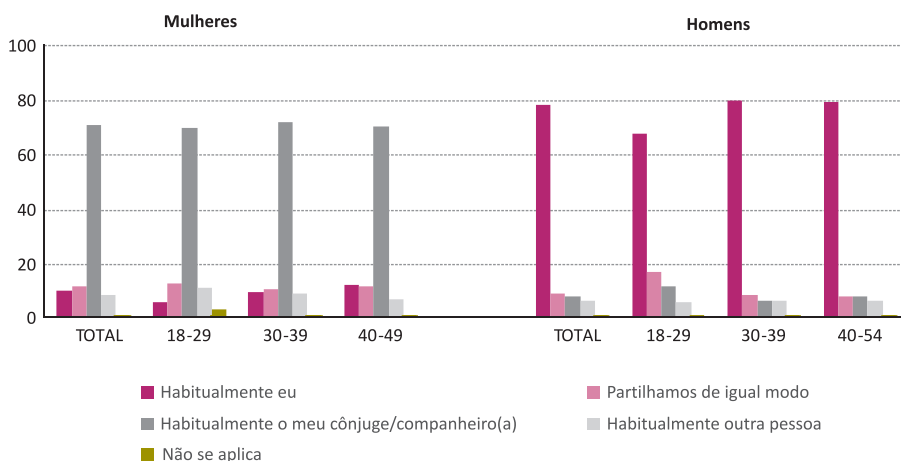
d) Pequenos arranjos e restauros na casa

A tarefa doméstica de realização de pequenos arranjos e restauros na casa (por exemplo: trocar lâmpadas, pinturas, etc.) parece ser uma função maioritariamente atribuída aos homens, situação assumida quer pelas mulheres, quer pelos próprios homens. Esta tarefa é a que tem maiores proporções na categoria “Habitualmente o meu cônjuge/companheira/o” segundo as mulheres, com valores que rondam os 70% nos três escalões etários analisados, e igualmente a que tem maiores proporções na categoria “Habitualmente eu”, segundo os homens, com valores de cerca de 79% nos escalões etários a partir dos 30 anos e com um valor de 67% no escalão etário mais baixo (18-29 anos).

A partilha da tarefa aparece em segundo lugar, embora com valores bastante mais diminutos, e com proporções mais elevadas nas gerações mais novas, em especial pelos homens (próximo de 16% dos homens dos 18-29 anos e 12% das mulheres, no mesmo escalão, descendo a seguir para cerca de metade no caso dos homens, com 8% nas idades acima dos 30 anos, e para valores entre 10% e 11%, no caso das mulheres).

Figura 3.4. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de realização de pequenos arranjos e restauros na casa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013



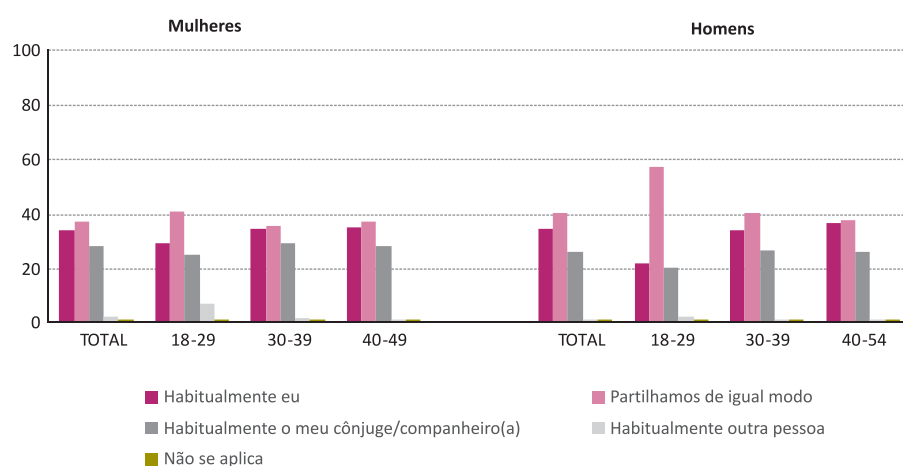
e) Pagar as contas

A tarefa de pagar as contas da casa (por exemplo: conta da eletricidade, água, etc.) é uma tarefa partilhada ou assumida pelo próprio: a geração mais jovem e em particular os homens consideram que “Partilhamos de igual modo” com um valor de perto de 57%, face a 40% das mulheres da mesma geração; as gerações seguintes, apresentam valores entre 37% e 40% para os homens, e entre 35% e 37% para as mulheres.

“Habitualmente eu” é a categoria seguinte que assume os valores mais elevados, ligeiramente superiores nos escalões etários a partir dos 30 anos (próximo de 35%, segundo as mulheres, e entre 33% e 36%, segundo os homens; face a perto de 29% para as mulheres no escalão etário mais baixo e de 22% para os homens do mesmo escalão).

Figura 3.5. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de pagar as contas da casa (para quem tem cônjuge/companheira(o), por escalão etário (%), Portugal, 2013

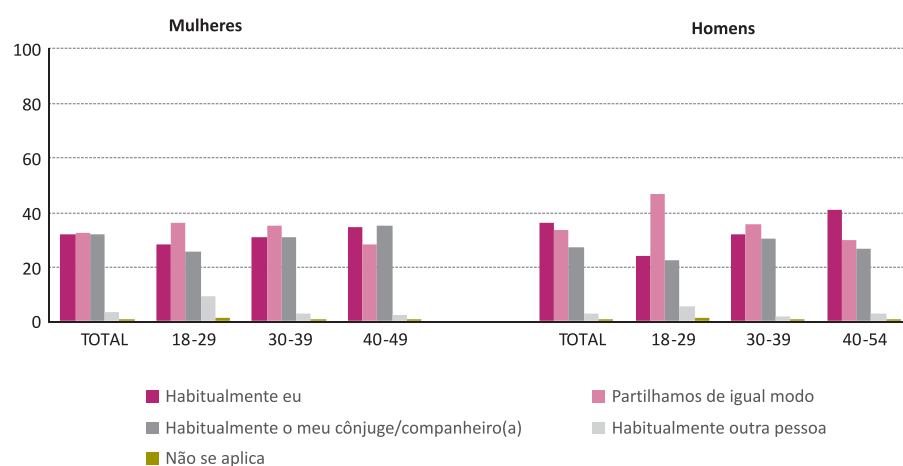


f) Gestão e organização das despesas da casa

Pretendeu-se identificar quem é que faz a gestão e organização das despesas da casa (por exemplo: IRS, IMI, seguros, etc...). A partilha de igual modo assume os valores mais elevados até aos 39 anos, para ambos os sexos, com valores entre os 35% e 36% nas mulheres e entre os 36% e 47% nos homens. As mulheres mais velhas referem em maior proporção (cerca de 35%) que é habitualmente a/o cônjuge/companheira/o que assume esta tarefa ou a própria (cerca de 34%), face a cerca de 41% dos homens mais velhos que assumem para si próprios essa tarefa.

Figura 3.6. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de gestão e organização das despesas da casa (para quem tem cônjuge/companheira(o), por escalão etário (%), Portugal, 2013



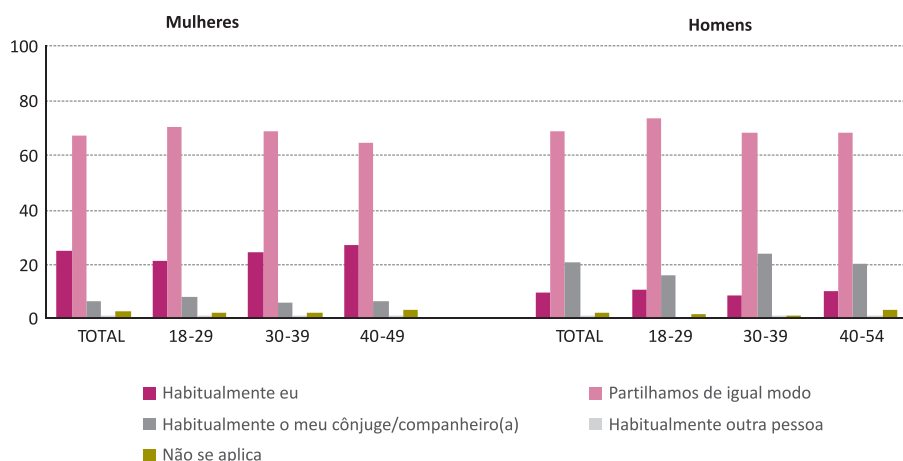
g) Organização das atividades de lazer

A organização das atividades de lazer (por exemplo: organizar festas, idas à praia e ao cinema, férias, etc...) parece estar a cargo de ambos os membros do casal. A partilha de igual modo é indicada em maior valor pela geração mais nova (18-29 anos), quer pelas mulheres (cerca de 70%), quer pelos homens (próximo de 73%), embora com valores igualmente elevados nos restantes escalões etários (perto de 69% e 64% nas mulheres com 30-39 anos e 40-49 anos, respetivamente, e cerca de 68% nos mesmos escalões, nos homens).

Em segundo lugar, surgem as mulheres como assumindo esta tarefa, com valores entre 21% e 27%, entre a geração mais nova e a mais velha, o que é confirmado pelos homens, ao considerarem que é habitualmente a/o cônjuge/companheira/o a realizar esta tarefa, com valores entre os 15% da geração mais nova e o valor mais elevado de 23% da geração intermédia.

Figura 3.7. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de organização das atividades de lazer (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013



h) Grau de satisfação com a divisão das tarefas domésticas entre os membros do casal

Para avaliar o grau de satisfação com a divisão das tarefas domésticas entre o próprio e a/o sua/seu cônjuge/companheira/o foi utilizada uma escala de 1 a 10, que varia de “nada satisfeito” a “completamente satisfeito”.

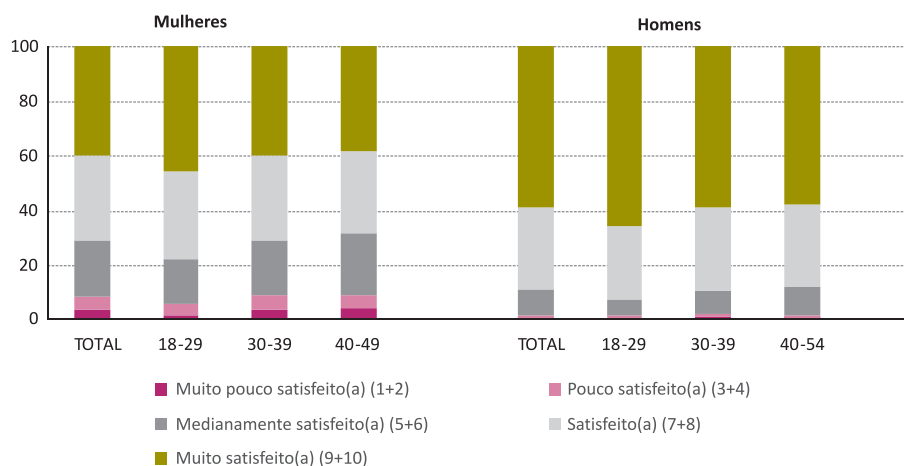
Quer as mulheres, quer os homens expressaram estar “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” com a divisão das tarefas domésticas entre a/o própria/o e a/o sua/seu cônjuge/companheira/o, embora os homens concentrem proporções mais elevadas: cerca de 70% das mulheres e 90% dos homens. Ainda considerando os graus de satisfação mais elevados, por escalão etário, verificam-se proporções ligeiramente mais altas nas gerações mais novas: cerca de 93% dos homens dos 18-29 anos consideram estar “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” com a divisão das tarefas domésticas, bem como cerca de 90% nos escalões etários seguintes; nas mulheres, os valores rondam os 78% para o escalão etário mais baixo, 72% para o escalão etário intermédio e 69% para o escalão etário mais alto.

Observando o lado oposto, os que consideram estar “muito pouco satisfeitos” ou “pouco satisfeitos” com a divisão das tarefas domésticas entre o casal, o valor é residual nos homens mas nas mulheres varia entre 6% e 9%, por escalão etário.

A mediana do grau de satisfação com a divisão das tarefas domésticas é de 8 para as mulheres (“satisfeito”) e 9 para os homens (“muito satisfeito”).

Figura 3.8. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo o grau de satisfação com a divisão das tarefas domésticas (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013



3.1.2. CUIDAR DOS FILHOS PEQUENOS

Pretende-se identificar quem, no casal, cuida dos filhos (biológicos e/ou adotados) e/ou enteados até aos 15 anos de idade: veste as crianças ou verifica o seu vestuário, leva e vai buscar as crianças à creche ou à escola, deita as crianças ou controla a hora de deitar, fica em casa quando estão doentes, leva as crianças ao médico, brinca com as crianças e/ou participa em atividades de lazer com elas e ajuda as crianças com os trabalhos escolares (crianças com idades entre os 6 e os 15 anos de idade).

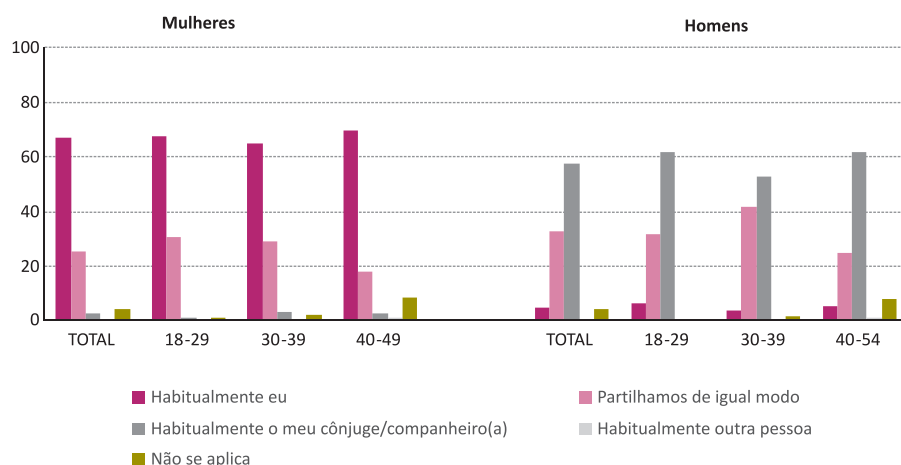
a) Vestir as crianças (ou verificar se estão apropriadamente vestidas)

A tarefa de vestir as crianças ou verificar se estão apropriadamente vestidas de acordo com a ocasião é maioritariamente executada pelas mulheres, segundo as respostas das próprias mulheres (cerca de 68% das mulheres mais novas, 65% das do escalão etário intermédio e 70% das mulheres mais velhas), sendo que os homens consideram igualmente que esta tarefa é executada habitualmente pela/o cônjuge/companheira/o (perto de 62% dos homens mais novos e mais velhos e 53% dos do escalão intermédio).

A partilha desta tarefa de igual modo entre os membros do casal assume um valor expressivo, ligeiramente superior segundo os homens e nas gerações intermédia e mais nova: cerca de 42% dos homens dos 30-39 anos consideram que partilham esta tarefa, bem como perto de 32% dos homens dos 18-29 anos; nas mulheres, o valor mais elevado pertence ao escalão etário mais baixo, com cerca de 31% e ao escalão etário intermédio com perto de 30%.

Figura 3.9. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de vestir as crianças ou verificar se estão apropriadamente vestidas para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013



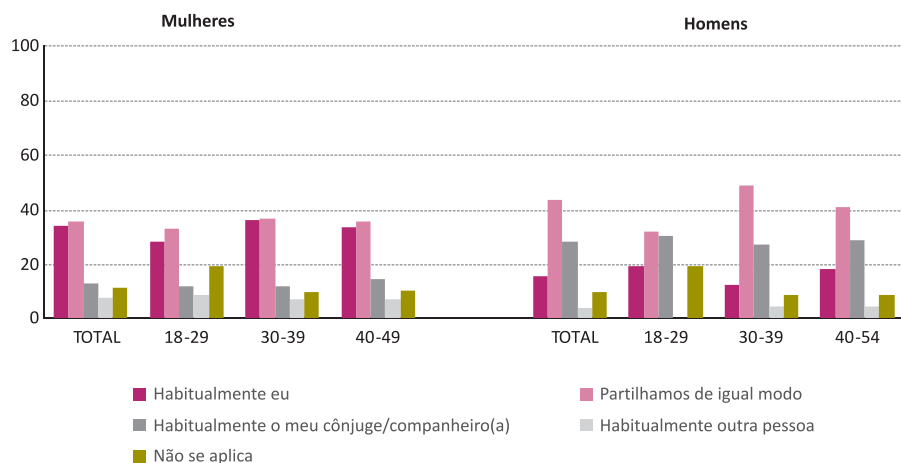
b) Levar e ir buscar as crianças à creche ou escola

Ir levar e buscar as crianças à creche ou escola parece ser uma tarefa partilhada, quer segundo as mulheres, quer segundo os homens. Os valores mais expressivos pertencem aos homens a partir dos 30 anos: cerca de 48% dos homens do escalão etário dos 30-39 anos e cerca de 41% nos homens dos 40-54 anos afirmam partilhar esta tarefa, face a perto de 36% das mulheres em ambos os escalões a partir dos 30 anos.

Ser habitualmente a mulher apresenta igualmente valores elevados, com a proporção mais alta a pertencer às mulheres dos 30-39 anos, sendo que 36% assumem que são elas que habitualmente levam e vão buscar as crianças à creche ou escola, situação que no caso dos homens apresenta valores abaixo dos 20%. No entanto, 30% dos homens dos 18-29 anos, cerca de 27% dos com 30-39 anos e 29% com 40-54 anos atribuem esta tarefa à/ao cônjuge/companheira/o.

Figura 3.10. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de levar e ir buscar as crianças à creche ou escola (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013



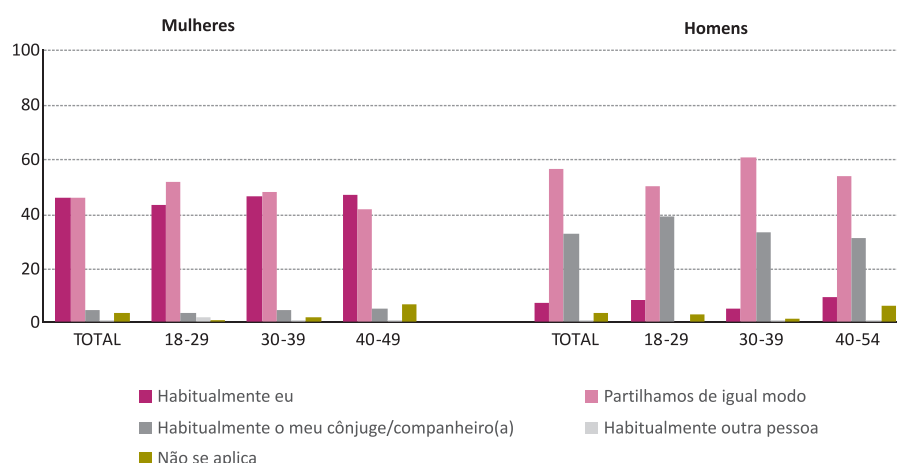
c) Deitar as crianças ou controlar a hora de deitar

Deitar as crianças ou controlar a hora de deitar é uma tarefa partilhada entre os membros do casal, segundo cerca de 51% das mulheres mais novas, 48% das mulheres do escalão etário intermédio e 42% das mulheres mais velhas. A partilha é indicada igualmente pelos homens, nomeadamente por perto de 50%, 61% e 53%, respetivamente nos escalões etários mais baixo, intermédio e mais alto.

No entanto, uma elevada proporção de mulheres afirma que habitualmente é ela própria a executar essa tarefa: cerca de 43% das mulheres com 18-29 anos, 46% das com 30-39 anos e 47% das com 40-49 anos. Esta situação é confirmada pelos homens, em que perto de 39% dos homens com 18-29 anos afirmam ser habitualmente a(o) cônjuge/companheira(o) a realizar essa tarefa, assim como 33% dos homens com 30-39 anos e 31% dos com 40-54 anos.

Figura 3.11.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de deitar as crianças ou controlar a hora de deitar (para quem tem cônjuge/companheira(o) e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013



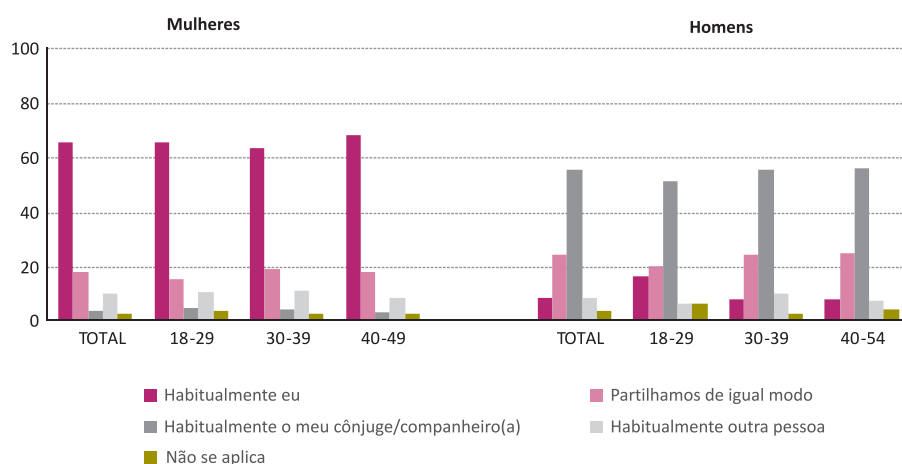
d) Ficar em casa com as crianças quando estão doentes

Quem fica em casa com as crianças quando estão doentes é habitualmente a mulher. Esta situação é assumida por 65% das mulheres mais novas, 64% das pertencentes ao escalão etário intermédio e 68% das mulheres mais velhas, face a perto de 51%, 55% e 56% dos homens, respetivamente nos mesmos escalões etários, que consideram ser habitualmente a/o sua/seu cônjuge/companheira(o) a executar essa tarefa.

A partilha de igual modo aparece em segundo lugar, com valores um pouco mais elevados segundo os homens, entre 20% a 25%, por escalão etário, face a 16% a 19% das mulheres, por escalão etário.

Figura 3.12.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de ficar em casa com as crianças quando estão doentes (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013



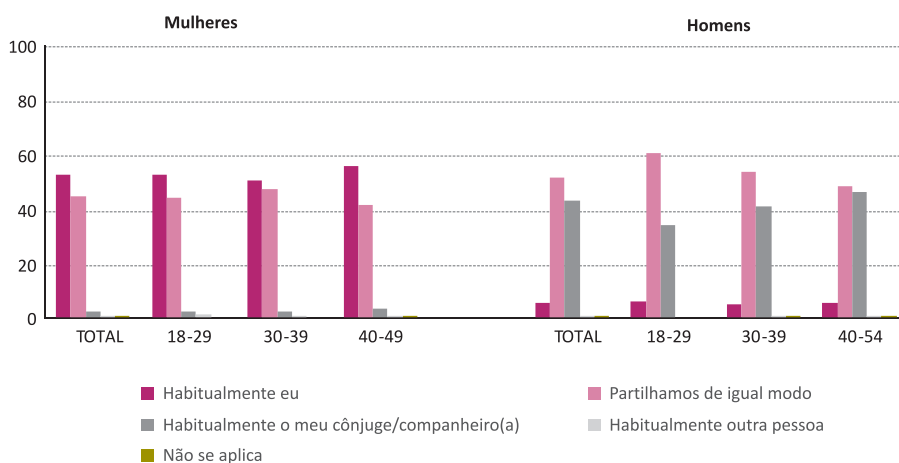
e) Levar as crianças ao médico

Pretende-se identificar quem em casa leva as crianças ao médico. As respostas das mulheres e dos homens são díspares: segundo as mulheres, são elas que habitualmente levam as crianças ao médico (valores que ultrapassam os 50% em todos os escalões etários); segundo os homens, a tarefa é partilhada de igual modo (cerca de 60% dos homens com 18-29 anos, 54% dos com 30-39 anos e 48% dos com 40-54 anos fazem essa afirmação).

Em segundo lugar, no caso das mulheres, aparece a situação de serem habitualmente elas próprias a executarem a tarefa, com valores entre 41% e 47%, por escalão etário, e, no caso dos homens, a situação de ser habitualmente a/o cônjuge/companheira/o a assumir a tarefa, com valores entre 34% e 46%, consoante o escalão etário.

Figura 3.13.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de levar as crianças ao médico (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013

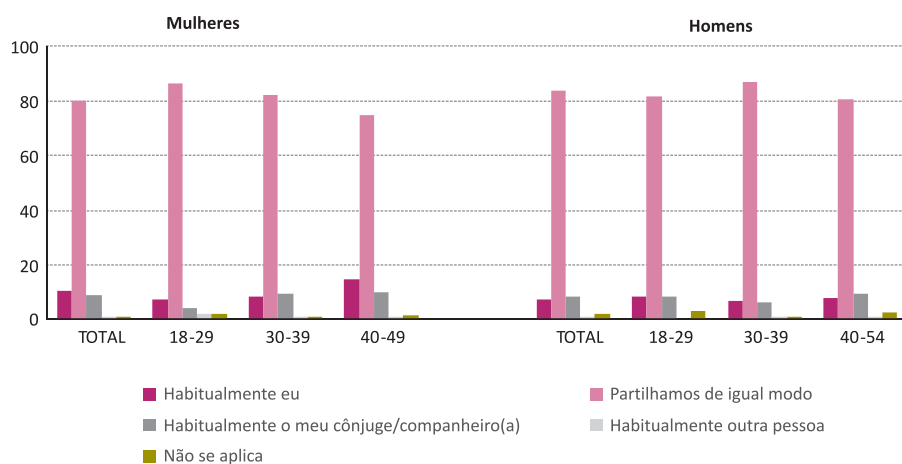


f) Brincar com as crianças e/ou participar em atividades de lazer com elas

A tarefa de brincar com as crianças e/ou participar em atividades de lazer com elas é atribuída à partilha de igual modo, com valores perto ou acima dos 80%, para ambos os sexos e todos os escalões etários.

Figura 3.14.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de brincar com as crianças e/ou participar em atividades de lazer com elas (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013

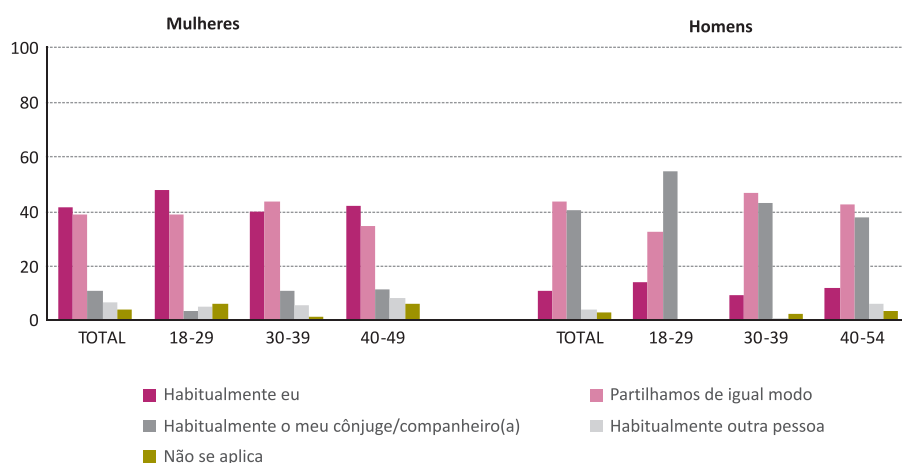


g) Ajudar as crianças com os trabalhos escolares (crianças com idades entre os 6 e os 15 anos de idade)

Ajudar as crianças com os trabalhos escolares parece ser uma tarefa da mulher ou partilhada entre o casal. As mulheres dos escalões etários mais baixo e mais alto consideram em maior proporção que são elas que habitualmente ajudam as crianças com os trabalhos escolares (cerca de 48% e 42%, respetivamente); as mulheres do escalão etário intermédio apontam mais a partilha de igual modo (perto de 43%). Os homens mais novos referem que são habitualmente as/os cônjuges/companheiras/os a desempenhar esse papel (perto de 55%), enquanto os com mais de 30 anos e até aos 54 anos apontam mais a partilha da tarefa (valores que rondam os 47% para os homens dos 30-39 anos e os 42% para os dos 40-54 anos).

Figura 3.15.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem executa a tarefa de ajudar as crianças com os trabalhos escolares (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com 6 ou mais anos e menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013



h) Grau de satisfação com a divisão das tarefas com as crianças entre os membros do casal

A maioria das mulheres e dos homens afirmam estar “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” com o modo como as tarefas com as crianças estão divididas entre o casal, ainda que os homens o tenham feito em proporção mais elevada, com uma diferença de cerca de 10 pontos percentuais em relação às mulheres: perto de 82% das mulheres e de 92% dos homens, que vivem em casal e com filhos pequenos, declararam estar “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” com essa divisão de tarefas.

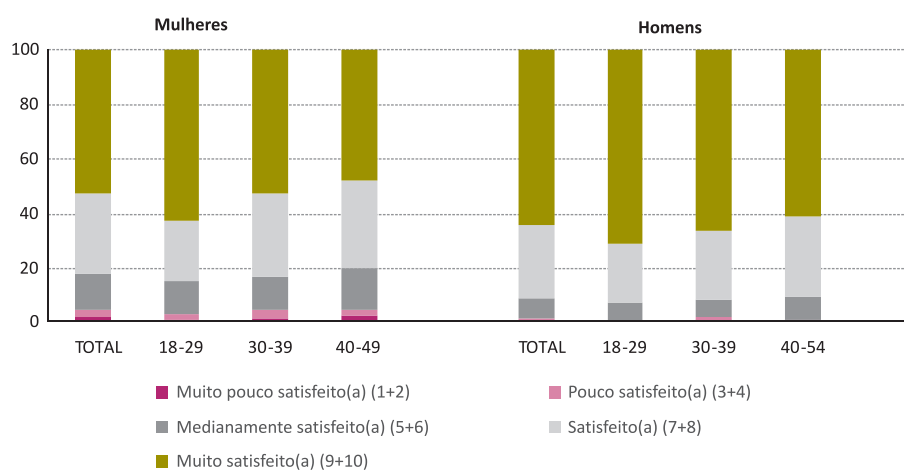
Analisando por escalão etário, não se verificam grandes diferenças: as pessoas mais jovens apresentam uma proporção ligeiramente mais elevada nos graus de satisfação mais altos, em ambos os sexos, com cerca de 85% das mulheres e 93% dos homens a declararem estar “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” com a divisão das tarefas com as crianças entre o casal, face a perto de 83% das mulheres e 92% dos homens do escalão etário intermédio e a 80% e 91%, respetivamente, de mulheres e homens, do escalão etário das pessoas mais velhas.

Relativamente aos que afirmaram estar “muito pouco satisfeitos” ou “pouco satisfeitos” com a divisão das tarefas com as crianças, o valor é residual nos homens e ronda os 4% para as mulheres.

A mediana do grau de satisfação com a divisão das tarefas domésticas é de 9 (“muito satisfeito”), quer para as mulheres, quer para os homens.

Figura 3.16.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo o grau de satisfação com a divisão das tarefas com as crianças entre os membros do casal (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013



3.1.3. PARTILHA DE DECISÕES

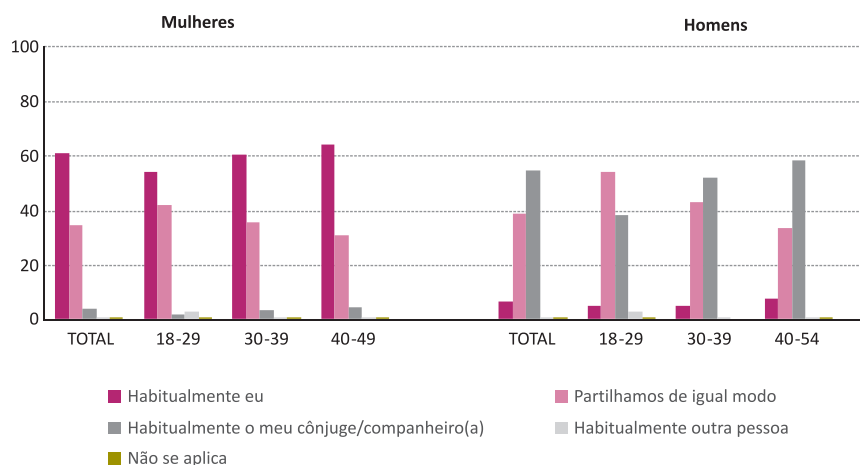
A forma como são partilhadas as decisões nos casais é analisada identificando quem, em casa, decide sobre as compras de rotina para a casa, as compras adicionais mais dispendiosas para a casa, acerca do tempo que as pessoas dedicam à profissão e à profissão da/o sua/seu cônjuge/companheira/o e, caso tenham filhos, o modo como as crianças são criadas/educadas.

a) Quem decide acerca das compras de rotina para a casa

Pretende-se conhecer quem habitualmente decide sobre as compras de rotina para a casa (por exemplo, compras de supermercado). A maioria das mulheres assume serem elas próprias a tomar essa decisão, com o valor mais elevado no escalão etário mais alto (cerca de 64% no grupo etário dos 40-49 anos, 60% no escalão dos 30-39 anos e 54% com idades entre os 18-29 anos); os homens do escalão etário mais jovem consideram que a decisão é partilhada (perto de 54%), enquanto que os dos restantes escalões etários atribuem a decisão à/ao cônjuge/companheira/o (cerca de 59% dos homens dos 40-54 anos e 52% dos homens dos 30-39 anos). A partilha da decisão também é indicada por uma parte significativa das mulheres, em especial das mais novas: cerca de 42% das mulheres dos 18-29 anos.

Figura 3.17.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem decide acerca das compras de rotina para a casa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013

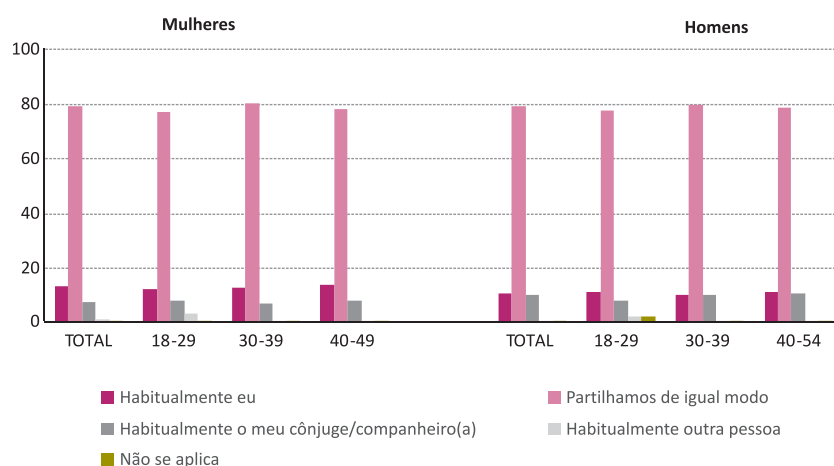


b) Quem decide acerca das compras ocasionais mais dispendiosas para a casa

Os resultados são unânimes sobre quem decide acerca das compras ocasionais mais dispendiosas para a casa (por exemplo: compra de um eletrodoméstico, etc...): perto de 80% dos homens e das mulheres consideram que essa tarefa é partilhada de igual modo entre os dois membros do casal.

Figura 3.18.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem decide acerca das compras ocasionais mais dispendiosas para a casa (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013

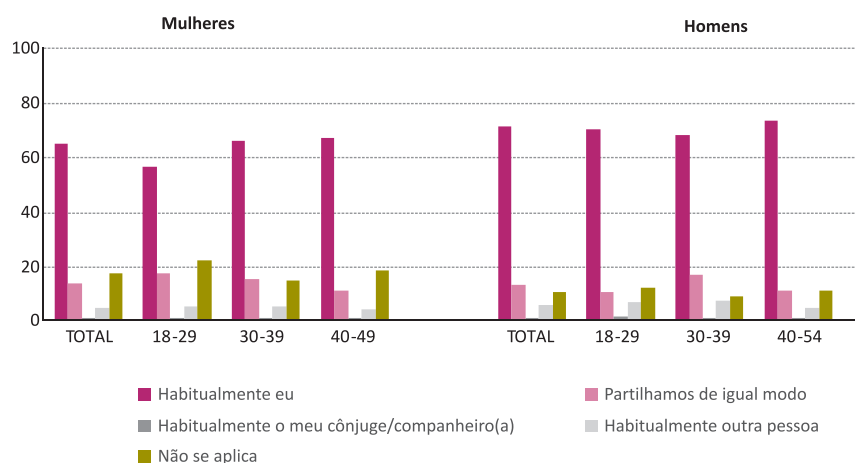


c) Quem decide acerca do tempo que dedica à sua profissão

Pretende-se identificar quem no casal decide acerca do tempo que dedica à sua profissão, ou seja, se vai dedicar à profissão o tempo inteiro, se só meio tempo, se só 1 dia por semana, etc. ou mesmo não trabalhar. É o próprio quem toma essa decisão, quer segundo as mulheres, quer segundo os homens, embora com proporções ligeiramente superiores nos homens (valores entre 68% e 73% nos homens, face a valores entre 56% e 67% nas mulheres).

Figura 3.19.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem decide acerca do tempo que dedica à sua profissão (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013

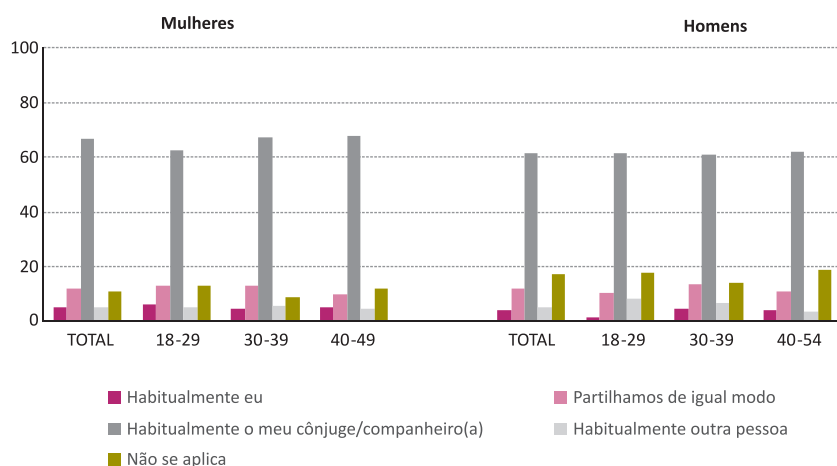


d) Quem decide acerca do tempo que a/o sua/seu cônjuge/companheira/o dedica à sua profissão

De forma semelhante, pretende-se identificar quem em casa decide acerca do tempo que a/o cônjuge/companheira/o dedica à sua profissão. A resposta é igualmente unânime, habitualmente é a/o cônjuge/companheira/o que toma essa decisão, com 61% a 68% das mulheres e dos homens a fazerem essa afirmação.

Figura 3.20.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem decide acerca do tempo que a/o sua/seu cônjuge/companheira/o dedica à sua profissão (para quem tem cônjuge/companheira/o), por escalão etário (%), Portugal, 2013

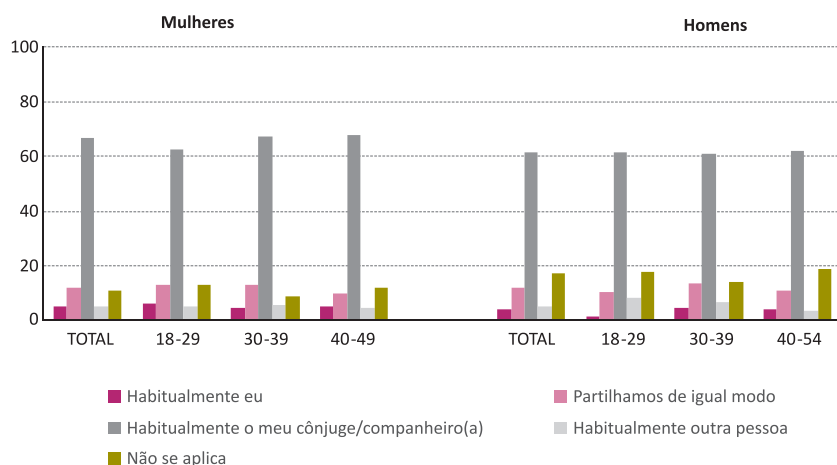


e) Quem decide acerca do modo como as crianças são criadas/educadas

A decisão acerca do modo como as crianças são criadas/educadas (para quem tem filhos biológicos e/ou adotados e/ou enteados, e vivem com cônjuge ou com companheira/o) é maioritariamente assumida como sendo partilhada de igual modo entre o casal: quer as mulheres, quer os homens estão de acordo, quanto a essa tarefa, com valores perto ou acima dos 85%.

Figura 3.21.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo quem decide acerca do modo como as crianças são criadas/educadas (para quem tem cônjuge/companheira/o e filhos com menos de 15 anos), por escalão etário (%), Portugal, 2013



Em síntese, os resultados do Inquérito à Fecundidade de 2013 apontam no mesmo sentido das conclusões de outros inquéritos e estudos nacionais e internacionais: existe um persistente grau de desigualdade na divisão das tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos, em desfavor da mulher. A participação masculina tende, no entanto, a fazer-se mais pela via dos cuidados com as crianças, do que pela realização do trabalho doméstico.

No que diz respeito à repartição das tarefas domésticas, a preparação das refeições diárias, limpeza da casa e lavar e cuidar da roupa são maioritariamente da responsabilidade das mulheres. Apenas a tarefa de realização de pequenos arranjos e restauros na casa é da responsabilidade maioritária dos homens. A partilha acontece mais ligada a tarefas como a organização das atividades de lazer, pagar as contas e na gestão e organização das despesas da casa.

Quanto à divisão de tarefas com as crianças, as tarefas de vestir as crianças ou verificar se estão apropriadamente vestidas de acordo com a ocasião e ficar em casa quando estão doentes, são maioritariamente executadas pelas mulheres. Outras tarefas, tais como, deitar as crianças ou controlar a hora de deitar, levar as crianças ao médico e ajudar as crianças com os trabalhos escolares são realizadas pelas mulheres ou partilhadas pelo casal. Já levar e ir buscar as crianças à creche ou à escola e brincar com as crianças e/ou participar em atividades de lazer são tarefas assumidamente partilhadas.

Relativamente à partilha das decisões são as mulheres quem decide sobre as compras de rotina para a casa; já a decisão sobre as compras adicionais mais dispendiosas para a casa e, caso tenham filhos, a decisão sobre o modo como as crianças são criadas/educadas são partilhadas, entre os membros do casal. Por outro lado, as decisões acerca do tempo que as pessoas dedicam à profissão e à profissão da/o sua/seu cônjuge/companheira/o parecem ser decisões do foro individual, cabendo ao próprio essa decisão.

3.2. CONCILIAÇÃO VIDA FAMILIAR / TRABALHO E OPINIÕES ACERCA DA PARENTALIDADE

A opção ideal para a mãe e para o pai conciliarem o trabalho com a vida familiar (numa situação hipotética de uma família com uma criança pequena, até ir para a escola) é distinta, segundo as mulheres e os homens.

A opção ideal para a mãe é “trabalhar a tempo parcial fora de casa”, com perto de 51% das mulheres a defenderem esta opção e 38% dos homens. Esta é a opção considerada predominante pelas mulheres e pelos homens qualquer que seja o seu grupo etário. “Não trabalhar” é a segunda opção com valores mais elevados para as mulheres e os homens dos escalões etários mais velho e intermédio (23% e 17%, respetivamente, das mulheres, e 33% e 21%, respetivamente, dos homens) ou “trabalhar a tempo inteiro fora de casa”, segundo as mulheres e os homens do escalão etário mais jovem (24% quer de mulheres, quer de homens).

A opção ideal para o pai é “trabalhar a tempo inteiro fora de casa”, segundo cerca de 64% das mulheres e 67% dos homens. Mais de três quintos das mulheres e dos homens em qualquer grupo etário defenderam esta opção. Por outro lado, “trabalhar a tempo parcial fora de casa” é a segunda opção mais referida por mulheres e homens (respetivamente, 31% e 23%).

Figura 3.22.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a opção ideal para a mãe e para o pai conciliar o trabalho com a vida familiar, por escalão etário (%), Portugal, 2013

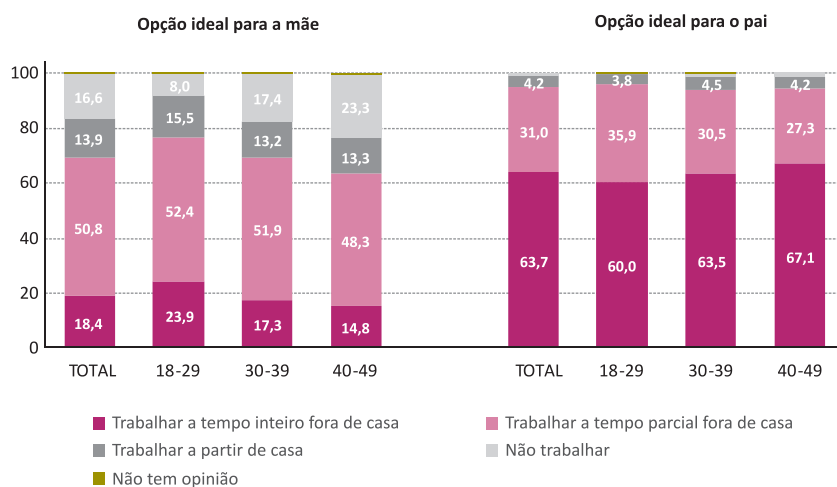
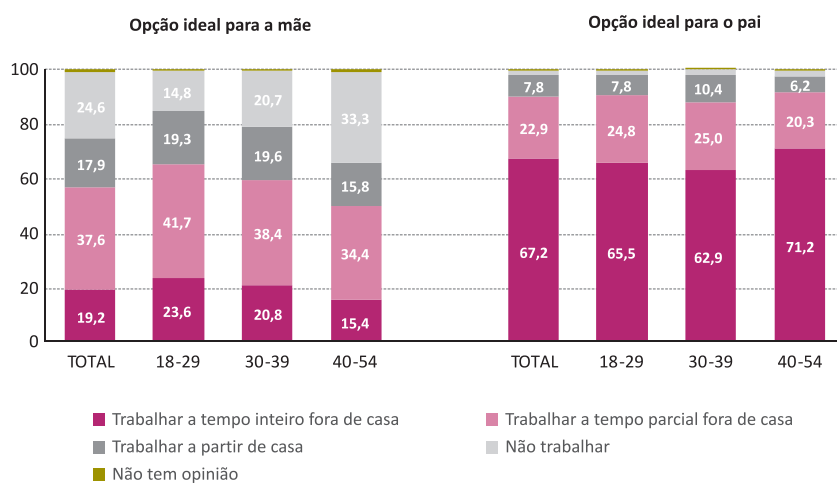


Figura 3.23.>>

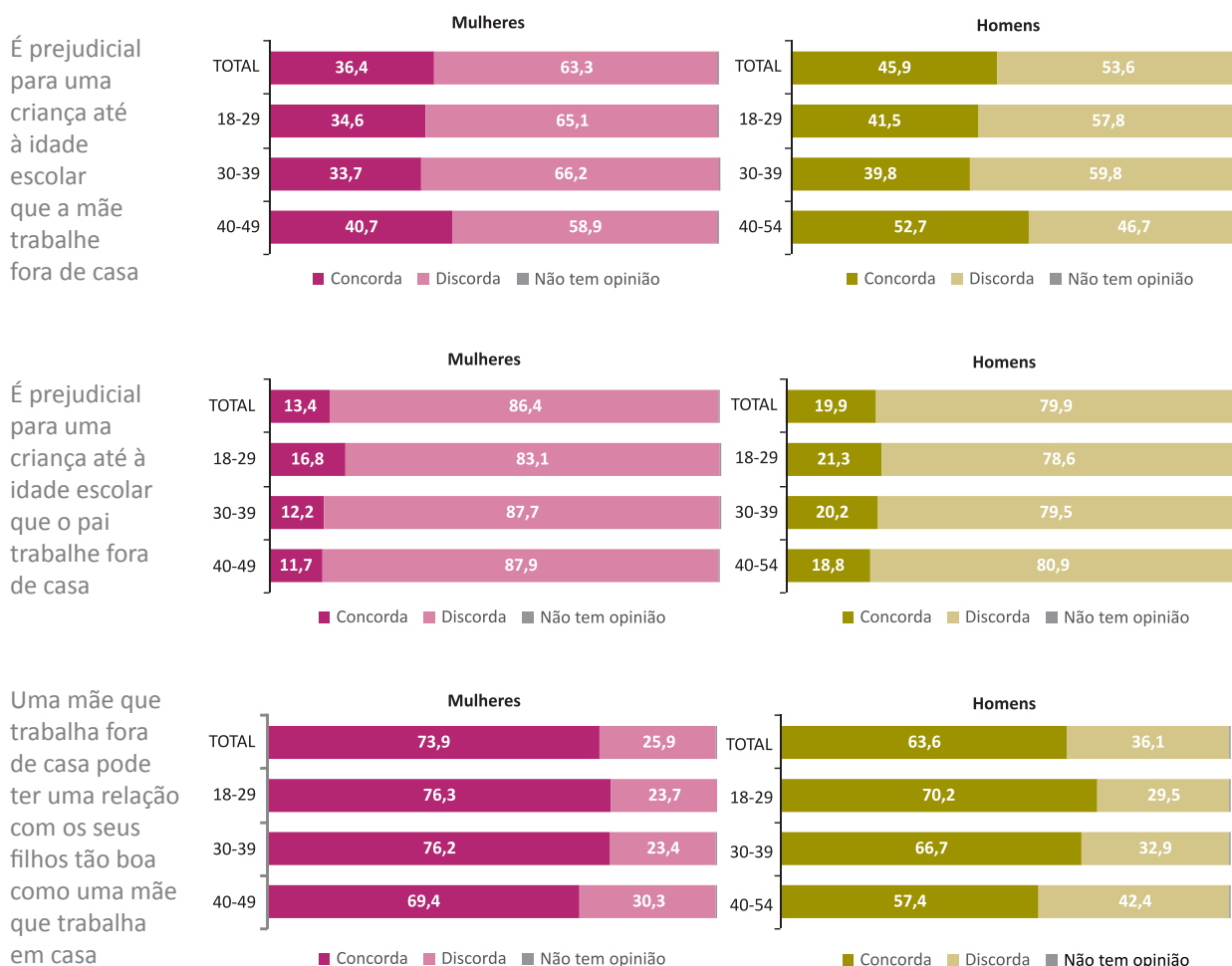
Homens dos 18 aos 54 anos, segundo a opção ideal para a mãe e para o pai conciliar o trabalho com a vida familiar, por escalão etário (%), Portugal, 2013



Ainda no contexto da análise da conciliação entre vida familiar e vida profissional, foram colocadas um conjunto de questões de opinião, acerca das quais as pessoas se deveriam posicionar, afirmando a sua concordância ou discordância. Para além da conciliação entre família e trabalho, estas questões abordavam também representações acerca da figura materna e paterna. A análise dos resultados permite identificar alguns contrastes, quer entre mulheres e homens, quer entre gerações.

Figura 3.24.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que concordam e discordam com afirmações relativas à vida familiar e fecundidade, por escalão etário (%), Portugal, 2013

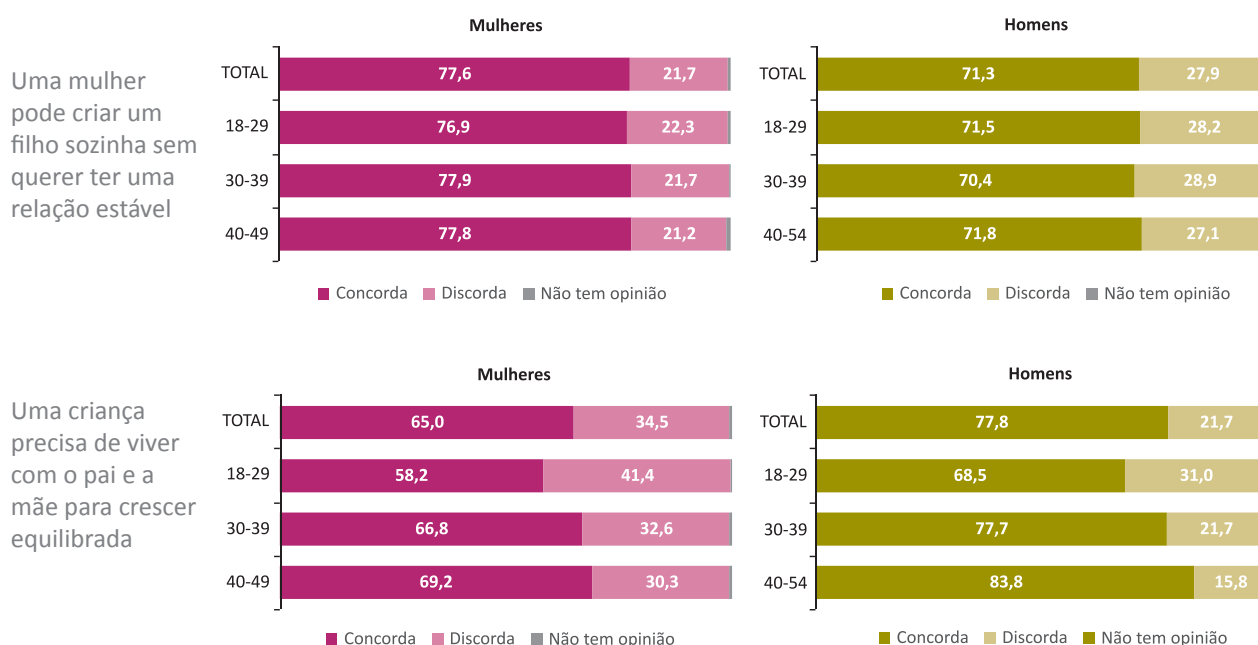


A opinião de mulheres e homens relativamente à necessidade da presença materna e paterna na primeira infância dos filhos, implicando para tanto que não trabalhem fora de casa, mostra algumas diferenças assinaláveis. É evidente a diferença entre a importância atribuída à presença da mãe na primeira fase da vida dos filhos, relativamente à presença do pai. De facto, a grande maioria das mulheres (86,4%) e dos homens (79,9%) discorda que seja prejudicial para uma criança até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa. Embora também relativamente à necessidade da presença materna na primeira infância dos filhos, a maioria das mulheres (63,3%) e a maioria dos homens (53,6%) discordem, a proporção de pessoas que concordam que é prejudicial para a criança que a mãe trabalhe fora de casa aumenta consideravelmente, não só entre homens e mulheres, como também em todos os escalões de idade. Note-se ainda que são sobretudo os homens que concordam com esta afirmação, atingindo a maioria no último escalão etário, entre os 40-54 anos (52,7% dos homens entre os 40 e os 54 anos concordam que é prejudicial para uma criança até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa, que compara com 40,7% das mulheres entre os 40-49 anos).

No mesmo sentido, são mais os homens, sobretudo os mais velhos, que discordam que uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa (42,4%).

Figura 3.25.>>

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que concordam e discordam com afirmações relativas à vida familiar e fecundidade, por escalão etário (%), Portugal, 2013



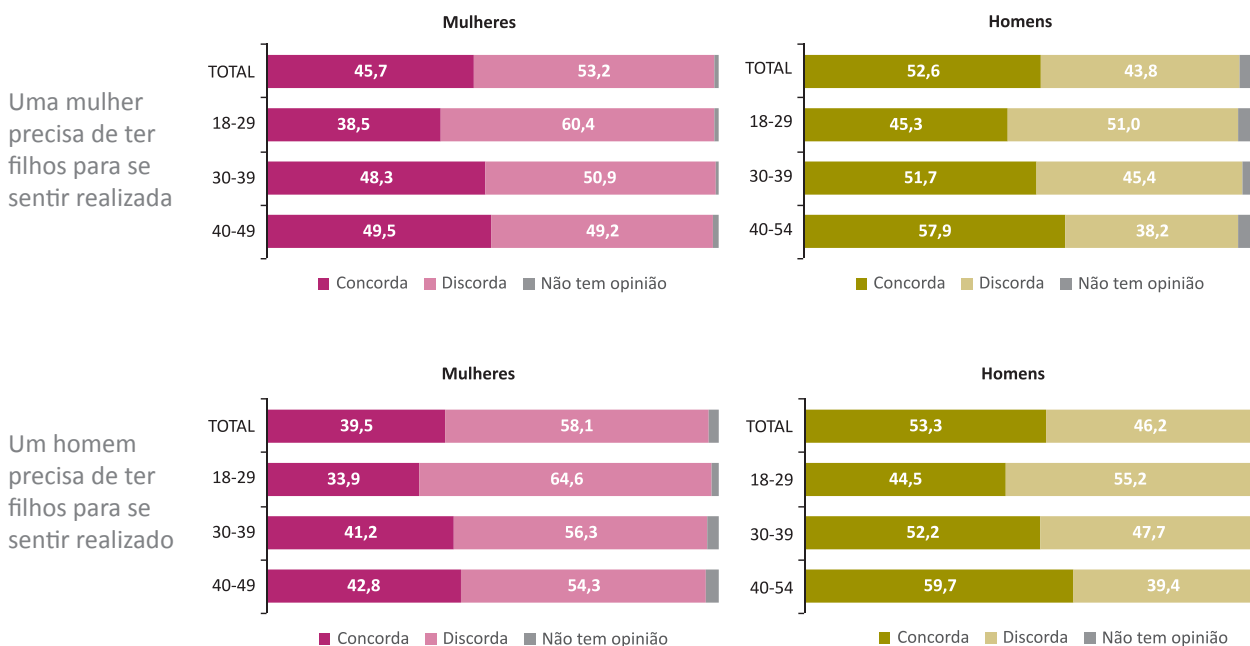
Relativamente a questões relacionadas com a monoparentalidade, as mulheres voltam a evidenciar uma postura de maior aceitação do que os homens. Quando questionados acerca da possibilidade de uma mulher decidir criar um filho sozinha, sem procurar uma relação estável, 77,6% das mulheres concordam com a afirmação, proporção que desce para os 71,3% entre os homens. Aqui não se encontram grandes contrastes geracionais.

A maioria dos homens concorda na importância do projeto de parentalidade para a realização pessoal quer deles próprios (53,3%), quer das mulheres (52,6%). Entre as mulheres em idade fértil, 45,7% considera que ser mãe é um passo essencial para que uma mulher se sinta realizada, e 39,5% concordam que um homem precisa de ser pai para se sentir realizado.

Na população feminina analisada observa-se um contraste geracional, entre as mulheres mais jovens, e aquelas com idades entre os 30 e os 49 anos: mais de 3 em cada 5 destas mulheres discorda que a maternidade e a paternidade sejam projetos de vida essenciais para a realização pessoal de mulheres e homens. Entre a população masculina, embora se observe igualmente uma diferença de posicionamento entre os homens mais jovens, sobressai sobretudo a grande proporção de homens mais velhos, dos 40 aos 54 anos, que consideram que ser mãe e ser pai são passos necessários para a realização pessoal de mulheres e de homens (57,9% concordam que uma mulher precisa de ser mãe para se sentir realizada, e 59,7% concordam que um homem precisa de ser pai para se sentir realizado).

Figura 3.26.>>

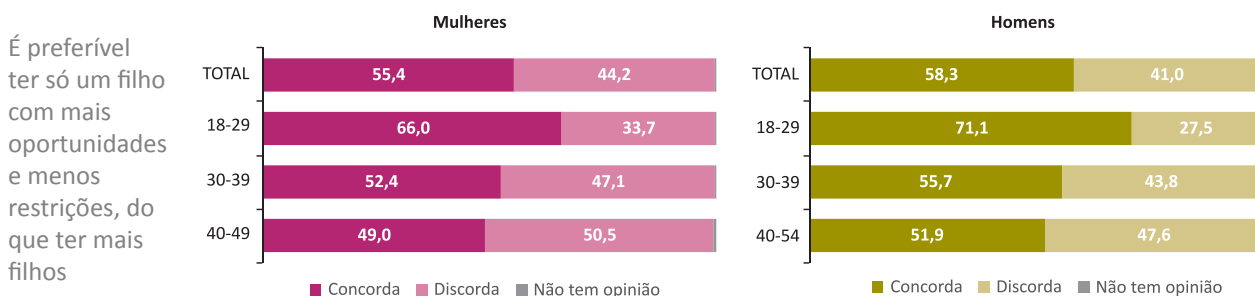
Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que concordam e discordam com afirmações relativas à vida familiar e fecundidade, por escalão etário (%), Portugal, 2013



No que respeita à opção de ter um só filho de forma a proporcionar mais oportunidades e menos restrições, mulheres e homens têm uma opinião relativamente semelhante, evidenciando-se antes um contraste geracional. A maioria das mulheres e dos homens mais jovens, com idades entre os 18-29 anos, concordam que é preferível ter apenas um filho que possa ter mais oportunidades, do que ter mais (66,0% e 71,1%, respetivamente). Entre as pessoas mais velhas esta proporção, embora seja ainda maioritária entre os homens, é menor: 49,0% das mulheres e 51,9% dos homens consideram ser preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos.

Figura 3.27.>>

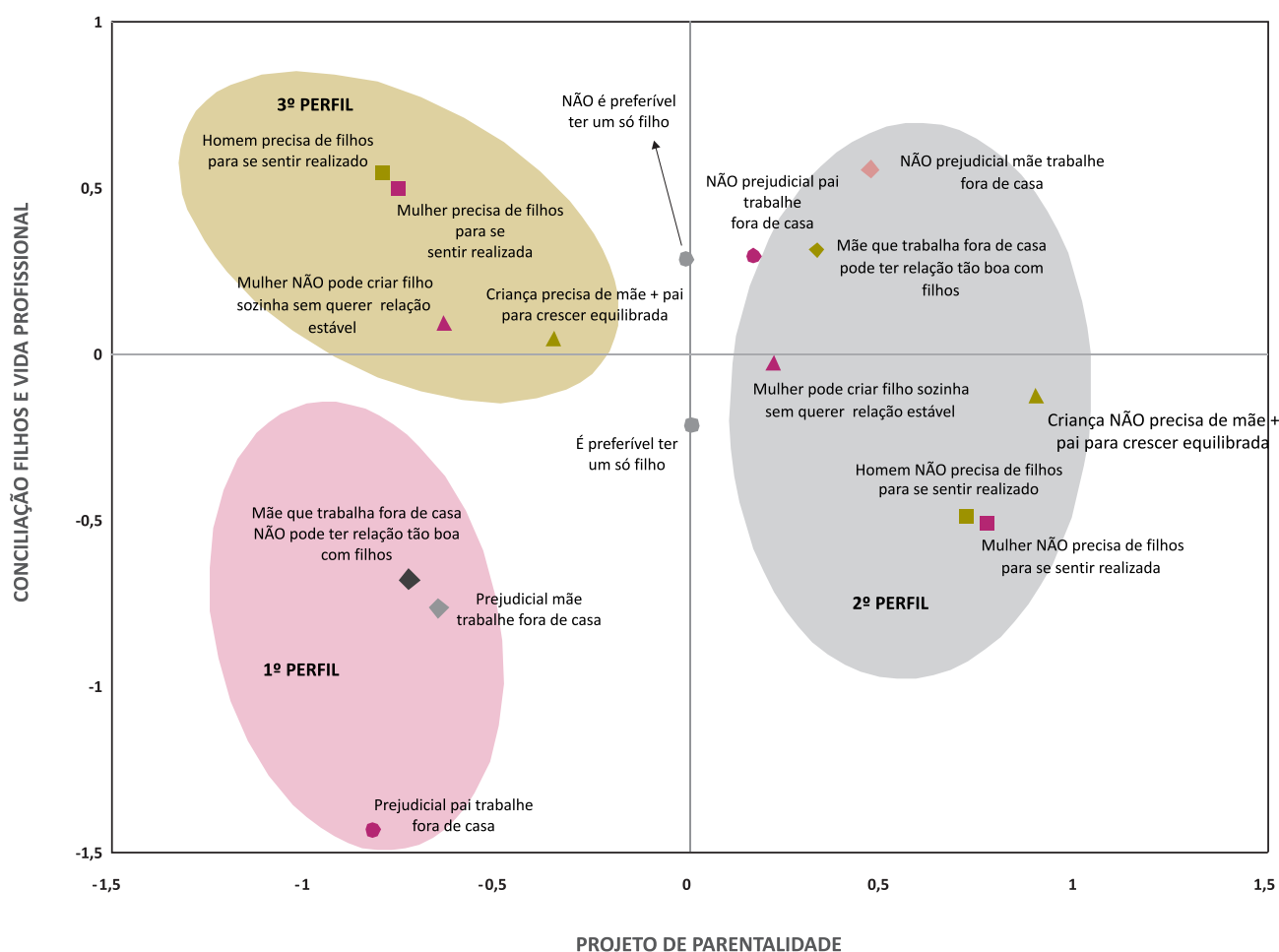
Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que concordam e discordam com afirmações relativas à vida familiar e fecundidade, por escalão etário (%), Portugal, 2013



A articulação conjunta destas variáveis numa análise multivariada²³ permite identificar distintos perfis de pessoas, identificados a partir dos contrastes nas respostas às variáveis de representações quanto à parentalidade.

Figura 3.28.>>

Espaço de representações relativamente à parentalidade, mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, Portugal, 2013



Foram identificados 3 perfis. O primeiro perfil (representado pela cor rosa) integra pessoas com uma visão que considera problemática a conciliação entre vida profissional e vida familiar, a presença materna na primeira infância dos filhos uma condição importante para o seu desenvolvimento, e portanto concordando com o efeito prejudicial que resulta da mãe trabalhar fora de casa.

²³ Foi realizada uma Análise de Correspondências Múltiplas, um método descritivo de estatística multivariada que permite, a partir das respostas dos indivíduos, encontrar semelhanças e dissimilaridades entre eles relativamente a um conjunto de variáveis, assim como determinar quais dessas variáveis mais discriminam os indivíduos. A projeção das categorias das variáveis em análise permite uma leitura rápida e simples dos perfis: quanto mais afastadas da origem, *i.e.*, do cruzamento dos dois eixos, mais as categorias das variáveis diferenciam os indivíduos, e quando mais próximas se encontram, mais ocorrem em simultâneo, significando que as categorias próximas têm um certo grau de associação, ocorrendo frequentemente em simultâneo. Para uma leitura detalhada do método utilizado, consultar Carvalho (2008). A análise realizada é apresentada em maior detalhe no Anexo 1 a esta publicação.

O segundo perfil (assinalado a cor cinza) agrupa pessoas que simultaneamente não consideram o projeto de parentalidade necessário para a realização pessoal tanto de homens como de mulheres, como ainda não encontram qualquer desvantagem na conciliação entre trabalho e família, considerando não ser prejudicial para os filhos que os pais trabalhem fora de casa. Ainda relativamente ao projeto de parentalidade, estas pessoas não consideram ser fundamental que uma criança viva com a mãe e com o pai para que tenha um crescimento equilibrado.

O terceiro perfil (de cor verde) engloba pessoas que atribuem ao projeto de parentalidade um papel central para a realização pessoal de homens e mulheres. Este perfil isola-se por não ter associada uma posição clara e quanto à conciliação entre trabalho e família, encontrando-se aqui pessoas com posições distintas relativamente a estes fatores.

Adicionalmente, e após identificação dos perfis a partir das respostas das pessoas às variáveis em análise, foram constituídos grupos, que englobam pessoas com respostas semelhantes entre si, e se distinguem pelos diferentes padrões de resposta às variáveis em estudo.

A tabela seguinte sintetiza algumas das características de cada grupo:

		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa	Concorda	98,4	11,2	36,3
	Discorda	1,6	88,8	63,7
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa	Concorda	68,5	0,4	1,8
	Discorda	31,5	99,6	98,2
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa	Concorda	32,9	90,5	69,4
	Discorda	67,1	9,5	30,6
Uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável	Concorda	71,7	84,8	67,4
	Discorda	28,3	15,2	32,6
Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada	Concorda	78,0	52,6	86,5
	Discorda	22,0	47,4	13,5
Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada	Concorda	42,0	5,0	97,2
	Discorda	58,0	95,0	2,8
Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado	Concorda	36,7	2,4	94,7
	Discorda	63,3	97,6	5,3
É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos	Concorda	67,7	57,2	51,2
	Discorda	32,3	42,8	48,8
Sexo	H	60,2	43,3	57,1
	M	39,8	56,7	42,9
	18-29	30,7	33,6	23,3
Grupo etário	30-39	28,5	33,5	32,0
	40 e mais	40,8	32,9	44,6
	Nenhum e básico	55,5	33,2	57,1
Nível de escolaridade	Secundário	27,6	33,7	26,8
	Superior	16,9	33,2	16,1
Tem / não tem filhos e pensa / não pensa vir a ter	Tem filhos e pensa vir a ter mais	12,6	12,6	15,9
	Tem filhos mas não pensa vir a ter mais	47,9	38,7	56,5
	Não tem filhos mas pensa vir a ter	30,6	36,3	23,1
	Não tem filhos e não pensa vir a ter	8,9	12,4	4,5

Relativamente às variáveis utilizadas na análise, verifica-se que o primeiro grupo, que coincide com o primeiro perfil traçado, representa 23,3% da população em estudo, e destaca-se na medida em que 98,4% das pessoas aqui inseridas concordam ser prejudicial que a mãe trabalhe fora de casa; 68,5% concordam ser prejudicial que o pai trabalhe fora de casa; e 67,1% discorda que uma mãe que trabalhe fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalhe em casa.

Em síntese, este grupo caracteriza-se sobretudo pela prioridade atribuída à família, por confronto a uma vida profissional, sobretudo quando esta não permite o acompanhamento dos filhos na infância. A maioria das pessoas neste grupo são homens, tendo maior expressão o escalão etário dos 40 e mais anos. Mais de metade tem níveis de escolaridade baixos. 47,3% das pessoas neste grupo tem filhos (em média, aproximadamente 1 filho) e não pensa vir a ter mais.

Contrastando com o primeiro grupo, o segundo e terceiro segmentos incluem pessoas que não encontram qualquer obstáculo na conciliação entre trabalho e família. A diferença entre estes dois grupos situa-se na importância atribuída ao projeto de maternidade e paternidade. No segundo grupo, 95,0% das pessoas discordam que a maternidade seja necessária para a realização pessoal das mulheres e 97,6% discordam que um homem precise de ser pai para se sentir realizado. Inversamente, no terceiro grupo 97,2% e 94,7% das pessoas consideram que ser mãe e ser pai, respetivamente, são fatores essenciais para que mulheres e homens se sintam realizados.

A maioria das pessoas que se inserem no segundo grupo são mulheres (56,7%), e mais de 60% têm idades entre os 18 e os 39 anos. Este é o grupo em que as pessoas têm, em média, menos filhos, e também aquele no qual desejam um número médio de filhos mais baixo, inferior à média de filhos desejados por mulheres (2,29 filhos) e por homens (2,32 filhos).

O terceiro grupo é constituído maioritariamente por homens (57,1%), e é o segmento com a maior parcela de população com idades superiores a 40 anos. A maioria das pessoas que se insere neste segmento já tem filhos, e não pretende ter mais (56,5%); desejam um número médio de filhos (2,45 filhos, em média) superior ao desejado pelas pessoas inseridas nos outros dois segmentos; e esperam vir a ter um número médio de filhos também mais elevado (1,89 filhos, que compara com 1,68 filhos e 1,71 filhos nos primeiro e segundo grupos, respetivamente).

4. MEDIDAS DE INCENTIVO À NATALIDADE

O Inquérito à Fecundidade incluiu um conjunto de questões visando conhecer a opinião das pessoas sobre a necessidade de existência de incentivos à natalidade.

A quase totalidade das pessoas considera que devem existir incentivos à natalidade, ou seja, devem existir ajudas para que as pessoas tenham mais filhos. Os valores são idênticos para ambos os sexos -cerca de 93% das mulheres e 92% dos homens - e transversais a todos os escalões etários.

Relativamente às medidas de incentivo à natalidade, foram consideradas as seguintes opções:

- “Aumentar os rendimentos das famílias com filhos” (que incluía, por exemplo, “Reduzindo impostos sobre famílias com filhos”, “Aumentando as deduções fiscais para quem tem filhos”, “Aumentando subsídios relacionados com educação, saúde, habitação, alimentação”);
- “Facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos, sem perder regalias” (que incluía, por exemplo, “Oportunidade de trabalho a tempo parcial”, “Períodos de licenças de maternidade e paternidade mais alargados”, “Flexibilidade de horários para quem tem crianças pequenas”);
- “Alargar o acesso a serviços para ocupação dos filhos durante o tempo de trabalho dos pais” (que incluía, por exemplo, “Criar mais centros de atividades de tempos livres (ATL) fora dos horários escolares e durante as férias”, “Alargar o acesso a creches e jardins-de-infância para quem tem filhos pequenos”, “Assegurar o transporte das crianças para as creches, escolas e ATL”).

A medida de incentivo mais frequentemente referida como “a mais importante” é “Aumentar os rendimentos das famílias com filhos”, apontada por cerca de 54% das mulheres e 59% dos homens. Analisando por escalão etário, são as mulheres e os homens do escalão etário intermédio (30-39 anos) que aludem em maior número esta medida como “a mais importante” (perto de 57% das mulheres dos 30-39 anos e 61% dos homens, no mesmo escalão etário).

A medida seguinte mais referida como “a mais importante” é “Facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos, sem perder regalias”, com perto de 36% das mulheres e 27% dos homens a darem esta resposta. No caso das mulheres, são as mais velhas (40-49 anos) que apontaram mais esta medida como “a mais importante”, no caso dos homens são os mais novos (18-29 anos).

“Alargar o acesso a serviços para ocupação dos filhos durante o tempo de trabalho dos pais” foi a medida que obteve as maiores proporções como sendo a “menos importante”, quer para mulheres quer para homens: aproximadamente 65% das mulheres e 58% dos homens deram essa resposta, não sendo expressivas as diferenças por escalão etário, apenas de referir um valor ligeiramente superior nos homens mais novos (cerca de 61% nos homens dos 18-29 anos).

Salienta-se ainda a diferença entre homens e mulheres no grau de importância atribuído a cada uma das três medidas, observando-se o maior contraste na avaliação da importância da medida “Facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos, sem perder regalias”.

Figura 4.1. >>

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo as medidas de incentivo à natalidade e escalão etário, por grau de importância (%), Portugal, 2013

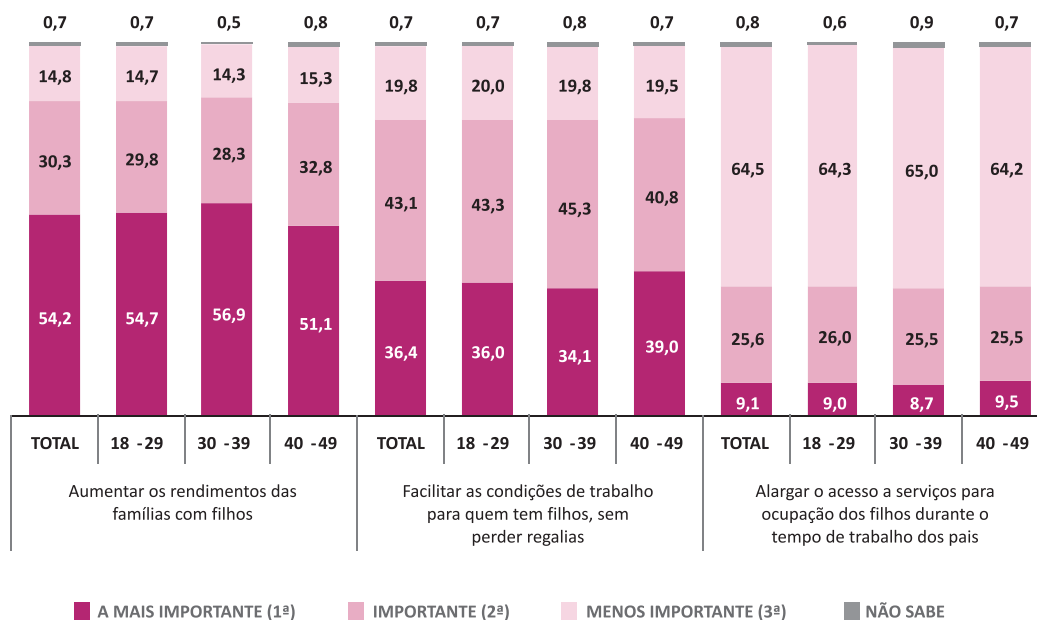
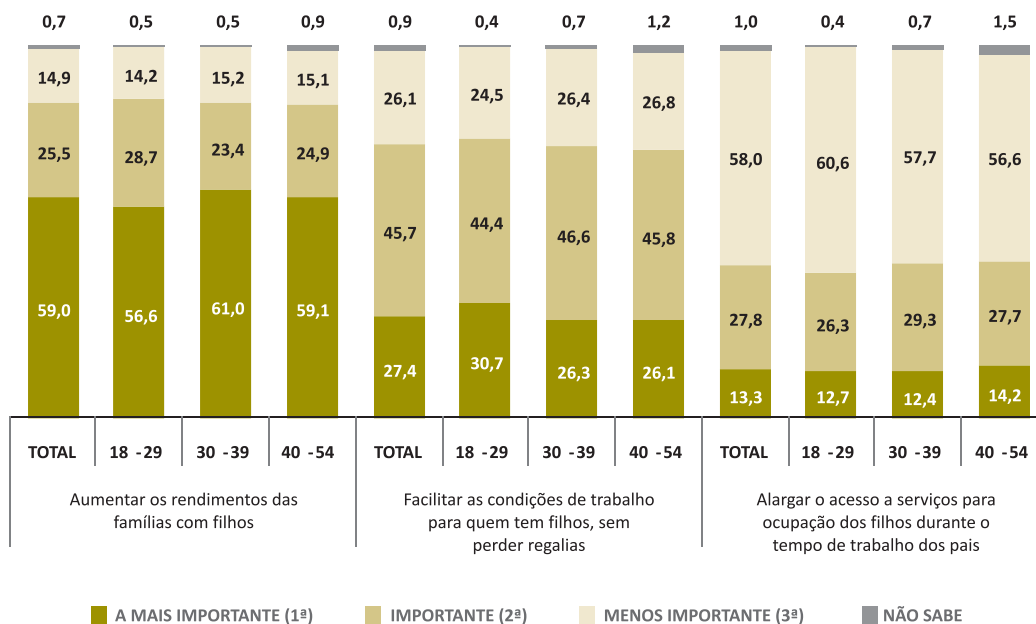


Figura 4.2. >>

Homens dos 18 aos 54 anos, segundo as medidas de incentivo à natalidade e escalão etário, por grau de importância (%), Portugal, 2013



PARTE III – OS SENTIDOS DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

95

^

Maria João Valente Rosa²⁴

Maria Filomena Mendes²⁵

1. INTRODUÇÃO

O decréscimo acentuado dos nascimentos, que se agudizou nos anos mais recentes, constitui uma das dinâmicas mais visíveis da atual demografia de Portugal. Enquanto, no início dos anos 60, os nascimentos rondavam os 200 mil por ano, depois de 1983 esses registos passaram abaixo dos 150 mil por ano, em 2011 foram inferiores a 100 mil por ano e em 2013 permaneceram próximos dos 80 mil.

Perante tal evolução, todos os alertas têm soado em simultâneo, quer pelas instâncias governamentais, comunicação social, organizações empresariais, cientistas e mesmo entre os cidadãos. Subjacente ao choque dos números, está sempre uma mesma pergunta inicial: afinal o que se está a passar com a fecundidade em Portugal?

Responder a esta questão foi um dos objetivos do Inquérito à Fecundidade, realizado em 2013 (IFEC 2013). O último inquérito do mesmo tipo realizado em Portugal remonta a 1997 e, desde então, muito mudou na sociedade portuguesa.

Medir a fecundidade parece óbvio, mas não é verdade. Embora a fecundidade remeta para a relação entre os nascimentos e a população em idade de ter filhos, vários podem ser os elementos a ter em consideração nesta simples formulação. Desde os nascimentos acontecidos ou a acontecer até às pessoas que tiveram filhos ou que os poderão vir a ter. Os fatores e os motivos que podem influenciar as decisões de ter ou não filhos são também elementos essenciais para a análise compreensiva do fenómeno da fecundidade, que os dados estatísticos oficiais, anualmente disponibilizados sobre nados-vivos, não captam.

²⁴ Professora da Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Diretora da Pordata/FFMS.

²⁵ Professora Associada da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora; Presidente da Associação Portuguesa de Demografia.

Este capítulo final da presente publicação, baseado na análise sumária dos resultados proporcionada pelo IFEC 2013, está estruturado em três eixos: um primeiro relativo aos indicadores-medidas do fenómeno; um segundo sobre as atitudes perante a fecundidade em função dos géneros e das gerações; um terceiro que levanta pistas sobre o futuro atendendo à(s) especificidade(s) da fecundidade de Portugal comparativamente a outros países europeus.

2. A AVALIAÇÃO DA FECUNDIDADE EM FOCO

O indicador de momento mais utilizado, tanto nacional como internacionalmente, para medir a fecundidade é o Índice Sintético de Fecundidade (ISF). As limitações deste indicador, na avaliação do presente e do futuro da fecundidade em Portugal, justificaram que se tivesse alargado o quadro referencial de análise da fecundidade a outros conceitos sobre o fenómeno.

2.1. MEDIDAS DE AVALIAÇÃO DA FECUNDIDADE

2.1.1. O ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE E AS SUAS LIMITAÇÕES

Em 2013, Portugal registou um dos valores mais baixos de fecundidade da Europa e do mundo. Mantendo-se as condições de fecundidade observadas, nesse mesmo ano, pelas mulheres residentes em Portugal, com idades entre os 15 e os 49 anos completos, cada mulher deixaria, em média, 1,21 filhos, no final do seu período fértil. Isso é o que informa o Índice Sintético de Fecundidade (ISF).

Num quadro de baixa ou muito baixa fecundidade, o resultado do ISF é invariavelmente comparado ao valor mínimo que permite garantir a substituição das gerações (2,1 filhos por mulher) e reportado a um valor crítico de 1,5 filhos, abaixo do qual a sustentabilidade de qualquer população entra em risco, inviabilizando uma recuperação das gerações no futuro se tal nível se mantiver durante um longo período (Kohler *et al.* 2002; Lutz *et al.* 2005).

Foi em 1982 que Portugal passou a barreira do ISF inferior a 2,1 filhos e no ano de 1994 este índice ficou, pela primeira vez, abaixo do limiar de 1,5 filhos. A tendência para o declínio dos níveis de fecundidade em Portugal, medido pelo ISF, está longe de dar sinais de recuperação. Tal situação justifica uma análise mais completa do fenómeno, que não é possível tendo por base apenas aquele indicador.

O ISF é um indicador de momento que tem um significado prospetivo. Informa sobre o número médio de crianças nascidas vivas por cada mulher em idade fértil, admitindo que as mulheres que iniciam o período fértil aos 15 anos estariam nos próximos 35 anos, isto é, no seu percurso pelo período fértil, submetidas às taxas de fecundidade observadas pelas mulheres com 15-49 anos, no momento/ano em análise. O ISF pressupõe, assim, que a fecundidade registada em cada idade, observada num dado momento/ano de referência, se irá “reproduzir”, ao longo de todo o horizonte de fertilidade, na geração que inicia o seu período fértil, não admitindo, portanto, mudanças de calendários de fecundidade, as quais, quando acontecem, afetam artificialmente o resultado final.

Assim, nesse indicador, que toma como referência o momento, dois traços de tipo diverso influenciam o resultado:

- A redução do número de filhos por mulher – designado por *quantum*;
- O aumento da idade em que, em média, as mulheres têm filhos – denominado *tempo*.

Como tal, se as gerações mais jovens, mesmo que venham a ter em média tantos filhos como as gerações anteriores, os tiverem mais tarde, o resultado do ISF, que admite o calendário de fecundidade observado num momento como fixo, vai baixar momentaneamente. Deste modo, em fase de transição de calendários de fecundidade, o resultado do ISF pode ser extremamente baixo, por as mulheres mais velhas, com a fecundidade mais precoce, já terem tido os filhos e por as mulheres das gerações mais novas, com um padrão de fecundidade mais tardio, ainda não os terem tido.

Porque Portugal está também perante uma situação de adiamento, tanto do primeiro como do segundo nascimento, o ISF não se revela a medida mais adequada para caracterizar o comportamento de fecundidade da sua população. O resultado deste indicador fica distorcido pelo efeito tempo (Bongaarts e Feeney 1998; Sobotka 2004; Frejka e Sobotka 2008; Sobotka e Lutz 2011).

A alternativa à utilização deste indicador conjuntural (ISF) poderia ser a avaliação do comportamento de fecundidade de cada geração de mulheres ao longo de todo o seu percurso pelo período fértil. A referência do indicador seria, deste modo, a geração. Esta medida se, em parte, responde a algumas limitações do ISF, não deixa de ter outros inconvenientes analíticos. Por um lado, perder-se-ia a possibilidade de o indicador ter a referência a um momento preciso do tempo. Por outro, ao quantificar-se o número efetivo de filhos por geração, seriam unicamente consideradas as mulheres no final do seu período reprodutivo, excluindo todas as outras que estão ainda na idade de ter filhos.

Nestes termos, por todas as limitações assinaladas na avaliação da fecundidade, em especial quando se assiste a um progressivo adiar da maternidade como acontece em Portugal, importa completar a análise com outros indicadores sobre o fenómeno, em que todas as gerações em idade fértil sejam consideradas. Acresce ainda que, porque a fecundidade não diz respeito somente às mulheres, alargar o âmbito da avaliação ao sexo masculino é igualmente importante.

Assim, e com base nos resultados do Inquérito à Fecundidade, foram construídos outros indicadores de avaliação: Fecundidade realizada; Fecundidade intencional; Fecundidade final esperada e Fecundidade desejada.

2.1.2. FECUNDIDADE REALIZADA (FR)

Esta medida traduz o número de filhos que, em média, as mulheres e os homens tiveram, considerando todos aqueles que tiveram filhos ao longo da sua vida fértil, até ao momento presente, bem como todos os outros que (ainda) não tiveram filhos. Trata-se de um conceito, a fecundidade realizada, que permite avaliar os comportamentos de fecundidade passados e presentes, *i. e.*, até à data do inquérito (2013).

De acordo com os dados do Inquérito à Fecundidade em 2013, a fecundidade realizada pelos residentes em Portugal foi de 1,03 filhos (1,08 para as mulheres e 0,98 para os homens). Este valor da fecundidade retrata o número médio real de filhos já tidos por todos aqueles que, à data do inquérito, têm entre 18 e 49 anos completos, no caso das mulheres, e entre 18 e 54, no dos homens. O resultado obtido foi, mesmo no caso das mulheres, inferior ao ISF, pois este último indicador prospetiva o nível final de fecundidade das mulheres que em 2013 iniciaram o seu período fértil (aos 15 anos) caso adotem, no seu percurso pelas várias idades do período fértil, os comportamentos de fecundidade das mulheres dos 15 aos 49 anos observados no ano de 2013.

2.1.3. FECUNDIDADE INTENCIONAL (FI)

Se a fecundidade realizada remete para os comportamentos passados e presentes, a fecundidade intencional abre-nos a janela para o futuro, pois informa sobre a fecundidade “previsível”.

Globalmente, a fecundidade intencional em 2013 saldou-se em 0,74 filhos (0,71 para as mulheres e 0,76 para os homens). Este valor indica o potencial aumento dos níveis de fecundidade no futuro, acréscimo possível, mas que não é garantido. É sobre estes futuros pais (quer o venham a ser pela primeira vez ou não) e sobre as suas intenções que se concentram as potencialidades de alteração da tendência de fecundidade identificada, eixo que pode fazer a diferença entre Portugal permanecer um país de fecundidade muito baixa, baixa ou em recuperação.

2.1.4. FECUNDIDADE FINAL ESPERADA (FFE)

A fecundidade final esperada, que associa a fecundidade realizada com a fecundidade intencional, pode ser considerada a verdadeira medida global da fecundidade. É um conceito que, tal como foi concebido no Inquérito à Fecundidade, permite isolar o efeito perturbador do adiamento (*tempo*) na medição do número médio de filhos (*quantum*), uma vez que avalia globalmente os comportamentos, combinando os comportamentos passados ou presentes com a intenção futura. Fornece, assim, uma panorâmica alargada sobre a fecundidade das pessoas em período fértil: os que já foram pais, os que ainda querem ter mais filhos e os que não entraram na parentalidade (*childlessness*). Combina as situações de quem não tem filhos – porque não podem ou não querem – o denominado *childlessness* definitivo – com os casos dos indivíduos que ainda não têm filhos mas esperam vir a ter ao longo da sua vida fértil – o *childlessness* temporário – e ainda com aqueles que já têm filhos mas ainda pretendem ter, pelo menos, mais um.

Em média, a fecundidade final esperada correspondeu a 1,78 filhos (1,80 para as mulheres e 1,76 para os homens), valor bastante aproximado ao mínimo que permite garantir, no futuro, a manutenção da dimensão das atuais gerações em idade fértil, isto é, de 2,1 filhos.

2.1.5. FECUNDIDADE DESEJADA (FD)

A fecundidade desejada está relacionada com as preferências de cada pessoa, aludindo livremente à expressão dos seus desejos mais íntimos. Distingue-se da fecundidade intencional, na medida em que esta revela uma tomada de consciência mais racional.

O nível global de fecundidade desejada foi de 2,31 filhos (2,29 para as mulheres e 2,32 para os homens), valor vizinho dos 2,1 filhos, já referido como garante mínimo de substituição de gerações. Contudo, este indicador – fecundidade desejada – remete-nos para uma dimensão mais ideal do que real. A confirmá-lo está o resultado das respostas a outra questão relativa à família em geral, e não à família concreta do próprio respondente, sobre o número de filhos considerado ideal para uma família (incluindo filhos biológicos, enteados ou outros). O resultado obtido para esse número de filhos considerado ideal numa família foi de 2,38 filhos, muito próximo, portanto, do valor global da fecundidade desejada.

3. GÉNEROS E GERAÇÕES PERANTE A FECUNDIDADE: EXPECTATIVAS E VIVÊNCIAS

O número de filhos que se tem, se espera ter e se deseja não é, como tão bem sabemos, igual para todas as pessoas. Expectativas de percursos de vida, vivências individuais e coletivas – presentes ou passadas – e condicionalismos sociais, culturais, financeiros ou outros, são fatores que interferem nas decisões e opções de fecundidade, de cada um de nós em particular e de todos nós, enquanto elementos de uma mesma sociedade.

A conjugação de um número quase infinito de decisões individuais resulta num número global de nascimentos, que nunca foi tão reduzido em Portugal como na atualidade.

Sobre o que se está a passar com a fecundidade dos portugueses, duas ideias iniciais podem rapidamente retirar-se da análise dos resultados do Inquérito à Fecundidade.

A primeira é a de que poucos são os que parecem ter desistido definitivamente do projeto de parentalidade. Apenas 8 % dos portugueses em idade fértil (7 % de mulheres e 9 % de homens) não têm nem pretendem vir a ter filhos. Destes totais, são os grupos de idade superiores, que já estão próximos do final do período fértil (com 40-49 anos no caso das mulheres e com 50-54 anos no caso dos homens), que apresentam proporções mais elevadas.

A segunda ideia tem que ver com a improbabilidade de se regressar a uma situação de descendências numerosas, o que em termos médios poderia equivaler a 3 ou mais filhos. Tal como já notámos, a “fecundidade final esperada”, combinando os filhos que já se tem e os filhos que ainda se pretende, é de 1,8 filhos, em média. Mesmo perante a questão sobre quantos filhos os portugueses desejariam ter, além dos que já têm ou pretendem ter, questão que se afasta da vivência real e se aproxima mais do desejo teórico ou ideal (por isso, independente de quaisquer constrangimentos económicos ou outros) o valor, de 2,3 filhos, está abaixo da média dos 3 filhos.

Sobre estas conclusões iniciais, interessa levar mais longe a análise. Porque muitos são os caminhos de abordagem possíveis que os resultados do IFEC 2013 permitem, privilegiou-se, aqui, o género e a geração, partindo de uma questão inicial: em assuntos de fecundidade, ser-se homem ou mulher e mais ou menos jovem faz diferença?

3.1. GÉNERO

Tanto os homens como as mulheres desejam mais filhos que aqueles que esperam vir a ter e esperam ter mais filhos que aqueles que na realidade têm. Esta diferença entre realização e expectativas de ter filhos é tanto menor quanto mais se avança na idade, como é natural.

Mas será que na realidade ser-se homem ou mulher é irrelevante, no quadro da sociedade portuguesa, quando se trata de um assunto em que ambos têm uma palavra na decisão final? Quando se observam mais em pormenor as formas de parentalidade, a igualdade entre sexos parece não se confirmar.

Embora com valores entre sexos não muito distintos, os homens têm menos filhos que as mulheres (fecundidade realizada de 0,98/1,08), mas tencionam ter um pouco mais filhos no futuro (fecundidade intencional de 0,76/0,71). A idade de entrada no projeto de parentalidade ao ser superior nos homens e por estes terem um período fértil mais dilatado, ajuda a compreender esse facto de a fecundidade realizada ser inferior nos homens e da intencional ser superior, por comparação às mulheres. Porém, apesar de os homens iniciarem o seu projeto de parentalidade mais tardiamente que as mulheres, admitem adiar menos tempo o nascimento do seu primeiro filho.

Com efeito, tanto as mulheres como os homens, que ainda não têm filhos mas que tencionam vir a tê-los, consideram adiar esse projeto para idades mais avançadas. Contudo, tal retardamento admitido de entrada na parentalidade é um pouco superior nas mulheres. Assim, para quem já teve filhos (a maioria encontra-se nos grupos etários superiores) a idade média com que se teve o 1º filho foi de 26,0 anos, mulheres, e de 28,4 anos, homens. No caso de quem espera vir a ter pelo menos 1 filho, mas que ainda não o teve, a idade máxima admitida para o ter é de 31,1 anos, mulheres, e de 33,0 anos, homens. Portanto, o processo de retardamento do momento em que se tem o 1º filho está, assim, ainda em curso em Portugal e a refletir-se, em muito, nos nascimentos adiados, em especial no caso das mulheres.

Sabemos, ainda, que o casamento tem perdido parte do papel que tinha nas sociedades tradicionais, enquanto passo importante para se iniciar um projeto de parentalidade. Aliás, desde 1960 até ao início dos anos 80, os nascimentos fora do casamento foram sempre inferiores a 10 % e atualmente estão já próximos dos 50 % (48 % em 2013). No entanto, se o casamento já não importa tanto para os nascimentos, a existência de uma conjugalidade, formalizada ou não pelo laço do casamento, continua a fazer a diferença, tanto nos homens como nas mulheres, sobre a fecundidade.

Em todos os grupos analisados, os níveis de fecundidade mais baixos – tidos, esperados ou desejados – observam-se nas pessoas que não têm nenhuma relação conjugal. O facto de “a(o) cônjuge/companheira(o) querer ter filhos” e o “fortalecimento da relação de casal” figuram, aliás, como dois motivos importantes, para as mulheres e sobretudo para os homens, na decisão de ter filhos. A entrada nesta fase de conjugalidade, sendo também mais tardia no caso dos homens – a idade média à primeira conjugalidade é de 23,4 anos nas mulheres e de 25,4 anos nos homens – pode, de novo, estar relacionada com o facto de estes terem uma fecundidade realizada inferior à das mulheres e, em simultâneo, a sua fecundidade intencional futura ser superior.

Em assuntos de fecundidade, muitas outras diferenças entre mulheres e homens serão de assinalar. Entre estas, os aspetos relacionados com o mercado de trabalho e com as responsabilidades parentais figuram como particularmente expressivas.

Sobre o mercado de trabalho, enquanto as mulheres desempregadas ou as que se encontram na situação de trabalhador familiar não remunerado são as que parecem tencionar e desejar mais filhos, nos homens essa intenção e desejo de filhos parece ser mais elevada sobretudo nos casos dos empregados e dos trabalhadores por conta própria. Na origem das diferenças encontradas poderão estar desequilíbrios do papel do homem e da mulher na sua representação da relação entre a vida profissional e familiar. Com efeito, tanto os homens como as mulheres consideram maioritariamente que a opção ideal para o pai é trabalhar a tempo inteiro fora de casa. Para as mães, a maioria das respostas – de homens e de mulheres – refere, para esse mesmo ideal, a situação de trabalhar a tempo parcial fora de casa ou de, no caso dos indivíduos menos jovens, pura e simplesmente a mãe não trabalhar. Isto apesar de se reconhecer maioritariamente, em especial os grupos mais jovens, que uma mãe que trabalhe fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalhe em casa, embora as mulheres estejam mais de acordo com essa ideia (74 %) que os homens (64 %). De notar, porém, que apesar desta clara opção pelo trabalho das mulheres a tempo parcial quando se é mãe, as percentagens de mulheres empregadas a tempo parcial ainda são, em Portugal, bastante inferiores à média europeia.

Na compreensão das disparidades de opinião entre o ser-se mãe ou pai é, também, interessante fazer referência à questão da partilha de responsabilidades domésticas e familiares entre sexos.

Assim, e sobre a partilha de tarefas com as crianças, conclui-se que quem se encarrega, no essencial, dos cuidados essenciais dos filhos é fundamentalmente a mulher-mãe, a qual, quando muito, partilha essas tarefas com o cônjuge. Pelo menos nas tarefas que mais colidem com o trabalho, como por exemplo: “ficar em casa quando os filhos estão doentes” ou “levar as crianças ao médico”. O desequilíbrio, em desfavor das mulheres,

na responsabilização com as crianças parece verificar-se, também se estende à divisão de tarefas domésticas, desde que não se trate de tarefas esporádicas ou de gestão financeira. Não é, por isso, difícil de compreender que a maioria das mulheres e dos homens estejam de acordo com o facto de “uma mulher poder criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável”, postura de clara aceitação da situação de monoparentalidade feminina, a qual tem sido sempre em Portugal maioritariamente assegurada por mulheres: a percentagem de famílias clássicas monoparentais do sexo feminino foi, por exemplo, de 87% em 2013.

E, embora a partilha de tarefas e de responsabilidades familiares aparente estar melhor resolvida junto das gerações mais jovens, ainda se está longe de uma paridade efetiva entre sexos. Na realidade, também os mais jovens, se bem que menos intensamente, consideram que as mulheres, quando são mães, devem estar mais próximas dos filhos, e que os homens, quando são pais, devem estar mais próximos do trabalho. Quanto à partilha de responsabilidades com os filhos, apesar de as práticas serem menos desiguais entre homens e mulheres junto das gerações mais jovens, é sobre as mulheres que também continua a recair grande parte dessas responsabilidades essenciais de cuidados.

Ainda, pelo diferente papel das mulheres e homens enquanto pais e mães, não deixa de ser interessante notar que quando se questiona sobre um conjunto de afirmações relativas ao que pode ser considerado positivo ou negativo no comportamento dos casais com vista ao nascimento dos filhos, a frase que obteve maior “concordância”, tanto de mulheres como de homens, tenha sido: “o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão de as mulheres não terem filhos”. A este propósito convém lembrar a importante aposta que as mulheres têm feito na formação escolar. Por exemplo, e comparativamente ao sexo masculino, as mulheres apresentam níveis mais baixos de abandono escolar precoce entre os 18 e os 24 anos e são já a maioria dos inscritos e dos diplomados do ensino superior.

Em suma, a efetiva partilha da vida profissional com as responsabilidades domésticas ou familiares parece continuar ainda a ser um assunto mal resolvido na sociedade portuguesa, em que as mulheres assumem um especial protagonismo. Como tal, as dificuldades de conciliação entre trabalho e família, evidenciado em especial no caso das mulheres-mães, num contexto de incerteza económica, podem transformar-se num fator fortemente penalizador para a capacidade de concretização das intenções dos planos de fecundidade (Fahlén 2013).

3.2. GERAÇÕES

Em assuntos de fecundidade, ser-se mais ou menos jovem pode fazer a diferença. Obviamente, entre as determinantes dessas diferenças consoante as idades estão também razões meramente biológicas.

Na realidade, o período fértil dos homens e, acima de tudo das mulheres, encontra-se balizado por marcos etários. Para as mulheres, o limite etário ronda os 50 anos; para os homens, não há um limite definido, embora a fertilidade decresça com a entrada nas idades mais avançadas. No período fértil também nem todas as idades são igualmente férteis. Por exemplo, no caso das mulheres, as idades de maior fertilidade, isto é, em que são maiores as possibilidades de engravidar, situam-se entre os 20-30 anos²⁶ (George e Kamath 2010).

²⁶ “Naturally, there is an age-related decline in fecundity, the decrease usually starting at the age of 32 with a dramatic fall after the age of 37. Spelt differently, the natural monthly fecundity rate, which is about 25% between 20 and 30 years of age, decreases to below 10% above the age of 35”, in George K., Kamath M. S. Fertility and age. Journal of Human Reproductive Sciences 2010;3:121-3.

Desta forma, não é de estranhar que a diferença entre o número de filhos tido e o que se espera vir a ter seja tanto menor quanto mais se avança na idade. Comparando dois grupos de idade extremos – menos de 30 anos (fecundidade considerada precoce, de acordo com os padrões atuais) e mais de 40 anos (fecundidade tardia) –, as diferenças entre o número de filhos que se tem e que se tenciona ter são, até ao final do período fértil, no caso das mulheres, de 1,6 filhos (para as mais jovens) e de 0,06 (para as menos jovens) e, no caso dos homens, de 1,65 filhos e de 0,16, respetivamente. Assim, por fatores de índole biológica, poderá dizer-se que o potencial de futuros nascimentos está, principalmente, nos mais jovens. Contudo, tal pode não ser necessariamente verdade, caso os mais jovens tencionem ter muito menos filhos que as gerações anteriores.

Na medida em que os níveis de fecundidade são variáveis consoante os tempos e os territórios, as questões associadas à fertilidade – efeito biológico de idade – são claramente insuficientes para a compreensão das tendências e dos traços da fecundidade. Importa, assim, considerar as circunstâncias e percursos de vida ou, de forma mais lata, o efeito de geração sobre os comportamentos.

A população em idade fértil é composta por um conjunto de pessoas que nasceram e chegaram às idades adultas em tempos de sociedade muito diversos. Sabemos que nas últimas cinco décadas os progressos sociais foram assinaláveis em Portugal e a criança, outrora com um valor económico indiscutível, afirma-se na sua dimensão mais emocional. Aliás, entre os motivos considerados mais importantes para a decisão de ter filhos figura, nos dados do IFEC 2013, o “ver os filhos crescerem e desenvolverem-se”.

Porque os mais jovens experienciam contextos sociais diversos dos menos jovens, e porque são estes os grupos que no futuro poderão fazer a diferença nos nascimentos, cabe perguntar se os mais jovens desistiram do projeto de parentalidade. Tudo parece indicar que não.

Sendo as percentagens de pessoas que não têm e também não tencionam ter filhos relativamente baixas, não é para aqueles que têm menos de 40 anos que estas percentagens são maiores, bem pelo contrário. Note-se ainda que a fecundidade final esperada dos mais jovens (menos de 30 anos) é de 1,94 filhos, enquanto para o grupo etário 30-39 anos o valor baixa para 1,81 filhos e no caso do grupo 40 e mais anos é de 1,67 filhos. Se se considerar a fecundidade intencional, as expectativas de vir a ter filhos são também tanto maiores quanto mais jovem se é.

Por isso, é possível admitir que há um potencial de nascimentos em perspetiva, em especial para as gerações de idades menos avançadas e o que as torna menos fecundas no presente é também estarem claramente a adiar esse projeto de parentalidade.

As gerações mais novas seguem modelos de fecundidade mais tardia que as gerações menos jovens e admitem, para quem ainda não teve filhos, adiar ainda mais, como já foi assinalado. Mas tal adiamento da fecundidade poderá não ter implicações sobre a fecundidade final das gerações mais novas. Disso é exemplo o que se passa em alguns países do Norte e Centro europeu, onde a idade de primomaternidade é superior à portuguesa, mas os níveis de fecundidade também o são. Contudo, o excessivo adiamento em especial para a população mais jovem, na qual se centram os maiores níveis de intenção de fecundidade futura, pode gerar nascimentos perdidos, dado o limite biológico para os ter.

Há ainda outro dado que, no essencial, é revelador de diferenças geracionais significativas, o qual, esse sim, pode significar a perpetuação de baixos níveis de fecundidade: o excessivo centramento no filho único. Aliás, em Portugal, mais de metade dos nascimentos já são primeiros filhos. E, segundo os dados do IFEC 2013, a larga maioria dos homens e mulheres com menos de 30 anos concorda que “ter apenas um filho é preferível a ter mais filhos, para que este possa ter mais oportunidades”. Nas gerações mais velhas, as percentagens de concordância com esta afirmação são menores.

O potencial intencional de aumento da fecundidade além de incidir nos mais jovens, também incide sobre os jovens mais escolarizados. Com efeito, a fecundidade realizada, tanto no caso dos homens como das mulheres, é sempre mais elevada nos níveis mais baixos de escolaridade (*i.e.*, que possuem, no máximo, o ensino básico), qualquer que seja a idade. Em contrapartida, quanto à fecundidade final esperada, as mulheres e os homens mais jovens (menos de 30 anos) com ensino superior ainda esperam (fecundidade intencional), até ao final do seu período fértil, ter mais filhos que aqueles que detêm níveis de escolaridade menores, admitindo adiar esse projecto para idades particularmente tardias.

Por fim, uma referência aos fatores que se podem constituir como bloqueios ao nascimento de filhos. Entre estes, foram considerados mais importantes “os custos financeiros da criança” e “a dificuldade para conseguir emprego”. Em consequência, o conjunto de medidas de política para incentivar a natalidade que mais sobressaíram foram “aumentar os rendimentos das famílias com filhos” e “facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos, sem perder regalias”. Se, no caso da primeira medida, é o grupo etário com 30-39 anos (intermédio) que mais se destaca nas preferências, quanto à segunda medida (“facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos, sem perder regalias”), são as mulheres que lhe atribuem maior importância. Note-se, ainda, que os homens mais novos (menos de 30 anos) são os que revelam percentagens de reconhecimento desse eixo como muito importante e mais próximas das mulheres do mesmo escalão etário, o que pode estar relacionado com o facto de, nestas gerações, a partilha de tarefas entre mulheres e homens ser, apesar de tudo, um pouco menos desequilibrada.

4. FECUNDIDADE EM PORTUGAL EM CONTEXTO EUROPEU: QUE FUTURO?

De acordo com o resultado da fecundidade final esperada – de 1,8 filhos –, é possível, à partida, concluir que a fecundidade final das gerações atualmente em idade reprodutiva poderá vir a ser superior ao valor atualmente observado de fecundidade realizada (1,03 filhos) e ao valor do ISF, indicador que admite a manutenção do padrão de comportamento atual da fecundidade feminina ao longo do ciclo de vida fértil.

Tal significaria a possibilidade de as gerações poderem vir a ter, no término do seu ciclo reprodutivo, um número de filhos mais próximo do limiar mínimo de substituição das gerações. Também significaria que, no final, a fecundidade portuguesa se aproximaria mais²⁷ da de alguns países europeus que detêm uma fecundidade do momento (ISF) bem mais elevada (Valente Rosa e Chitas 2013). Consequentemente, Portugal poderia, também, deixar de ser um dos países com mais baixa fecundidade do mundo num futuro próximo.

Mas muito do que poderá acontecer depende da capacidade de homens e mulheres, em especial jovens, concretizarem a sua intenção de fecundidade, traço que não é um exclusivo da sociedade portuguesa (Schoen 1999; Morgan *et al.* 2010; Philipov 2011; Testa *et al.* 2011).

Aliás, usando dados do Eurobarómetro 2011, (Testa 2012b) e da fecundidade projetada da geração (Myrskylä *et al.* 2012), para as mulheres entre os 20 e os 45 anos de idade, observa-se em todos os países da Europa um potencial para o aumento dos níveis de fecundidade, podendo identificar-se quatro grupos de países que se distinguem entre si quanto aos níveis estimados de fecundidade final esperada:

²⁷ A validação deste raciocínio estará dependente da verificação de vários pressupostos, tais como: no quadro europeu, o adiamento já ter terminado, os nascimentos atuais serem também já resultado de uma recuperação dos anteriormente adiados e da existência de uma estabilização nos valores da fecundidade intencional (*i. e.*, admitindo que nesses países a fecundidade intencional das gerações mais jovens não virá a aumentar de modo expressivo). Ao passo que em Portugal a realização da fecundidade intencional teria de ser plenamente conseguida.

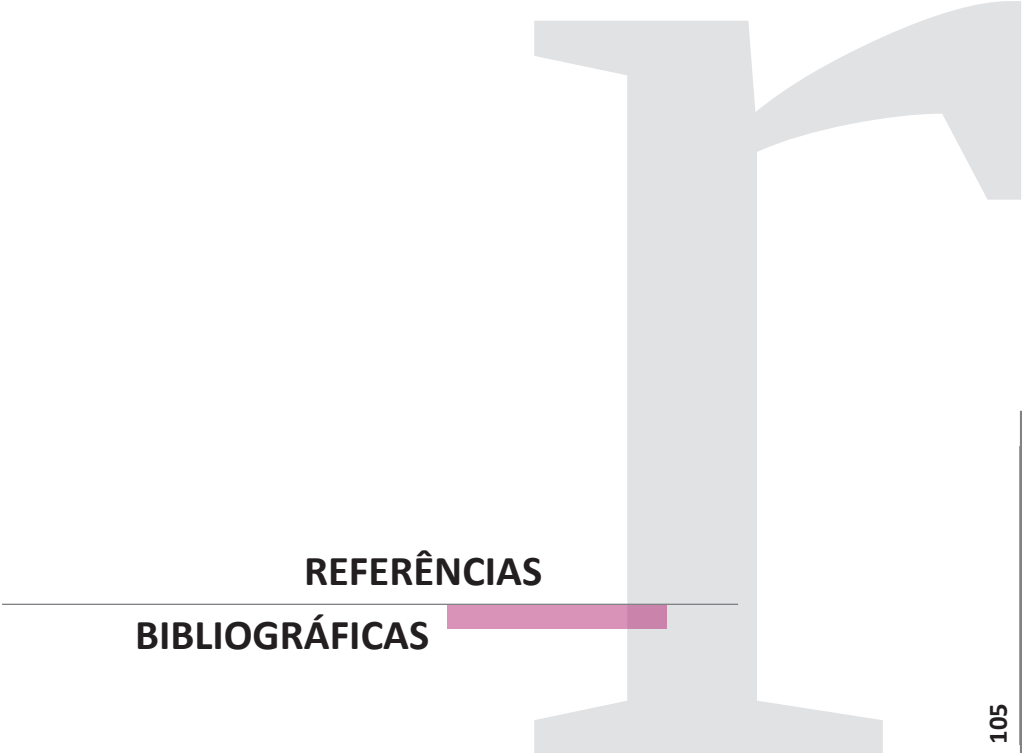
- primeiro grupo constituído pelos países com mais baixo nível de fecundidade final esperada (valores médios abaixo do limiar de substituição das gerações, entre 1,8 e 1,9 filhos por mulher), onde se inclui Portugal conjuntamente com a Áustria, a Roménia e a Bulgária;
- segundo grupo, formado pela Itália, Espanha, Grécia, Eslovénia, Malta, República Checa, Holanda, Luxemburgo e território da antiga Alemanha Oriental, com valores ligeiramente mais elevados compreendidos entre 1,9 e 2,1 filhos, em média, por mulher (mas ainda assim abaixo daquele limiar);
- terceiro grupo, composto pela Bélgica, Hungria, Eslováquia, Polónia, Letónia, Lituânia e pelo território da antiga Alemanha Ocidental, com valores de fecundidade final esperada a variarem entre os 2,1 filhos e 2,3 filhos, por mulher;
- quarto grupo, que inclui a Irlanda, o Reino Unido, a França, a Dinamarca, a Suécia, a Finlândia, a Estónia e Chipre, o qual apresentaria valores superiores a 2,3 filhos, em média por mulher.

Assim, para a maioria dos países europeus, existe um desfasamento entre o número de filhos tido e o final esperado, favorável a um aumento da fecundidade a realizar pelos casais até ao final do ciclo reprodutivo. Estudos internacionais revelam, ainda, que o desfasamento entre as intenções e a fecundidade realizada é maior nas mulheres jovens mais escolarizadas (Testa 2012b; Buber 2012). Em Portugal, essa relação verifica-se também, mas apenas no caso das mulheres mais jovens, ou seja, com menos de 30 anos. Como tal, no futuro o aumento de escolaridade dos mais jovens e o adiamento da fecundidade poderá não conduzir, necessariamente, à perpetuação dos baixos níveis de fecundidade. Aliás, no quadro da União Europeia não são os países com menores qualificações escolares e, ao mesmo tempo, com idades médias de maternidade mais elevadas, que apresentam necessariamente menores níveis de fecundidade. Bem pelo contrário!

Mas a questão de futuro da fecundidade em Portugal não reside unicamente no *tempo*, embora nascimentos sucessivamente adiados possam significar nascimentos perdidos, mas também no *quantum*.

No quadro europeu, Portugal ainda ocupava em 2011 (Maciel *et al.* 2014), uma posição intermédia entre os países da Europa no respeitante ao *childlessness* definitivo (7%, entre um valor 1,2% na Bulgária e de 18% na Holanda). Contudo, a situação altera-se quando se analisa a proporção de pessoas que pretendem vir a ter apenas um único filho. Neste segundo caso, Portugal apresenta uma das proporções mais elevadas (27%), sendo ultrapassado apenas pela Roménia (28%). Por oposição, a proporção de pessoas que espera vir a ter 3 ou mais filhos é, em Portugal, das mais baixas da Europa (17%), estimando-se valores inferiores apenas para a Itália, Malta, Roménia e Bulgária (com valores variando entre 16% e 11%). Por fim, quanto às proporções de quem espera vir a ter 2 filhos até ao final do seu período fértil – de 49% em Portugal – elas variam na União Europeia entre: a Bulgária muito centrado na “norma de dois filhos” com um valor extremo de 63 % (ao conjugar o mais baixo *childlessness* definitivo – 1,2% – e o mais baixo valor da proporção de 3+ filhos – 11%) e, a Irlanda, que privilegia claramente as famílias mais alargadas, com um mínimo de 36% com dois filhos (ao registar simultaneamente a menor proporção estimada para os que pretende vir a ter apenas um filho – 7% – e a mais elevada proporção de pessoas que pretende vir a ter 3 ou mais – 50%).

Em suma, os valores encontrados para 2013 sobre a fecundidade final esperada em Portugal abrem, como possibilidade, uma maior fecundidade no futuro por comparação com os valores observados no momento presente. Aliás, cerca de 1/5 dos portugueses em período fértil tencionam ter filhos já nos próximos três anos. Assim, se se conseguir garantir que, de modo sustentado, as intenções de fecundidade expressas em 2013 se concretizem, grande parte dos nascimentos adiados poderão ser recuperados, embora em idades mais tardias, e a fecundidade portuguesa poderá vir a atingir níveis de fecundidade superiores aos atuais. Contudo, as expectativas mais otimistas poderão vir a ser contrariadas, caso a idade de maternidade continue a aumentar sucessivamente, se perpetue um forte desequilíbrio de papeis familiares entre sexos e o filho único se torne, como tudo parece apontar, a opção definitiva da grande maioria dos casais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexandre, Alexandra A. 2013. «As políticas públicas de apoio à fecundidade como uma vertente do ‘Estado Providência’: a expectativa dos jovens a frequentar o ensino universitário». *Revista Estudos do Século XX*, n.º 13 – Estado Providência: 389-407.

Almeida, Ana Nunes (coord.). 2004. *Fecundidade e Contraceção. Percursos de Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Almeida, Ana Nunes e Karin Wall. 1995. «A família». In *Portugal Hoje*, coord. Eduardo Ferreira e Helena Rato, 33-53. Lisboa: INA.

Almeida, Ana Nunes, Isabel André, Filipa Ferrão e Cristina Ferreira. 1995. *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*. Lisboa: CIDM (col. Cadernos da Condição Feminina n.º 41).

Andersson, Gunnar. 2012. «Fecundidade e contextos sociais: o caso dos países nórdicos». In *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal*, coord. Casa Civil da Presidência da República, 49-64. Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ariès, Philippe. 1980. «Two successive motivations for the declining birth rate in the West». *Population and Development Review*, 6 (4): 645-650.

Bandeira, Mário Leston. 1996. *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bandeira, Mário Leston. 2012. «O direito de procriar e algumas particularidades da população portuguesa». In *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal*, coord. Casa Civil da Presidência da República, 153-157. Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Billari, Francesco. 2004. «Becoming an adult in Europe: a macro(/micro)-demographic perspective». *Demographic Research*, S3 (2): 15-44.
- Bongaarts, John e Griffith Feeney. 1998. «On the Quantum and Tempo of Fertility». *Population and Development Review*, 24(2): 271-91.
- Buber-Ennsner, Isabella, Ralina Panova e Jürgen Dorbritz. 2012. «Fertility intentions of highly educated men and women and the Rush Hour of Life». *Working papers 8/2012*. Vienna Institute of Demography.
- Carrilho, Maria José, e Cristina Gonçalves. 2004. «Dinâmicas territoriais do envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001». *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 36: 175-191.
- Carvalho, Helena. 2008. *Análise multivariada de dados qualitativos: utilização da Análise de Correspondências Múltiplas com o SPSS*. Lisboa: Sílabo.
- Cruz, David. 2011. *Variabilidade ou Convergência? Análise regional da fecundidade em Portugal (1980-2009)*. Dissertação de mestrado em Gestão do Território. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Cunha, Vanessa. 2007. *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunha, Vanessa. 2009. «Filhos a mais: descendências numerosas e a questão do (não) planeamento dos nascimentos». *Sexualidade & Planeamento Familiar*, n.º 52/53: 23-27.
- Cunha, Vanessa. 2010. «Projectos de paternidade e a construção da fecundidade conjugal». In *A Vida Familiar no Masculino. Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, coords. Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha, 265-312, Lisboa: CITE (col Estudos n.º 6).
- Cunha, Vanessa. 2012a. «As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade». In *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal*, coord. Casa Civil da Presidência da República, 131-143. Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cunha, Vanessa. 2012b. «Trajetórias não reprodutivas em três gerações de portugueses: incidência, circunstâncias, oportunidade». In *Atas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações*, APS, 1-11: Lisboa, APS. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0385_ed.pdf.
- Cunha, Vanessa e Susana Atalaia. 2014. «A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências e modalidades da vida em casal». In *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*, orgs. Anabela Delgado e Karin Wall, 155-175. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Imprensa de Ciências Sociais.
- Demeny, Paul e Geoffrey McNicoll. 2006. «The political demography of the world system, 2000-2050». *Population and Development Review*, vol. 32 (supplement): 254-287.
- Fagnani, Jeanne. 2010. «Histoire de la politique familiale en France». In *La Naissance, histoire, culture et pratiques d'aujourd'hui*, dirs., René Frydman e Myriam Szejer, 539-550, Paris: Albin Michel.
- Fahlén, Susanne. 2013. «Capabilities and Childbearing Intentions in Europe». *European Societies*, Vol. 15(5): 639-662.
- Ferrão, João. 1996. «A demografia portuguesa». *Cadernos do Público*, n.º 6. Lisboa: ICS/Público.

- Ferreira, Virgínia (org.). 2012. *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias*. Lisboa: CITE (col Estudos n.º 7).
- Frejka, Tomas. 2008. «Parity distribution and completed family size in Europe: incipient decline of the two-child family model?». *Demographic Research*, 19 (Special Collection 7): 47-72.
- Frejka, Tomas e Tomáš Sobotka. 2008. «Fertility in Europe: Diverse, delayed and below replacement». *Demographic Research*, 19 (Special Collection 7): 15-46.
- Frejka, Tomas, Tomáš Sobotka, Jan Hoem e Laurent Toulemon. 2008. «Summary and general conclusions: Childbearing Trends and Policies in Europe». *Demographic Research*, 19 (Special Collection 7): 5-14.
- Gauthier, Anne. 2007. «The impact of family policies on fertility in industrialized countries: a review of the literature». *Population Research and Policy Review*, 26 (3): 323-346.
- George K, Kamath, MS. 2010. «Fertility and age». *Journal of Human Reproductive Sciences*, 3:121-3.
- Goldstein, Joshua, Wolfgang Lutz e Maria Rita Testa. 2003. «The emergence of sub-replacement family size ideals in Europe». *Population Research and Policy Review*, 22: 479-496.
- Goldstein, Joshua, Tomáš Sobotka e Aiva Jasilioniene. 2009. «The End of “Lowest-Low” Fertility?». *Population and Development Review*, 35 (4): 663-699.
- González, María-José e Teresa Jurado-Guerrero. 2006. «Remaining childless in affluent economies: a comparison of France, West Germany, Italy and Spain, 1994-2001». *European Journal of Population*, 22: 317-352.
- Kohler, Hans-Peter, Francesco Billari e José Antonio Ortega. 2002. «The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s». *Population and Development Review*, 28 (4): 641-680.
- Livi Bacci, Massimo. 2001. «Comment: Desired Family Size and the Future of Fertility». *Population and Development Review*, 27 (supplement): 282-289.
- Lutz, Wolfgang, Vegard Skirbekk e Maria Rita Testa. 2006. «The low fertility trap hypothesis: forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe». *Vienna Yearbook of Population Research* 2006: 167-192.
- Maciel, Andreia, M. Filomena Mendes e Paulo Infante. 2014. «Determinantes da dimensão familiar ideal na Europa do Sul». in *Actas do VIII Congresso de Sociologia*. APS: Évora.
- McDonald, Peter. 2000. «Gender equity in theories of fertility». *Population and Development Review*, 26 (3): 427-439.
- McDonald, Peter. 2002-2003. «Sustaining fertility through public policy: the range of options». *Population*, 57: 417-446.
- Mendes, Maria Filomena. 2012. «Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política». In *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal*, coord. Casa Civil da Presidência da República, 91-110. Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Morgan, S. Philip e Heather Rackin. 2010. «The correspondence Between Fertility Intentions and Behavior in the United States». *Population and Development Review*; 36(1): 91-118.
- Myrskylä, Mikko, Joshua e Yen-hsin Cheng. 2012. «New Cohort Fertility Forecasts for the Developed World». *MPIDR Working Paper*, WP 2012-2014, February 2012 (Revised April 2013).

Oliveira, Isabel Tiago. 2012. «A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento». In *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal*, coord. Casa Civil da Presidência da República, 111-130. Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Philipov, Dimiter. 2011. «Theories on fertility intentions: a demographer's perspective». *Vienna Yearbook of Population Research* Vol. 9: 37-45.

Rosa, Maria João Valente (coord.). 2004. *Contributos dos «Imigrantes» na Demografia Portuguesa: O Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME (col Estudos e Documentos n.º 4).

Rosa, Maria João Valente. 2012. *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: FFMS/Relógio D'Água Editores (col. Ensaaios da Fundação n.º 26).

Rosa, Maria João Valente e Cláudia Vieira. 2003. *A População Portuguesa no Século XX: Análise dos Censos de 1900 a 2001*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Rosa, Maria João Valente e Paulo Chitas. 2013. *Portugal e a Europa: os números*. Lisboa: FFMS/Relógio d'Água Editores (col. Ensaaios da Fundação n.º 39).

Schoen, Robert Nan Marie Astone, Young, J. Kim e Constance A. Nathanson. 1999. «Do fertility intentions affect fertility behaviours?». *Journal of Marriage and the Family*, 61(3): 790-799.

Sobotka, Tomáš. 2004. «Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing?». *Population and Development Review*, 30 (2), 195-220.

Sobotka, Tomáš. 2008. «The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe». *Demographic Research*, 19 (Special Collection 7): 171-224.

Sobotka, Tomáš e Wolfgang Lutz. 2011. «Misleading policy messages from the period TFR: Should we stop using it?». *Comparative Population Studies – Zeitschrift für Bevölkerungswissenschaft*, 35(3, 2010): 637-664.

Takayama, Noriyuki e Martin Werding (ed.). 2011. *Fertility and Public Policy. How to Reverse the Trend of Declining Birth Rates*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology.

Testa, Maria Rita. 2012a. «Family Sizes in Europe: Evidence from the 2011 Eurobarometer Survey». *European Demographic Research Papers*, 3, Viena: Vienna Institute of Demography: 1-100.

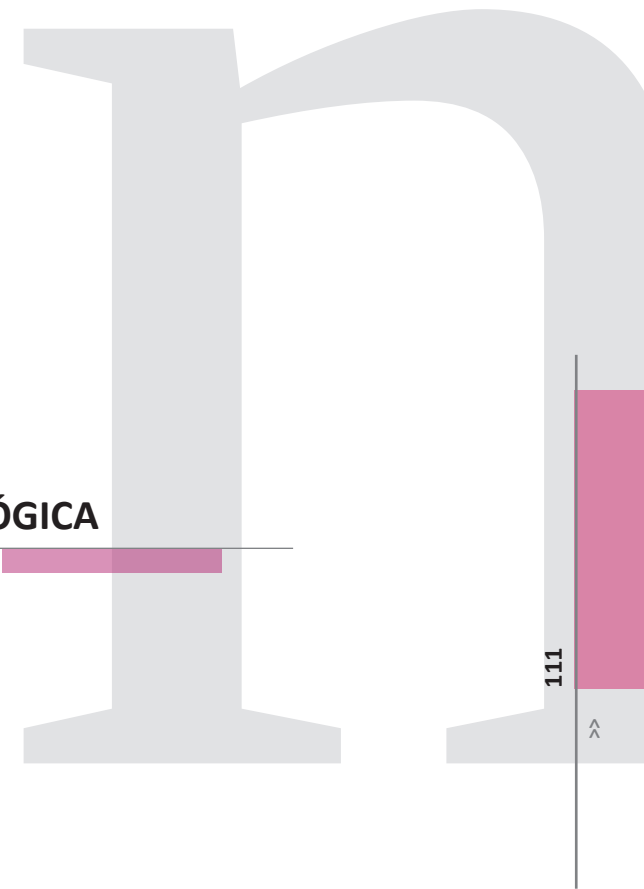
Testa, Maria Rita. 2012b. «Women's fertility intentions and level of education: why are they positively correlated in Europe?». *European Demographic Research Papers*, 3, Vienna: Vienna Institute of Demography 1-48.

Testa, Maria Rita, Tomáš Sobotka e S. Philip Morgan. 2011. «Reproductive decision-making: towards improved theoretical, methodological and empirical approaches». *Vienna Yearbook of Population Research*, Vol.9: 1-9.

Thévenon, Olivier. 2012. «Fecundidade e desenvolvimento económico nos países da OCDE». In *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal*, coord. Casa Civil da Presidência da República, 15-21. Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Thévenon, Olivier e Anne Gauthier. 2011. «Family policies in developed countries: a 'fertility-booster' with side-effects». *Community, Work e Family*, 14 (2): 197-216.

- Toulemon, Laurent, Ariane Pailhé e Clémentine Rossier. 2008. «France: High and stable fertility». *Demographic Research*, 19 (Special Collection 7): 503-556.
- Van de Kaa, Dirk. 1987. «Europe's second demographic transition». *Population Bulletin*, 42 (1), Washington: The Population Reference Bureau.
- Wall, Karin. 2011. «A intervenção do Estado: políticas públicas de família». In *História da Vida Privada em Portugal. Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida, 340-374, Lisboa: Círculo dos Leitores/Temas e Debates.
- Wall, Karin. 2012. «Comentário: Fecundidade e Instituições na Europa». In *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal*, coord. Casa Civil da Presidência da República, 41-45. Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Wall, Karin (coord.). 2013. *Observatório das Famílias e das Políticas de Família – Relatório 2012*. Lisboa: Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: www.observatoriofamilias.ics.ul.pt.
- Wall, Karin e Lígia Amâncio (Eds.). 2007. *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (coord.). 2010. *A Vida Familiar no Masculino. Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Lisboa: CITE (col Estudos n.º 6).
- Wall, Karin, Vanessa Cunha e Sofia Marinho. 2013. «Negotiating gender equality in conjugal life and parenthood in Portugal: a case study». *ICS Working Papers*, n.º 3: 1-38. Disponível em: http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2013/wp2013_3.pdf.
- Wall, Karin, Vanessa Cunha e Susana Atalaia. 2013. «Família». In *Portugal Social de A a Z. Temas em Aberto*, org. José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais, 70-78. Paço de Arcos: Impresa Publishing/Expresso.



NOTA METODOLÓGICA

O Inquérito à Fecundidade foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) junto de uma amostra selecionada de residentes no território nacional. O seu principal objetivo foi obter informação que permitisse caracterizar os padrões de fecundidade em Portugal, bem como contribuir para a compreensão das atitudes, valores e fatores socioeconómicos que influenciam a decisão de ter ou não filhos. A informação obtida constitui um relevante instrumento de apoio à definição e avaliação de políticas relacionadas com a família e a natalidade. O inquérito foi realizado no âmbito de um protocolo celebrado, em 2012, entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos e o Instituto Nacional de Estatística.

A informação foi recolhida por entrevista presencial, no domicílio das pessoas selecionadas. A recolha de dados teve lugar de 16 de janeiro a 15 de abril de 2013. As entrevistas decorreram em cerca de 10 mil alojamentos, distribuídos por todas as regiões do Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Foi inquirida uma amostra de mulheres com idades entre os 18 e 49 anos, representativa da população feminina a nível de país e de NUTS II, e de homens com idades entre os 18 e 54 anos, representativa da população masculina a nível de país, que resultou num total de 7 624 entrevistas conseguidas. A resposta ao inquérito era obrigatória - Lei nº 22/2008, de 13 de Maio.

Para uma análise mais detalhada da metodologia seguida, sugere-se a leitura do documento metodológico em: <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1193>.

O suporte de recolha pode ser consultado em: <http://smi.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/10110>.

Os quadros de resultados anexos a esta publicação encontram-se disponíveis no Portal das Estatísticas Oficiais em: <http://www.ine.pt>.

ANEXO I

ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS E ANÁLISE DE GRUPOS

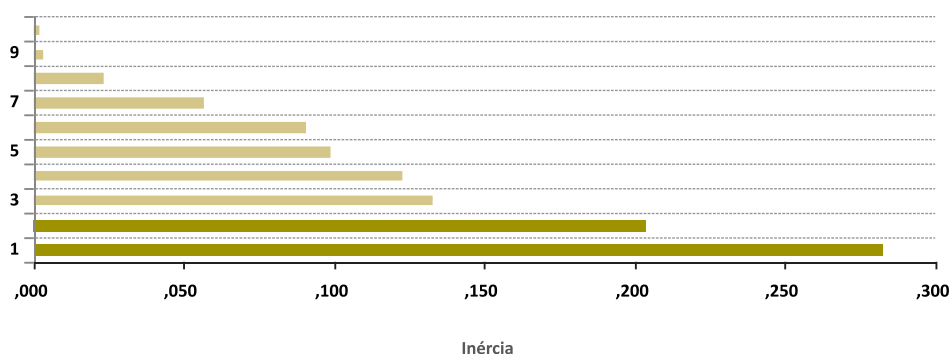
113

A Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) foi realizada em várias etapas. Na primeira fase, avaliou-se qual o número de dimensões necessárias para melhor representar a interação entre as variáveis, as suas categorias, e as respostas das pessoas.

A representação da variância relativa associada a cada dimensão (inércia) valida a solução com 2 dimensões, o suficiente para representar de forma clara as principais interações existentes²⁸.

Figura A.1. >>

Variância das dimensões



²⁸ As dimensões mais importantes para a análise são aquelas que têm associados valores de inércia mais elevados. A este respeito, Carvalho (2008) refere que, numa ACM, “tende a reter-se para análise um subconjunto inicial de dimensões cuja variância explicada se destaque das restantes.” (p. 62).

Em termos de capacidade explicativa global, a percentagem de variância explicada pelas duas dimensões selecionadas é de aproximadamente 50%. Embora, no contexto da ACM, uma reduzida expressividade, em termos de variância explicada por cada dimensão, não seja condição suficiente para abandonar a interpretação e concluir pela falta de qualidade da análise, valores mais elevados da inércia das dimensões selecionadas apontam para a existência de perfis que se afastam de um perfil médio, e da capacidade do espaço criado pelas dimensões selecionadas de os representar²⁹.

As medidas de discriminação das variáveis nas duas dimensões, representadas na figura A.2, permitem denominar as duas dimensões selecionadas. As variáveis que mais discriminam na primeira dimensão – eixo das abcissas – remetem para a parentalidade como projeto de vida; as variáveis que mais discriminam na segunda dimensão – eixo das ordenadas – remetem para questões de conciliação entre vida profissional e vida familiar, mais concretamente no que respeita aos filhos. Na tabela seguinte apresentam-se as medidas de discriminação de cada variável em cada dimensão, e que são representadas na figura referida.

Medidas de discriminação		
	Dimensões	
	1	2
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa	0,301	0,418
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa	0,136	0,417
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa	0,240	0,211
Uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável	0,137	0,003
Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada	0,312	0,006
Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada	0,566	0,244
Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado	0,562	0,262
É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos	0,000	0,060
Total ativo	2,253	1,621
Capacidade de discriminação média (Total ativo / n.º de variáveis)	0,282	0,203

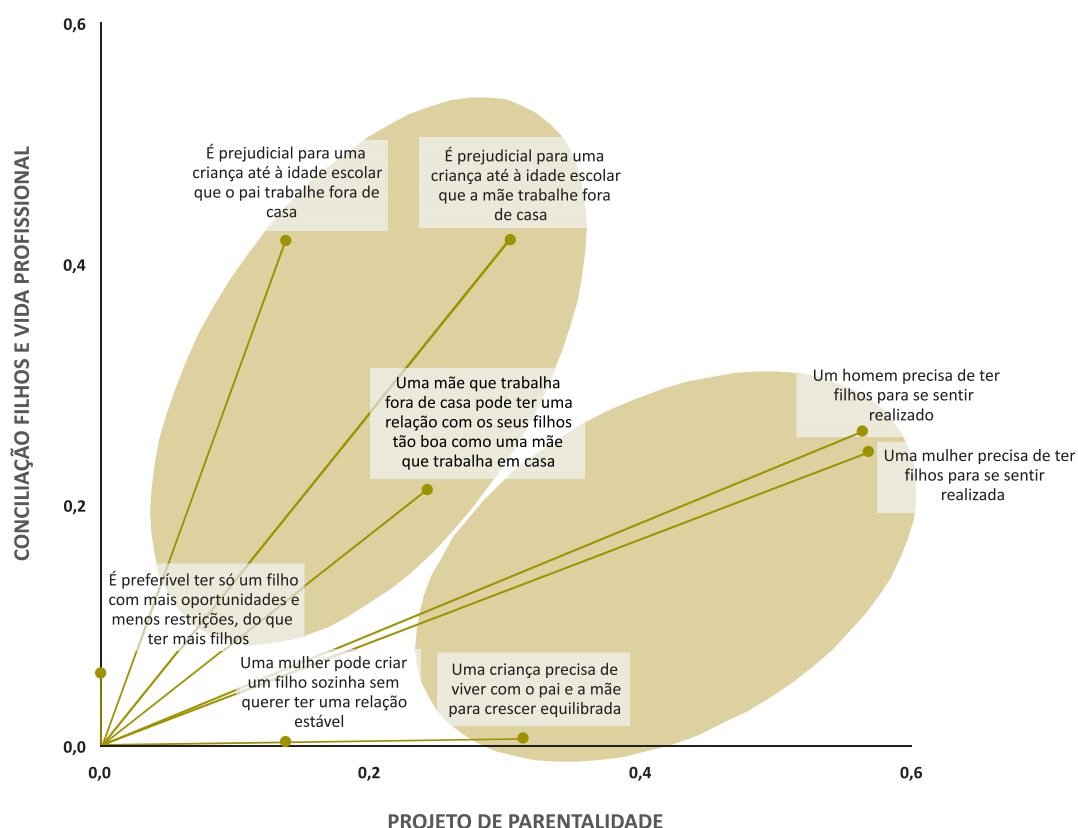
Considera-se que uma variável é discriminante numa dimensão se a medida de discriminação dessa variável na dimensão estiver acima da média da capacidade de discriminação do conjunto das variáveis em análise na respetiva dimensão.

Observa-se que duas das variáveis não contribuem para discriminar perfis em qualquer uma das duas dimensões. Como expectável, são as variáveis que mais se aproximam da origem, *i.e.*, do cruzamento do eixo das abcissas com o eixo das ordenadas.

²⁹ Carvalho (2008), p. 67.

Figura A.2. >>

Representação das medidas de discriminação das variáveis



Quanto às categorias das variáveis utilizadas na análise, identificaram-se quais aquelas mais discriminantes, representando-se a cinzento as categorias que não diferenciam as pessoas. O critério para identificação das categorias mais discriminantes seleciona as categorias que contribuem acima da média para explicar as dimensões 1 e/ou 2. A média das contribuições das categorias é dada pelo rácio entre a soma de todas as contribuições (sempre igual a 1) e o total de categorias das variáveis utilizadas na análise (8 variáveis, cada uma com 2 categorias, que resulta num total de 16 categorias). Os esquemas que se seguem identificam as variáveis com capacidade de discriminação acima da média em cada dimensão, e a disposição das categorias, de forma a identificar perfis distintos.

DIMENSÃO 1

MULHER PRECISA DE FILHOS PARA SE SENTIR REALIZADA HOMEN PRECISA DE FILHOS PARA SE SENTIR REALIZADO UMA CRIANÇA PRECISA DE VIVER COMO PAI E A MÃE PARA CRESCER EQUILIBRADA É PREJUDICIAL PARA UMA CRIANÇA ATÉ À IDADE ESCOLAR QUE A MÃE TRABALHE FORA DE CASA	
COORDENADAS NEGATIVAS	COORDENADAS POSITIVAS
- Mulher precisa de filhos para se sentir realizada - Homem precisa de filhos para se sentir realizada - É prejudicial para uma criança em idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa	- Mulher NÃO precisa de filhos para se sentir realizada - Homem NÃO precisa de filhos para se sentir realizada - Uma criança NÃO precisa de viver com o pai e com a mãe para crescer equilibrada

DIMENSÃO 2

É PREJUDICIAL PARA UMA CRIANÇA ATÉ À IDADE ESCOLAR QUE A MÃE TRABALHE FORA DE CASA É PREJUDICIAL PARA UMA CRIANÇA ATÉ À IDADE ESCOLAR QUE O PAI TRABALHE FORA DE CASA UMA MÃE QUE TRABALHA FORA DE CASA PODE TER UMA RELAÇÃO COM OS SEUS FILHOS TÃO BOA COMO UMA MÃE QUE TRABALHA EM CASA UMA MULHER PRECISA DE TER FILHOS PARA SE SENTIR REALIZADA UM HOMEM PRECISA DE TER FILHOS PARA SE SENTIR REALIZADO	
COORDENADAS NEGATIVAS	COORDENADAS POSITIVAS
■ É prejudicial para uma criança em idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa ■ É prejudicial para uma criança em idade escolar que o pai trabalhe fora de casa ■ Uma mãe que trabalha fora de casa NÃO pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa ■ Mulher NÃO precisa de filhos para se sentir realizada ■ Homem NÃO precisa de filhos para se sentir realizado	■ NÃO é prejudicial para uma criança em idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa ■ Mulher precisa de filhos para se sentir realizada ■ Homem precisa de filhos para se sentir realizado

Após identificação dos perfis, realizou-se uma análise de *clusters*, procurando identificar grupos que correspondessem aos perfis encontrados. A avaliação do decréscimo dos coeficientes de fusão obtidos a partir do método de agrupamento hierárquico, utilizando dois critérios distintos – o critério de *Ward* e o critério do *Vizinho mais afastado* – validaram uma solução com 3 grupos (figuras A.3 e A.4).

Figura A.3. >>

Distribuição dos coeficientes de fusão – critério *ward*

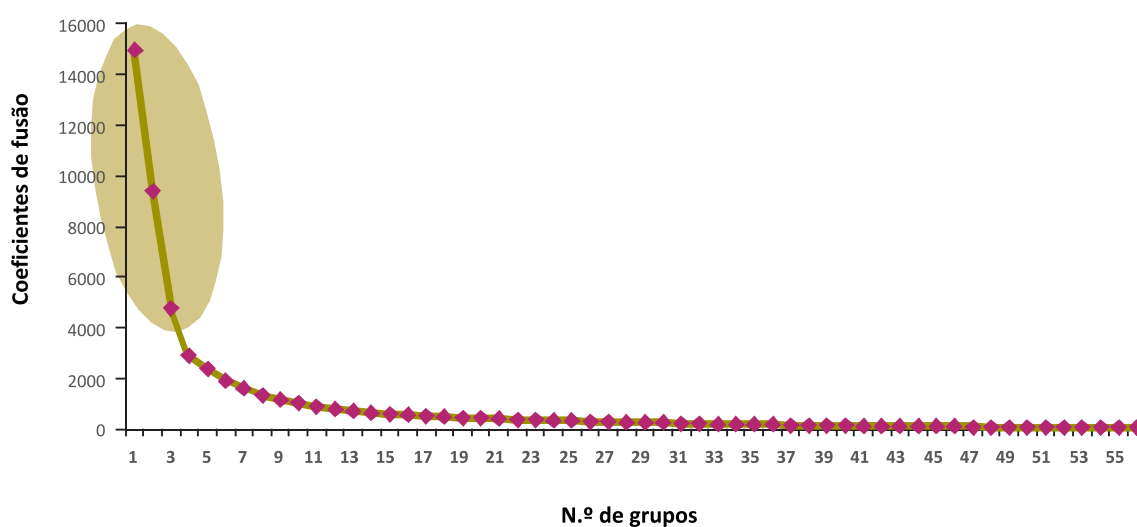
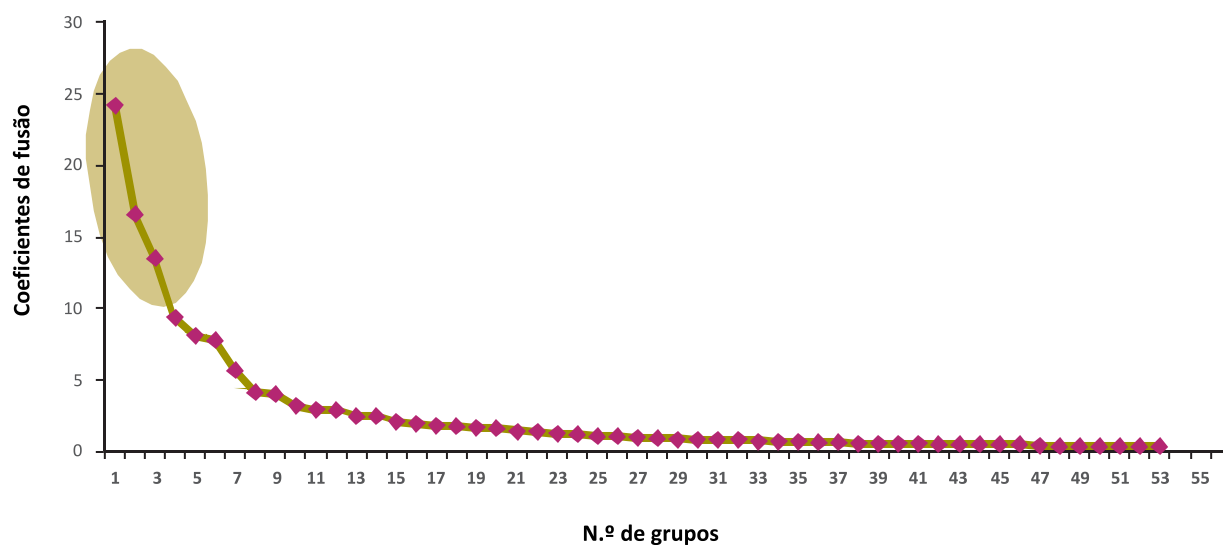


Figura A.4. >>

Distribuição dos coeficientes de fusão – critério do *vizinho mais afastado*



A representação dos grupos no espaço dos perfis encontrados evidencia uma sobreposição entre perfis e grupos identificados, reforçando a diferença entre grupos, e a homogeneidade dentro de cada grupo.